



Irene Corrêa Cavalieri

PROCESSOS DE *EMPOWERMENT* NO CONTEXTO DA INTERVENÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO COMPARATIVO

Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestra.

Setembro/2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Irene Corrêa Cavalieri

Processos de *empowerment* no contexto da intervenção social: um estudo comparativo

Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Doutora Helena Neves Almeida

Coimbra, 2017

A Imagem da capa é uma junção de duas fotos divulgadas nas redes sociais dos projetos que foram estudados para esta dissertação.

Aos meus pais, Elcier e Vitória.

AGRADECIMENTOS

Ao Universo que proporcionou uma mudança incrível em minha trajetória pessoal e acadêmica;

Aos meus pais pelo amor e suporte incomensuráveis;

Ao meu irmão pela inspiração e confiança nas ideias “fora da caixa”;

Aos Professores Doutores, da Universidade de Minas Gérias, Marcos Vinícios Bortolus e Vanessa Andrade de Barros por todas as oportunidades, incentivo e aprendizados em intervenções multidisciplinares dentro e fora da Universidade através de projetos de extensão que muito enriqueceram, não só meu currículo acadêmico, mas também minha visão de mundo, e Luciana Assis Costa pela confiança no trabalho já graduada e pelo incentivo em trilhar o caminho do Mestrado;

Aos Professores da Universidade de Coimbra, especialmente à Profa. Doutora Helena Almeida pelo exemplo de competência, orientação e oportunidade da autonomia;

Aos projetos participantes desta pesquisa, gestores e utentes, pela confiança, abertura e partilha de uma realidade que me inquieta desde a graduação.

E claro aos queridos amigos de lá que mesmo de longe, ultrapassando a distância além-mar incentivaram meu percurso até aqui; e aos daqui, em especial a querida Joana, que me acolheram e mostraram que o caminho de fato, se faz ao caminhar...

“Imagina que isso aqui é um livro... onde a Senhora desabafa suas dores e mágoas...”

(A., 2017).

Fala de uma utente do projeto AVT pesquisada neste estudo enquanto “trabalhava” num pedacinho de crochê e tentava conter as lágrimas escorridas no rosto da colega aflita pela perda do companheiro.

RESUMO

A intervenção social integra conceitos e práticas multidisciplinares e participativas, e diferentes áreas contribuem para processos sociais que vislumbram o *empowerment*, um dos paradigmas de intervenção na sociedade contemporânea. O uso do termo *empowerment* tem sido recorrente nos campos da intervenção social e sua definição implica vários aportes de conhecimento, sendo, por isso, exigida a contextualização de sua definição. Neste sentido, o presente estudo pretendeu conceitualizar e contextualizar o *empowerment* como um processo estratégico de intervenção partindo da amostra de dois projetos de intervenção social em atividade junto à população idosa no território português. Trata-se de um estudo qualitativo orientado pelo paradigma sócio crítico, de caráter comparativo exploratório, que integra a análise desses dois projetos que se apropriam dos conceitos de *empowerment* nas suas propostas de intervenção. A hipótese é de que o uso de atividades manuais como os labores domésticos, em articulação com a garantia de um espaço seguro, onde a população sénior tem acesso a um leque de oportunidades (laborais, criativas, de aprendizado e partilha, de lazer, de ocupação de tempos livres, apropriação da idade e combate ao isolamento e estigma social), colabora para sua autoconfiança, melhora a sua qualidade de vida, fortalece os laços e a participação social. Por outro lado, esta pesquisa aproxima a prática dos projetos escolhidos aos processos de *empowerment*, sinalizando alguns constrangimentos e potencialidades do campo. Estruturou-se o trabalho em quatro capítulos, sendo o primeiro centrado no estudo teórico; o segundo na escolha metodológica; e os dois últimos, nos resultados do estudo empírico. O estudo mostra que os processos de *empowerment* são complexos, interdependentes e que o percurso de aprendizagem e aprimoramento das práticas é infundável; contudo, a ação cotidiana e o tempo de execução dos projetos já apresentam resultados importantes, e prospectam condições de mudança pontuais a curto e médio prazo e uma transformação social em longo prazo.

Palavras-chave: *empowerment*, intervenção social, inovação, empreendedorismo social, população sénior.

ABSTRACT

Social intervention is comprised of multidisciplinary and participative concepts and practices, and different areas contribute to social processes focusing on the concept of *empowerment*, one of the paradigms of intervention in contemporary societies. The usage of the terminology *empowerment* is recurrent in the social intervention field and its definition implies several knowledge contributions, therefore demanding a contextualization for a more precise definition. Thus, the present study intended to conceptualize and contextualize *empowerment* as a strategic process of intervention departing from two case studies of social intervention regarding activities dealing with the elderly population in Portugal. The research may be characterized as a comparative-exploratory study guided by a socio-critical paradigm, integrating the analysis of two projects that make use of the concepts of *empowerment* in their intervention proposals. The hypothesis is that the use of manual activities, such as domestic needlework, jointly with the assurance of a safe space where the elderly have access to a range of opportunities (such as: labor, creation, learning and sharing, leisure, the use of free time, feeling comfortable with their age, combating isolation and social stigma), collaborates to the melioration of their self-confidence, bettering their quality of life, strengthening bonds and social participation. On the other hand, this investigation makes closer the practices of the chosen projects to the *empowerment* processes, stressing some restraints and potentialities of the field. The work is divided in four chapters, the first dedicated to the theoretical research, the second to the methodological framework, and the remaining two are focused on the results of the empirical investigation. The study demonstrates that the *empowerment* processes are complex, interdependent, and the path of learning and enhancement of practices is endless. However, the daily action and the time of execution of the projects present relevant results and they prospect specific conditions for change in short and medium terms, in addition to social transformation in the long term.

KEY WORDS: empowerment, social intervention, innovation, social entrepreneurship, elderly population.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Mapa Conceitual	20
Figura 2: Eixos temáticos da pesquisa/2017	38
Tabela 1: Participantes segundo o critério da amostra/2017	33
Tabela 2: Síntese dos objetivos e respostas dos projetos – elaboração da autora/2017	53
Tabela 3: Níveis de participação dentro dos projetos - elaboração da autora/2017	67
Tabela 4: <i>Empowerment</i> individual - elaboração da autora/2017.....	69
Tabela 5: <i>Empowerment</i> organizacional - elaboração da autora/2017	84
Tabela 6: <i>Empowerment</i> comunitário - elaboração da autora/2017.....	87

LISTA DE ABREVIACOES

AVT – A Avó Veio Trabalhar

BEPA – Bureau of European Policy Advisers

COFFITO – Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CE – Comisso Europeia

INE – Instituto Nacional Europeu

NC – Notas de campo

OMS – Organizao Mundial de Sade

ONU – Organizao das Naoes Unidas

VFC – Vintage For a Cause

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – PODER, EMPOWERMENT E PARTICIPAÇÃO	7
1.1 - O poder nas sociedades	7
1.2 - Definições de <i>empowerment</i>	12
1.2.1 - Categorias.....	14
1.2.2 - Níveis	18
1.3 - <i>Empowerment</i> e as metodologias participativas	21
1.4 - Os processos de <i>empowerment</i> junto à população idosa	25
CAPÍTULO 2 – PROBLEMA DE PESQUISA E OPÇÕES METODOLÓGICAS	29
2.1 - Problema de pesquisa	29
2.2 - Objetivos, finalidades, hipóteses e dimensões do estudo	30
2.3 - Tipo de pesquisa.....	31
2.4 - População e amostra	32
2.5 - Técnicas e procedimentos de recolha de dados	33
2.5.1 - Entrevista semiestruturada e a entrevista grupal.....	33
2.5.2 - Notas de campo.....	35
2.6 - Pesquisa bibliográfica e documental.....	35
2.7 - A entrada no campo de pesquisa	35
2.8 - Análise de conteúdo, interpretação e validação dos dados	36
CAPÍTULO 3 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	39
3.1 - O empreendedor social e a inovação na intervenção social.....	39
3.2 - O campo de pesquisa	41
3.2.1 - A Avó Veio Trabalhar	41
3.2.2 - Vintage for a Cause.....	46

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	51
4.1 - Dos objetivos à concepção do nome.....	51
4.2 - O percurso trilhado	57
4.3 - O fazer acontecer e os níveis de participação.....	61
4.4 - As ações e o empowerment individual, comunitário e organizacional	68
4.4.1 - <i>Empowerment</i> individual	69
4.4.2 - <i>Empowerment</i> organizacional.....	77
4.4.3 - <i>Empowerment</i> comunitário	84
4.5 - Conclusões: limites e potencialidades	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICE 1: GUIÃO DAS ENTREVISTAS AOS GESTORES.....	104
APÊNDICE 2: GUIÃO DAS ENTREVISTAS ÀS UTENTES	105
APÊNDICE 3: GUIÃO DA OBSERVAÇÃO DO CAMPO	106
APÊNDICE 4: MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO	107

INTRODUÇÃO

O interesse em aprofundar no estudo dos processos de *empowerment*, um dos paradigmas de intervenção na sociedade contemporânea, surge com a percepção de que a intervenção social carrega conceitos e práticas multidisciplinares, participativas, e que as diferentes áreas têm muito a contribuir em processos sociais. E sendo eu, originária da área da saúde e com um olhar tendencioso a enxergar os indivíduos inseridos em contextos que podem ser facilitadores, ou não, de processos de bem estar e saúde, essa definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade” (OMS, 1946), partilho e sustento a ideia de que gozar do melhor estado de saúde possível, constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, religião, credo político, condição econômica ou social, sendo essencial a estreita cooperação dos indivíduos e dos Estados para conseguir a paz e a segurança (OMS, 1946).

Assim, indo ao encontro à complexidade de se falar em saúde e doença, e entendendo que o adoecimento é um fenômeno social e individual, clínico e existencial ao qual são atribuídos significados diversos (Barros, 2004), comecei a entender que tratar o indivíduo separado do meio e da sociedade é como ter as partes de um corpo, como as “peças” que estudamos nas aulas práticas de anatomia, separadas do conjunto das partes que chamamos de corpo, e que por sua vez, é diferente, não só pelas estruturas que as compõem, mas também pelas funções que exercem e suas interdependências.

Dentro de uma gaveta comum de um terapeuta ocupacional podemos encontrar recursos terapêuticos clássicos, dentre eles cores, sabores, cheiros, tintas, telas, pincéis, tecnologias assistidas, avaliações, treinamentos funcionais, ergonômias, atividades de vida diária, estimulações, adaptações, entre outras que espelham os sujeitos que buscam o ganho de autonomia e participação na vida particular e comunitária. Extravasando os limites dessa criativa, mas ainda assim, tradicional gaveta, me deixei sair dessa caixa de ferramentas ocupacionais clássicas para percorrer caminhos onde os conhecimentos que ali andava adquirindo pudessem ser aplicados

em universos diferentes dos convencionais e clínicos, para trabalhar no campo da terapia ocupacional social¹.

A partir de experiências fora do contexto clínico, percebo que estar inserido no movimento das mudanças sociais, trabalhando numa perspectiva de mediação do fazer, cria espaços sociais de negociação relacional, de produção ou de facilitação, de participação da pessoa na vida coletiva, na elaboração de projetos de vida e no sentimento de pertença (Barros, 2004), sempre inter-relacionadas entre si e com os contextos dos quais as pessoas pertencem.

Um dos caminhos para se chegar a esse desejado estado de bem-estar físico, mental e social é garantir que os indivíduos participem ativamente da vida social, podendo assim ter voz ativa na sociedade a qual pertencem, dizendo de si nas atividades pessoais de vida diária, no trabalho e lazer, com acesso aos bens e serviços, bem como adquirirem capacidade para tal.

Neste sentido, a escolha do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo² vai ao encontro da proposta da Terapia Ocupacional nesse campo uma vez que pretende, dentre outros objetivos, apurar e ampliar a capacidade de compreensão numa perspectiva holística da ação, dos processos de mudança, dos paradigmas de desenvolvimento e de intervenção social em contextos multidimensionais.

O presente estudo pretendeu conceitualizar e contextualizar os processos de *empowerment* como um processo estratégico de intervenção associada a projetos de intervenção social.

¹ O terapeuta ocupacional na área social atua como articulador do desempenho ocupacional por meio do manejo das atividades humanas que sejam significativas e dialógicas como tecnologia de mediação sócio ocupacional, a fim de estimular a participação social da pessoa, família, grupos e comunidade em atividades culturais, expressivas, econômicas, corporais, lúdicas e de convivência, dentre outras (COFFITO, 2010).

² “Este Ciclo de Estudos resulta de uma parceria entre a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e decorre de uma reflexão aprofundada sobre as práticas de intervenção social e sobre a necessidade, reconhecida nessa reflexão, de sustentar a intervenção em projectos inovadores e numa dinâmica de acção empreendedora” (mestradoisie.wordpress.com).

O uso do termo *empowerment*³ tem sido recorrente nos campos da intervenção social e sua definição implica percorrer por diversos campos de conhecimento, sendo, por isso, exigida a contextualização de sua definição. Visa, pois, a constituição de comunidades responsáveis, nas quais os indivíduos que as compõem adquiram maior controle sobre suas vidas e participem democraticamente da vida cotidiana tendo em conta os diferentes arranjos coletivos e o seu contexto (Horochovski, 2006).

O conceito de *empowerment* é complexo, com crescente relevância acadêmica e social em diversos campos do conhecimento nas últimas décadas, passando a fazer parte das mais diversas áreas, em especial, administração, economia, saúde pública, psicologia, serviço social e sociologia política. Ingressa também na agenda política de diferentes atores e instituições, como governos, empresas e organizações da sociedade civil, agências e bancos internacionais de desenvolvimento (Horochovski, 2006).

Um conceito que tem raízes nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da ação social presentes nos países desenvolvidos na segunda metade do século XX nos anos 70, é influenciado pelos movimentos de autoajuda, e nos anos 80, pela psicologia comunitária. Na década de 90 o influxo vem dos movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania sobre distintas esferas da vida social (Almeida, 2001; Carvalho, 2004).

Como a maioria dos temas emergentes, o *empowerment* gradativamente transforma-se numa moda intelectual, presente nos discursos de atores de orientações políticas e identidades culturais por vezes desiguais e prestando-se a múltiplos usos. Pode-se falar, então, numa utilização polissêmica e indiscriminada do conceito a

³ Saliento que, ainda que haja o termo empoderamento em português, foi sempre utilizado na parte teórica do estudo o termo *empowerment*, em inglês, uma vez que as referências utilizadas são de língua inglesa. Ainda assim, digo eu, que a tradução para o português é uma ferramenta de “empoderamento” social, através da qual é possível apoderar-se de uma expressão de tamanho valor e força, e é preciso também apropriar-se dela para que as pesquisas que pretendam aproximar teoria e prática utilizem uma linguagem que aproxime o universo teórico dos campos de intervenção, tornando-o vulgar e familiar nestes contextos. Assim, apesar das referências utilizadas serem internacionais e em sua maioria escritas em inglês, e as referenciar como estão, quando fez sentido, utilizou-se a tradução do termo.

critério de quem o emprega conforme suas intenções e posição no espectro político-ideológico (Horochovski, 2006), o que torna a pesquisa interessante, uma vez que se pretendeu observar e entender a prática de projetos que atuam na perspectiva da intervenção e mudança social.

Portanto, esta dissertação tomará como objeto de análise, os procedimentos utilizados e as dinâmicas associadas no decurso da ação, sua monitoração e avaliação, numa perspectiva de diminuição da vulnerabilidade e aumento de poder, ou de capacidades de indivíduos ou grupos, para a tomada de decisão, de favorecimento das ações e de concretização de resultados. Trata-se de um estudo qualitativo orientado pelo paradigma sócio crítico, de caráter comparativo exploratório, que integra a análise de dois projetos de intervenção social ativos no território português direcionados à população sénior e que se apropriam dos conceitos de *empowerment* nas suas propostas de intervenção.

Para além da produção do conhecimento, a compreensão do objeto de estudo intenta servir como um contributo à transformação social na medida em que seu entendimento possa ser uma tentativa de lidar com a complexidade inerente ao *empowerment* nos contextos sociais. O *empowerment*, mais do que uma *buzzword* autolegitimada, pode ser assumido como uma ferramenta operacional para monitorar intervenções sociais e as transformações resultantes, contribuindo para a eficácia das práticas e às fundamentações de uma teoria efetiva de mudança social (Albuquerque, Santos & Almeida, 2016).

Para explicar o conceito algumas questões ajudaram na busca de respostas que orientaram o caminho a ser percorrido neste trabalho, como por exemplo: o que se entende por *empowerment*? Existem teorias de poder que sustentam este conceito? Os processos de *empowerment* devem ser direcionados à mudança individual e/ou coletiva? É possível um processo de *empowerment* não questionar as estruturas existentes? Quais as consequências do *empowerment* para as relações dentro dos projetos pesquisados? E na comunidade?

A hipótese de que o uso de atividades manuais como os trabalhos domésticos, articulados de maneira a garantir um espaço seguro, onde a população sénior tem

acesso a um leque de oportunidades laborais, criativas, de aprendizado e partilha, de lazer, de ocupação de tempos livres, apropriação da idade e combate ao isolamento e estigma social, colabora para a sua autoconfiança, melhora a sua qualidade de vida, contribui para o fortalecimento de laços e participação. Por outro lado, aproxima a prática dos projetos escolhidos dos processos de *empowerment*, sinalizando alguns constrangimentos e potencialidades do campo.

Estruturou-se o trabalho em quatro capítulos, sendo o primeiro centrado no estudo teórico; o segundo no percurso metodológico; e os dois últimos, no estudo empírico. No primeiro capítulo o conceito é montado a partir da análise de diferentes autores que entendem *empowerment* como um processo, formal ou informal, através da participação das pessoas, de organizações e do desenvolvimento comunitário, dando poder (permitam ter voz, influência e capacidade de ação e decisão) sobre os temas que afetam suas vidas em diferentes níveis. Para tanto, abordou-se brevemente as relações de poder nas sociedades, pois, ainda que este trabalho não seja sobre o poder em si, pareceu incontornável abordar o tema antes de desenvolver o conceito de *empowerment*. Por ser um tema complexo e vasto, aqui, pretendeu-se tratar apenas alguns aspectos considerados pertinentes para o trabalho na perspectiva de entender *empowerment* como processo de acréscimo de poder.

Ainda no primeiro capítulo, contextualizou-se o *empowerment* junto à população sénior, uma vez que os projetos escolhidos para o estudo têm como público alvo, a população 50+.

No segundo capítulo, dedicou-se ao percurso metodológico deste trabalho. Tratou-se de um plano de investigação qualitativo, um estudo comparativo, cujas técnicas de recolha de dados foram entrevistas semiestructuras com os idealizadores/gestores dos projetos e observação participante das dinâmicas de trabalho dos mesmos, constituintes da amostra intencional não probabilística criterial. Para a descrição dos projetos fez-se também busca online nas redes sociais dos projetos bem como nos media. Todos estes dados constituíram o corpus da pesquisa e foram trabalhados a partir da análise de conteúdo.

No terceiro e quarto capítulos apresenta-se os resultados do estudo empírico. No terceiro, contextualiza-se a pesquisa e apresentam-se os projetos escolhidos. O quarto capítulo é quando os projetos “ganham voz”, idealizadores/gestores e utentes falam do cotidiano dos projetos, suas intensões, sensações, objetivos e pertinência dos trabalhos realizados até agora.

Este estudo mostra que os processos de *empowerment* são complexos, interdependentes e que ainda há muito a aprender e aprimorar, mas que a prática e o tempo de execução dos projetos já apresentam resultados importantes, e prospectam condições de mudança pontuais a curto e médio prazo e uma transformação social em longo prazo.

CAPÍTULO 1 – PODER, *EMPOWERMENT* E PARTICIPAÇÃO

1.1 - O poder nas sociedades

“Poder é o conceito chave para entender os processos de empowerment”.
(Sadan, 2004)

No campo das relações sociais estão presentes as auto percepções, as identidades, os significados dados ao mundo e a si mesmos. Da mesma forma o poder é também intersubjetivo, o que implica sempre uma interação, uma interdependência, entre sujeitos mais ou menos poderosos (Bourdieu, 2001 apud Pinto, 2011). Esta concepção de poder é determinante para a intervenção social e é a partir da perspectiva de que os menos poderosos não são desprovidos de poder, e sim, têm efetivamente poder, que deve ser mobilizado, ou ainda, a partir da perspectiva da redução da vulnerabilidade e aumento de poder, e de indivíduos ou grupos serem capazes de tomarem decisões, em direção favorável às ações e à concretização de resultados, que se percebeu a necessidade de abordar brevemente os conceitos e as relações de poder nas sociedades, uma vez que para “empoderar” (ou dar poder a) pessoas e/ou grupos é necessário que se detecte, antes de tudo, as distribuições desiguais de poder na sociedade.

A palavra de língua inglesa *empowerment* deriva de *power* (poder), da mesma forma, na língua portuguesa, **empoderar**, tornar poderoso e **empoderado**, quem tem mais poder (ou é aumentado em poder), **empoderar** ou **empoderamento** (obtenção, alargamento ou reforço do poder), também vêm de poder. Entende-se, pois, que ao utilizarmos a palavra *empowerment*, estamos a usar um conceito cuja raiz se encontra no instrumento conceptual de “poder” (Pinto, 2011).

O significado da palavra **poder** no Dicionário Aurélio nos remete aos sinônimos “possibilidade” e “faculdade”. Força física, vigor do corpo ou da alma; império, soberania; força ou influência; posse, jurisdição, domínio, atribuição; governo de um Estado; importância, consideração; grande quantidade, abundância; força militar; eficácia, efeito, virtude; capacidade de fazer uma coisa; mandato, procuração; meios, recursos; ter ocasião ou possibilidade de; estar sujeito a; ter força física para; ter razões para; capacidade de fazer uma coisa (dicionariodoaurelio.com, 2017), estas são,

pois, algumas das definições possíveis para mais que uma simples palavra, um constructo, um conceito polissêmico, que interessa diferentes áreas do saber.

Norberto Bobbio, um dos filósofos que se dedicou ao tema, no livro “Estado, Poder e Sociedade” (1985), registra que na filosofia política o problema do poder foi apresentado sob três aspectos, à base dos quais se podem distinguir três teorias fundamentais do poder: a substancialista, a subjetivista e a relacional (Bobbio, 2007).

Nas teorias **substancialistas**, o poder é visto como uma “coisa” que se possui e se usa como outro bem qualquer sejam dotes naturais (como força e inteligência, por exemplo), ou adquiridos (como a riqueza), que pode servir para alcançar aquilo que é objeto do próprio desejo (Bobbio, 2007). Para Hobbes (1651 apud Bobbio, 2007), “o poder de um homem (...) consiste nos meios de que presentemente dispõe para obter qualquer visível bem futuro” [1651, trad. it. p. 82]. Equivalente é a definição de Bertrand Russell (1938, apud Bobbio, 2007), segundo a qual o poder consiste na “produção dos efeitos desejados”, podendo assumir três formas: poder físico e constritivo (poder militar); poder psicológico (através de ameaças de punição ou de juras de recompensas em que consiste principalmente o domínio econômico); poder mental (exercido através da persuasão e dissuasão e tem a sua forma elementar, presente em todas as sociedades, na educação).

Para o mesmo autor, a típica interpretação **subjetivista** do poder é a apresentada por Locke [1694, II, XXI], que entende que poder não é ser detentor da “coisa” que serve para alcançar um objetivo, mas a competência do sujeito de obter resultados, de onde se diz que “o fogo tem o poder de fundir os metais” do mesmo modo que o soberano tem o poder de fazer as leis e, fazendo as leis, de influir sobre a conduta de seus súditos.

No discurso político contemporâneo, ainda segundo o mesmo autor, a interpretação mais aceita se remete ao conceito **relacional** de poder, que estabelece que por poder se deve entender uma relação entre dois sujeitos, dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, em circunstâncias “normais” [de ausência do poder] não obteria. A mais conhecida e também a mais sintética das definições relacionais é a de Robert Dahl: “A influência [conceito mais amplo, no qual se insere o

de poder] é uma relação entre atores, na qual um ator induz outros atores a agirem de um modo que, em caso contrário, não agiriam” (1963, trad, it. p. 68, apud Bobbio, 2007). “Enquanto relação entre dois sujeitos, o poder assim definido está estreitamente ligado ao conceito de liberdade; os dois conceitos podem então ser definidos um mediante a negação do outra: ‘O poder de A implica a não-liberdade de B”, “A liberdade de A implica o não-poder de B””(Bobbio, 2007, p.78).

Os escritos de Michel Foucault (1979, 1980, 1996) amplia a discussão sobre o conceito de poder do campo da sociologia para todos os campos das ciências sociais e humanas (Sadan, 2004). Foucault elege um conjunto de regras metodológicas a partir das quais se podem estabelecer hipóteses que configuram muito mais um modo de abordagem e um objetivo de pesquisa do que uma teoria completa (Albuquerque, 1995).

As relações de poder dependem da cultura, do lugar e do tempo (Sadan, 2004). Foucault elabora o discurso do poder na sociedade ocidental contemporânea, que ele caracteriza da seguinte forma:

- a) poder não é uma mercadoria, uma posição, um prêmio ou uma conspiração. É a ativação das tecnologias políticas, que atuam em esferas específicas da vida social, mas também na vida cotidiana. Poder ocorre em locais de todos os tipos e tamanhos, incluindo os menores e mais íntimos como o corpo humano;
- b) as relações de poder são instáveis, não igualitárias e assimétricas. Não devemos esperar encontrar uma lógica imutável no poder, ou uma possibilidade de equilíbrio em seu domínio;
- c) partindo da ideia de que o poder não é uma coisa, nem é o controle de um conjunto de instituições, nem é/tem um padrão histórico oculto, o objetivo do pesquisador do poder é descobrir como ele atua. Para isso, é preciso isolar, identificar e analisar a rede de relações que cria as tecnologias políticas. É importante pesquisar o nível das micro práticas, a partir das quais se pode aprender como o poder atua em uma instituição social no nível mais cotidiano da rotina;

- d) mas o poder não se limita às instituições políticas, o poder tem um papel direto e criativo na vida social. É multidirecional, e atua de cima para baixo e de baixo para cima. Embora o poder esteja no auge quando está localizado dentro de instituições específicas, devemos ser cautelosos em identificar tecnologias de poder em instituições particulares, porque o poder não é nem uma superestrutura nem uma qualidade de uma instituição;
- e) a dominação não é a essência do poder. A dominação existe, mas o poder também atua sobre os governantes e não apenas sobre os governados;
- f) nas relações de poder há intenção, mas não há sujeito. Somente a nível micro, o nível tático, o poder tem intenções. A nível estratégico, que inclui o complexo de relações de poder, nenhum sujeito existe (Sadan, 2004 p.57-59).

Portanto, **as relações de poder são balanceadas**. O poder é integrado numa prática social complexa, na qual a agência⁴ humana tem qualidades estruturais, e a estrutura social faz parte da atividade humana que a cria e assegura sua continuidade. Este modelo de dualidade de estrutura vê a estrutura social e a agência humana como dois fatores que constroem e ativam as relações sociais, e o poder como um componente central e importante de ambos (Giddens, 1984 apud Sadan, 2004). É a agência humana que cria a estrutura social - ela a estabelece, a consolida e também transforma enquanto age. Mas, segundo Foucault, que não acreditava na resistência, porque nega a centralidade de um sujeito autônomo que tem a capacidade de influenciar e mudar as relações sociais, o poder, não a agência humana, é o fator central que motiva todas as outras relações. Ele não acreditava que houvesse uma chance de provocar a mudança social através de esforços locais, ou seja, não acreditava na capacidade humana de efetuar a mudança social, crença central na teoria do *empowerment* (Sadan, 2004).

Logo, de acordo com a mesma autora, podemos explicar, simultaneamente, poder em termos de ação humana e em termos de estrutura: o poder é um

⁴ A agência é definida como a habilidade de um ator ou grupo de fazer escolhas - ou seja, o ator pode prever e escolher propositadamente opções. Em termos de medida e ação para aumentar o empoderamento, uma pessoa ou a agência do grupo pode ser amplamente prevista pelo estoque de recursos sociais, políticos e econômicos que equipam os atores para serem produtivos e se protegerem de choques (Alsop, Bertelsen & Holland, 2006).

componente básico da agência humana; falta absoluta de poder significa deixar de ser um agente humano; poder é a habilidade humana de intervir em eventos e fazer a diferença. O poder é uma parte inseparável da interação social sendo uma característica integral da vida social; faz sempre parte das relações, e seus sinais podem ser percebidos mesmo em níveis micro de interação. O poder é ainda a capacidade de agir dos indivíduos de forma direcionada e voluntária e de provocar mudanças; são ainda sistemas de dominação e de domínio, com suas respectivas regras e recursos⁵. Em resumo, **o poder é um processo, no qual intervém entre a agência humana**, ou seja, na capacidade inerente de cada pessoa de influenciar o mundo ao seu redor, **e a estrutura social** (sob a forma de estruturas de dominação que determinam o grau de habilidade de uma pessoa para influenciar o mundo). Essas relações, entre a agência humana e a estrutura social, são dinâmicas e processuais.

Nas palavras de Zygmund Bauman (2003) “o poder consiste na tomada de decisões e pertence aos que as tomam” (p.40).

Nanette Page e Cheryl Czuba (1999 apud Hur, 2006) afirmam então, que o conceito de *empowerment* é concebido como a ideia de poder, pois está intimamente relacionado com a mudança de poder: ganhar, gastar, diminuir e perder. Recentemente, o poder foi entendido como compartilhado uma vez que pode ser fortalecedor enquanto é compartilhado com outros (Kreisberg, 1992 apud Hur, 2006). O poder compartilhado é definido como um processo que ocorre nos relacionamentos, e que possibilita o empoderamento. Ele é concebido como **"um processo social multidimensional que ajuda as pessoas a ganharem controle sobre suas vidas"** (Page & Czuba, 1999: 25 apud Hur, 2006).

A luta pelos direitos individuais e sua disponibilização resultam numa intensa construção comunitária (Bauman, 2003) sendo que “a única estratégia disponível para realizar o postulado da ‘sociedade justa’ é a eliminação dos impedimentos à distribuição equitativa das oportunidades uma a uma, à medida que se revelam e são

⁵ Recursos psicológicos, informativos, organizacionais, materiais, sociais, financeiros e humanos que as pessoas invocam em suas vidas diárias (World Bank Institute, 2007).

trazidas à atenção pública graças à articulação, manifestação e esforço das sucessivas demandas por reconhecimento” (Bauman, 2003: 73).

É nesta direção que os processos de *empowerment*, com seus respectivos níveis e categorias serão apresentados para seguir com a observação da prática.

1.2 - Definições de *empowerment*

“A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos”.

(Freire, 1987)

Por *empowerment* entende-se um **processo intencional e contínuo, centrado na comunidade local**, abarcando o respeito mútuo, a reflexão crítica, a atenção e a participação, por meio do qual as pessoas a quem falta o acesso a uma parcela dos recursos possam ter maior acesso e controle sobre eles, ou ainda como um **processo pelo qual as pessoas ganham controle sobre suas vidas, a participação democrática na vida da comunidade e uma compreensão crítica do seu ambiente** (Perkins & Zimmerman, 1995). Visa, pois, a constituição de comunidades responsáveis, nas quais os indivíduos que as compõem adquiram maior controle sobre suas vidas e participem democraticamente da vida cotidiana tendo em conta os diferentes arranjos coletivos e o seu contexto (Horochovski, 2006).

Segundo Elisheva Sadan (2004) e Carla Pinto (2011), Barbara Solomon, uma das primeiras autoras a se relacionar sistematicamente com o conceito de *empowerment*, influenciou fundamentalmente o desenvolvimento de seu uso. Essa autora enfatiza a importante conexão entre os indivíduos e a comunidade e encorajaram uma abordagem ecológica contextual para tratar de situações sociais. Solomon (1976, 1985) deu ênfase ao *empowerment* como um método de trabalho social com afro-americanos oprimidos, no qual salienta como um **processo dinâmico** pelo qual os

clientes são assistidos em busca do desenvolvimento de competências que lhes permitam melhorar as suas condições de vida e posição social.

Pinto (2011:48-51), em sua tese de doutoramento, trabalha o conceito de *empowerment* como um processo de intervenção no qual:

- Há acréscimo de poder pessoal, interpessoal e político de maneira que os indivíduos possam agir em prol de melhorias em suas vidas;
- Há acréscimo de controle através do qual indivíduos, grupos e/ou comunidades se tornam capazes de controlar circunstâncias de vida e de atingir os seus objetivos, de modo a ajudarem-se mutuamente e maximizarem a qualidade de vida – processo social multidimensional;
- Visa participação com aprendizagem crítica e transformação de sentimentos, pensamentos e ações individuais, bem como da organização da sociedade, partilhando equitativamente poder e recursos;
- Visa o acesso a recursos valorizados e redistribuídos pela sociedade, uma vez que o acesso aos recursos é condicionado pelo poder dos sujeitos;
- Há reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades em si mesmo, e no meio onde vivem, traduzindo em acréscimo de poder (psicológico, sociocultural, político e econômico) que permite aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania;
- É transformação. Transformação das relações de poder, potencializando a ultrapassagem de obstáculos, desenvolvendo potencialidades, celebrando a vida, construindo e trabalhando em conjunto para a mudança das estruturas sociais;
- É manifestação de poder social aos níveis individual, organizacional e comunitário. Sendo processo e resultado.

O *empowerment* é, portanto, um processo ativo. Sua forma é determinada pelas circunstâncias e eventos, e sua essência é a atividade humana na direção da mudança de um estado passivo para um estado ativo. O processo traz uma integração da auto aceitação e autoconfiança, compreensão social e política e uma capacidade pessoal de tomar uma parte significativa na tomada de decisões e no controle sobre os

recursos no ambiente. O sentido da capacidade pessoal conecta-se com o compromisso cívico (Zimmerman & Rappaport, 1988).

1.2.1 - Categorias

É possível identificar quatro categorias de *empowerment* (Rich, Edelstein, Hallman e Wandersman, 1995 apud Ornelas, 1997):

1) ***empowerment* intrapessoal** que se refere à competência da própria pessoa numa determinada situação; algum grau deste tipo de *empowerment* parece ser condição essencial para o processo de participação no contexto da comunidade e pode determinar o grau de confiança individual para a participação em ações futuras;

2) ***empowerment* instrumental** que se refere à capacidade individual para participar e influenciar um processo de tomada de decisão, podendo ser observado quando há interação entre fatores como a apresentação de conhecimento relevante para a questão em debate, os recursos materiais apresentados, a capacidade de argumentação e persuasão e a legitimidade na participação;

3) ***empowerment* formal** que surge quando as instituições apresentam mecanismos que influenciam decisões públicas que estejam relacionadas com os cidadãos e as suas instituições sociais, criando novas oportunidades para os cidadãos participarem em processos decisórios;

4) ***empowerment* substantivo** que se refere à habilidade para tomar decisões que resolvam problemas e produzam os resultados desejados.

Assim, a hereditariedade e as condições de crescimento e cuidado são fundamentais para a formação das pessoas, mas também são as oportunidades e experiências que o contexto proporciona que corroboram significativamente para a estruturação da personalidade delas. A capacidade de agir e tomar decisões para atingir metas, é essencialmente importante, sendo esta habilidade, ou ausência da mesma, responsável pela moldagem do caráter das pessoas influenciando o grau em que ela será protagonista da própria vida (Pinderhughes, 1983 apud Sadan, 2004).

Falamos então, de *empowerment intrapessoal*, quando as pessoas têm poder sobre as próprias vidas, ou ainda, têm mais controle sobre suas vidas e são capazes de influenciar os outros e provocar mudanças. Contudo, embora este comece com o “eu” (*self-empowerment*), não pode ser considerado isoladamente da política e do poder, ou seja, empoderar significa permitir que as pessoas sintam-se melhor, mas não significa que elas estarão livres da opressão (Adams, 2008 apud Sandan, 2004).

O *empowerment* é ainda um processo de mudança interna (senso ou crença da pessoa em sua capacidade de tomar decisões e resolver seus próprios problemas) e **externa** (encontra expressão na capacidade de agir e implementar o conhecimento prático, a informação, as habilidades, as capacidades e os outros novos recursos adquiridos ao longo do processo). É um processo **interativo** que ocorre entre o indivíduo e o seu ambiente. O resultado do *empowerment* instrumental são as capacidades, baseadas em *insights* e habilidades, cujas características essenciais são uma consciência política crítica, uma competência em participar com os outros, uma capacidade de lidar com as frustrações e lutar pela influência sobre o meio ambiente (Kieffer, 1984 e Parsons, 1988 apud Sadan, 2004).

A forma de destrinchar o conceito não é consensual, porém existe alguma sintonia no que diz respeito à mudança interna, também chamada de ***empowerment psicológico***, e à mudança externa, ***empowerment político***. De acordo com essa distinção, o primeiro ocorre ao nível da consciência e das sensações de uma pessoa, enquanto o segundo ocorre quando a mudança é real e permite que uma pessoa participe na tomada de decisões que afetam sua vida. Para alcançar o *empowerment* psicológico uma pessoa precisa apenas de forças internas, e o *empowerment* político requer condições ambientais, principalmente organizacionais, que permitirão à pessoa exercer novas habilidades (Gruber & Trickett, 1987 apud Sadan, 2004), sendo necessária uma integração de ambos, pois o que acontece na vida particular de alguém é também uma expressão de sua situação social (Lengermann & Niebrugge-Brentley, 1988 apud Sadan, 2004).

O processo de *empowerment* requer recursos pessoais, tais como a capacidade de relacionamento – empatia, sensibilidade e abertura na comunicação

para com as expectativas, os desejos e os interesses dos outros; a capacidade de construir e manter laços de amizade, confiança e respeito em relação aos outros, capacidade de aceitar críticas, enfrentar e solucionar os conflitos; auto aceitação e convicções pessoais – sentimento de autovalorização, crença na validade dos objetivos e valores pessoais de vida; convicção interna de controle – compreensão do caráter histórico do entorno e das condições de vida; crença na capacidade própria de intervenção; postura ativa frente a problemas – enfrentamento de desafios do entorno e busca de soluções visando o alcance de objetivos; adaptação flexível a situações de ruptura de vida – capacidade de integrar mudanças inesperadas em um projeto de vida abrangente; abertura – capacidade e disposição em sinalizar para outros a necessidade de ajuda em situações de crise, solicitando apoio social (Herriger, 2006b apud Kleba & Wendausen, 2009).

O desenvolvimento da consciência crítica é o processo através do qual as pessoas adquirem uma compreensão cada vez maior das condições socioculturais que moldam suas vidas e da extensão de sua capacidade de mudar essas condições. Uma pessoa vive não só no presente, mas também na história, e é capaz não só de interpretar, mas também de interpretar interpretações - daí uma consciência crítica é essencial e básica para toda a aprendizagem humana (Freire, 1987). A autoconsciência crítica inclui o reconhecimento das pessoas do seu direito de dar um nome às suas experiências, aprendem a falar em sua própria língua e a dar nomes aos elementos de seu mundo (Van Den Bergh & Cooper, 1986 apud Sadan, 2004).

A literatura ressalta ainda, que o **desenvolvimento de uma consciência crítica é uma componente essencial de *empowerment***, que, na prática, é considerado como um produto de uma dialética entre ação e reflexão, que integra três caminhos: 1) desenvolvimento de uma consciência coletiva na qual o indivíduo não é o único a ter um problema; 2) desenvolvimento de uma consciência social, ou seja, os problemas sociais e coletivos são influenciados pela organização social; e 3) desenvolvimento de uma consciência política na perspectiva de que a solução dos problemas requer uma mudança social. Nesse sentido, se considerarmos que o *empowerment* é um processo que visa reforçar a capacidade de um grupo a fazer escolhas intencionais e transformar essas escolhas em ações e resultados desejados pelo indivíduo, é preciso examinar não

só a capacidade de agir, mas também a possibilidade de transformar escolhas em resultados (Albuquerque, Santos & Almeida, 2016).

O trabalho com a comunidade constrói a capacidade do indivíduo de agir em conjunto com os outros e, assim, criar uma sociedade. Ensina as pessoas a cooperar - para tomar decisões em grupo, para resolver problemas comuns e mobilizar recursos para o bem geral. Acreditar na democracia ativa, na participação máxima na vida de sua comunidade e na prática do direito das pessoas de influenciar decisões importantes de suas vidas são a base do pensamento sobre o *empowerment*, e sem dúvida originam-se nos valores do trabalho comunitário. No entanto, no trabalho comunitário, como em qualquer prática profissional, os valores não atestam a prática real. O *empowerment* da comunidade se dá, então, com a participação ativa das próprias pessoas nos processos de tomada de decisão que afetam a comunidade, desde a etapa de elaboração dos objetivos até o estágio de avaliação dos resultados do esforço. Quanto mais em direção aos grupos e organizações locais e menos em direção aos serviços formais e/ou externos à comunidade as ações estiverem focadas, mais poder a comunidade terá nessa área de intervenção (Sadan, 2004).

O processo de *empowerment* provoca também um fortalecimento da organização como um todo para alcançar objetivos e metas, como sistema ou unidade. Aqui são proporcionadas experiências de liderança e tomadas de decisão compartilhadas, ações de comunicação e apoio efetivos, repartição de papéis e responsabilidades segundo a capacidade de cada um, troca de informações e recursos, gestão adequada em função do crescimento e desenvolvimento organizacional (Silva & Martínez, 2004), “forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformação social” (Gohn, 2004, p. 24).

Podemos ainda **diferenciar as instituições “empoderadoras” (*empowering*) das instituições “empoderadas” (*empowered*)**; sendo as primeiras àquelas que favorecem e apoiam seus membros em processos de *empowerment* pessoal e coletivo, e as outras àquelas que desenvolvem um processo de empoderamento organizacional que se revela em sua capacidade de envolver-se em interesses sociais ou políticos (Silva & Martínez, 2004; Stark, 2006 apud Kleba & Wendausen, 2009). Ou seja, uma

instituição pode atuar apenas para ampliar e fortalecer os recursos e possibilidades dos seus membros, mas não gera influência política e social sobre as condições de seu entorno, resultando num impacto pequeno sobre o desenvolvimento das capacidades dos membros.

Assim, Carmen Silva e María Loreto Martínez (2004) identificam quatro características básicas nas **organizações “empoderadoras”**: 1) crença em seus membros para proporcionar crescimento e um estado de confiança; 2) permitir uma liderança compartilhada que beneficie tanto as pessoas como a organização; 3) garantir oportunidades de exercício de múltiplos papéis e 4) oferecer apoio social. As **organizações “empoderadas”** são aquelas que trabalham em rede, influenciam políticas, alcançam suas metas, desenvolvem formas para aumentar sua efetividade, etc.

1.2.2 - Níveis

De acordo com o modelo conceptual desenvolvido por William Ninacs (2003), a intervenção tem por base três níveis de *empowerment* – **individual** (corresponde ao processo de assimilação do poder por uma pessoa ou grupo), **organizacional** (refere-se à apropriação do poder por uma organização, dentro da qual uma pessoa, grupo ou outra organização são empoderadas) e **comunitário** (corresponde à apropriação da comunidade pelo coletivo), entendendo ele, que o *empowerment* se dá por uma sucessão de etapas pelas quais os indivíduos ou grupo(s) se apropriam do poder e da capacidade de desempenho de forma autônoma, livre, informada e esclarecida, transformando escolhas em decisões.

A partir desse modelo, Pinto (2011:67-68) define:

- O *empowerment individual* revela-se então pela interação de quatro diferentes planos: **autoestima** (busca pela redefinição da identidade e o sentimento de competência pessoal, de confiança em si mesmo); **consciência crítica** (formação de uma consciência coletiva, social e política; requer uma capacidade de reflexão e análise social); **competências** (capacidades que permitem a participação e a execução das ações – novas ou redefinição das que

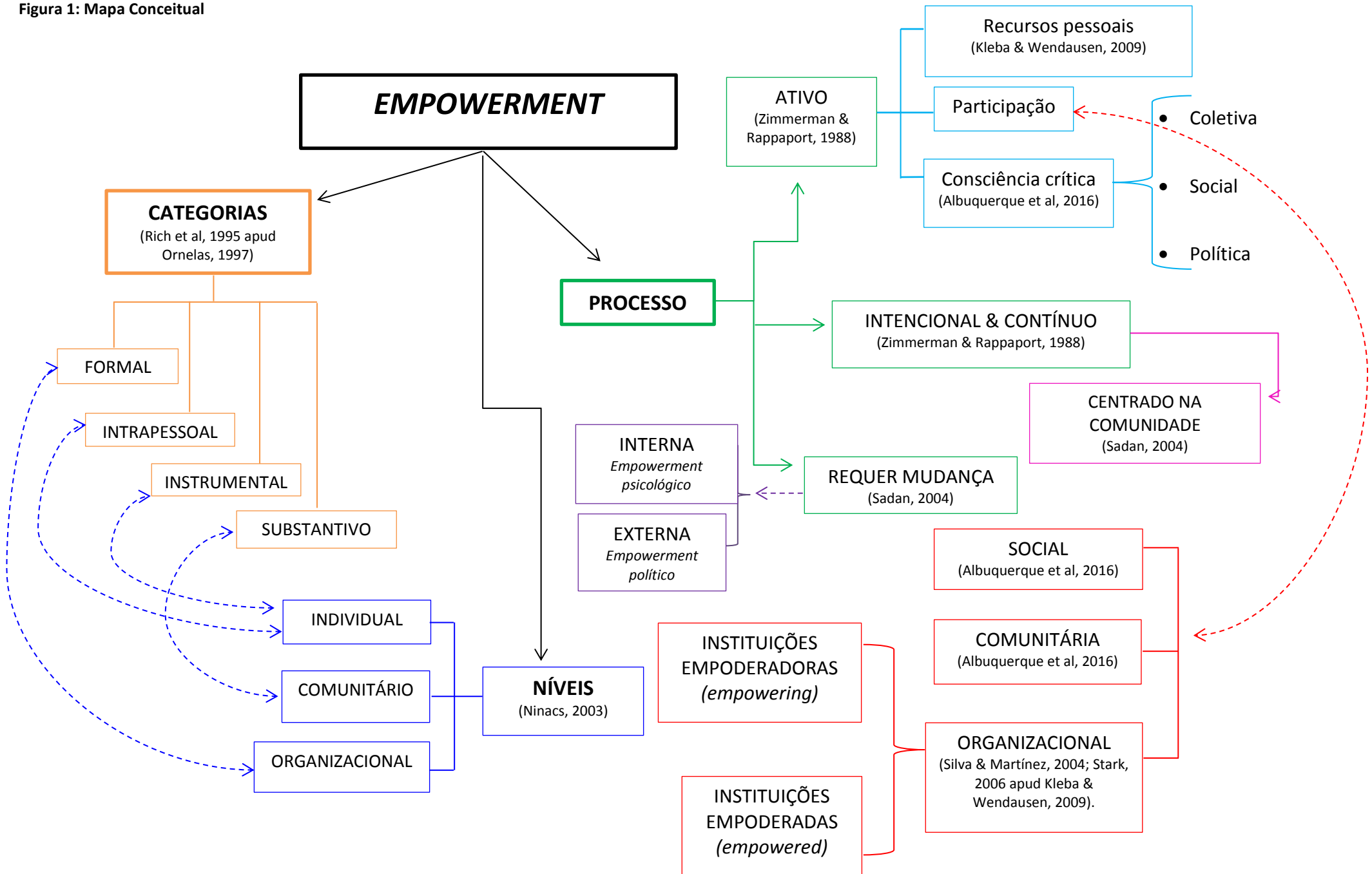
o sujeito já possui); e **participação** (transição entre a falta de palavra à expressão do indivíduo; ênfase no crescente envolvimento nos processos decisórios e na responsabilização pelas consequências da participação).

- O empowerment comunitário envolve por sua vez: **comunicação** (interação positiva, expressão de pontos de vista diferentes, circulação de informação relevante, transparência dos processos de decisão); **capital comunitário** (sentimento de pertença e consciência de cidadania implícita nas ações de autoajuda e ação coletiva); **competências** (identificação e reconhecimento das forças da comunidade – criar e manter sinergias, usar recursos, cooperação); e **participação** (laços que permitem aos elementos da comunidade participarem efetivamente nela, nos seus sistemas e recursos).
- O empowerment organizacional considerado como intermediador, o contexto ou meio pelo qual indivíduo e comunidades entram em processo de *empowerment*, opera, também, em quatro planos: **reconhecimento** (legitimidade da organização – passa pelo modo como os seus elementos a percebem, mas também como seu meio envolvente a percebe e se relaciona com ela); **consciência crítica** (capacidade de análise da organização); **competências** (trazidas pelos seus elementos, como posições de decisão ou não); e **participação** (da organização na comunidade, e em outras organizações).

Em resumo, o processo de *empowerment* é um caminho trilhado, de maneira formal ou informal, em direção à participação dos cidadãos, organizações e desenvolvimento comunitário, que lhes permitam ter voz, influência e capacidade de ação e decisão, sobre os temas que afetam suas vidas em diferentes instâncias (Horochovski, 2006; Ornelas, 1997).

O Mapa Conceitual apresentado (figura 1) mostra a inter-relação entre conceitos, categorias e níveis e ajuda na compreensão da complexidade dos processos de *empowerment*.

Figura 1: Mapa Conceitual



Da leitura e análise da síntese aqui produzida decorre a conceptualização de *empowerment* enquanto **processo ativo** que implica mobilização de recursos pessoais, participação (social, comunitária e organizacional), e consciência crítica (coletiva, social e política), **intencional** e **contínuo** (centrado na comunidade), **que requer mudança** (interna – *empowerment* psicológico; e externa – *empowerment* político) e é dividido em quatro categorias – **intrapessoal, instrumental, formal, e substantiva** – que podem ser associadas respectivamente a três diferentes e interdependentes níveis – **individual, organizacional e comunitário**.

1.3 - Empowerment e as metodologias participativas

A intervenção social direcionada às populações desfavorecidas é orientada por um projeto ético político de garantia de direitos sociais e de cidadania, maior justiça e equidade social, compromisso com a qualidade dos serviços prestados e com a defesa da liberdade e dignidade humana, mas que resulta sempre numa construção social na qual os interventores, as teorias, as práticas, e os contextos influenciam de forma significativa as escolhas a tomar. Os conceitos, as características pessoais, as competências e a experiência profissional, a maturidade reflexiva do interventor, a cultura organizacional, as características do território e das políticas públicas, a que se aliam as pessoas utentes dos serviços prestados e cidadãos de pleno direito, são elementos intrínsecos a essa construção. Por não existirem manuais pré-definidos para uma intervenção que respeite o projeto ético político referido, as metodologias participativas, no que concerne à criação de redes colaborativas para ação, têm ganhado prestígio (Almeida, 2017).

A mesma autora considera a participação como tema recorrente em todas as abordagens e modelos de intervenção social nas sociedades contemporâneas, uma "quase moda" em contextos diversos. Contudo, como dito anteriormente, para que o processo de *empowerment* ocorra e conseqüentemente haja transformação na própria pessoa e que essa mudança seja projetada para a comunidade onde vive e assim poder influenciá-la e automaticamente também ser influenciada, é necessário que haja abertura social para a participação das pessoas. A participação comunitária e o *empowerment* são os ingredientes principais dos programas inovadores de

intervenção social e são estruturados para ter lugar num contexto comunitário com a colaboração ativa do(s) grupo(s)-alvo (Ornelas, 1997).

Um dos principais objetivos da participação é **aumentar o poder** de indivíduos e comunidades, para tomar decisões individuais e coletivas. Um conceito que se estrutura a dois níveis interdependentes: o nível **micro** ou individual - processo de individuação que se revela como um percurso de identificação consigo próprio e com o sentimento de pertença a um grupo e comunidade que permite revelar processos de co-construção, tanto de alternativas sociais como de estruturas de oportunidade em níveis **meso** (comunidade) e **macro** (políticas) na construção de um percurso que defende a partilha de poder e a afirmação das diferenças, e adota uma “política interventiva orientada por princípios éticos de defesa da liberdade, igualdade e justiça social” (Vieira, 2015, p.127 apud, Almeida & Serra, 2016).

Para possibilitar o aumento de poder nesses diferentes níveis, é necessária a ativação da participação dos indivíduos em todos os contextos que exigem tomadas de decisão em prol do indivíduo e/ou do coletivo. A participação pode ser permitida, estimulada, garantida, mantida e manifestada em sete diferentes níveis que Jules Pretty (1995) indentificou como:

1) **participação manipuladora:** a participação é simplesmente uma pretensão, com representantes das pessoas em quadros oficiais, mas que são não eleitos e não têm poder;

2) **participação passiva:** as pessoas participam ao serem avisadas do que irá acontecer ou do que já aconteceu. É um anúncio unilateral de uma administração ou gestão de projeto sem qualquer consulta das respostas das pessoas;

3) **participação por consulta:** as pessoas participam sendo consultadas e os agentes externos escutam opiniões. Estes agentes externos definem problemas e soluções e poderão modificar ambos em linha com as opiniões dadas. Este tipo de processo não concede parte alguma na decisão e os profissionais não tem a responsabilidade de levar as opiniões em consideração;

4) **participação para benefícios materiais:** as pessoas participam providenciando recursos como trabalho em troca de comida, dinheiro ou outros incentivos materiais. Muito comum em áreas rurais, nas quais os agricultores cedem seus terrenos, mas não estão envolvidos no processo de experimentação ou no processo de aprendizagem;

5) **participação funcional:** as pessoas participam formando grupos para atender a determinados objetivos relacionados com algum projeto, que poderá envolver o desenvolvimento das etapas, ou a promoção de uma organização iniciada externamente. Estas instituições tendem a ser dependentes de iniciadores externos e facilitadores, mas poderão se tornar auto-dependentes;

6) **participação interativa:** as pessoas participam em análises conjuntas que conduzem a planos de ação e a formação de novas instituições locais ou ao fortalecimento das existentes. Tende para o envolvimento de metodologias interdisciplinares que procuram objetivos múltiplos e fazem uso de processos de aprendizagem estruturados e sistemáticos. Estes grupos tomam controle/posse das decisões locais e assim as pessoas têm participação em manter as estruturas ou práticas;

7) **auto-mobilização:** as pessoas participam tomando iniciativas independentemente de instituições externas para mudar sistemas. Estas mobilizações autoiniciadas e a ação coletiva poderão ou não desafiar correntes e distribuições desiguais de riqueza e poder.

Portanto, as experiências que envolvem a participação relacionam o grau de domínio e de compreensão dos participantes sobre o processo em que estão inseridos. Uma participação consciente é ainda, aquela em que os envolvidos possuem clareza e compreensão sobre o processo que estão vivenciando na medida em que sem o entendimento das razões e conseqüências dos seus atos, a participação é restrita, estabelecida em função de alguma forma de dominação. Pelo mesmo motivo, ela não pode ser imposta, doada ou concedida. Sua legitimidade encontra-se na conscientização da sua relevância, da negociação de espaços para o seu exercício e da constituição de regras que irão democraticamente delimitar a sua prática. Assim, a

participação deve ser considerada como o grande instrumento de acesso à cidadania. Em sua plenitude, a cidadania só se consolida na presença de uma participação entendida enquanto ação coletiva e exercício consciente, voluntário e conquistado (Tenório & Rosemberg, 1997).

De acordo como Helena Almeida (2017), “o partenariado⁶ e a intervenção em rede constituem o domínio onde operam as metodologias participativas na medida em que, pressupõem uma aceitação mútua de várias organizações sociais, políticas e económicas e diversos atores profissionais, com competências adequadas à intervenção em contextos complexos e diversificados. A participação ativa e consciente que relaciona o grau de domínio e de compreensão dos participantes sobre o processo ao qual estão inseridos, nos diferentes contextos, provocará resultados emancipatórios.

A capacidade de agir e a possibilidade de transformar escolhas em resultados estão, pois, diretamente relacionadas às metodologias participativas, na qual o sujeito é ator ativo nos processos de desempenho ocupacional e participação social em que, mais do que resultados, as experiências vivenciadas pelos membros promovem e concretizam o empoderamento.

Na implantação de processos destinados a transformação social, os múltiplos conceitos de edificação e formas de participação são uma nova janela de oportunidade, que promove a reconstrução de modelos e paradigmas. É essencial estruturar um entendimento comum, uma espécie de gramática para a intervenção, que em teoria suporta a construção da arquitetura de participação, ou seja, uma rede conceitual que estabelece os parâmetros para a avaliação da participação (Almeida & Serra, 2016).

Assim, **participação é redistribuição de poder**. A capacidade de agir e exercer o poder, ou seja, o desenvolvimento e a luta contra as desigualdades são,

⁶ O partenariado convida os atores a intervir em conjunto e de forma inovadora, que ultrapasse a simples articulação de competências. É uma relação de partilha estruturada e formalizada, entre atores sociais económicos, políticos, culturais, comunitários implicados numa ação comum desde a planificação, à realização e avaliação de atividades e serviços. É um modo de gestão das relações de poder (Denis Bourque, 2008 apud Almeida, 2017).

simultaneamente, uma condição e um produto do *empowerment* (Albuquerque *et al*, 2016). Esta é uma estratégia pela qual os indivíduos, não participantes até agora, possam promover reformas sociais significativas que lhes permitam compartilhar benefícios que envolvem a sociedade (Arnstein, 2002).

Portanto, a participação é benéfica na gestão dos projetos sociais uma vez que **favorece a sustentabilidade das ações** (diversifica os recursos e os adequa aos públicos-alvo e características da comunidade e do território), **potencia a aproximação à comunidade** (pela partilha de perspectivas, conhecimento das expectativas, necessidades, potencialidades e limites dos indivíduos, famílias, grupos e organizações), **permite a inovação dando oportunidade ao desenvolvimento do poder propositivo por parte dos profissionais** (o trabalho em rede favorece a relação interinstitucional, o reconhecimento de necessidades não cobertas pelos dispositivos e projetos existentes, e com base nesse conhecimento a elaboração de propostas conjuntas), **favorece a obtenção de resultados mais abrangentes** (pela diversificação de públicos-alvo e interconhecimento organizacional e profissional), **potencia a disseminação de boas práticas e de resultados da parceria** (que resulta do compromisso de responsabilidades e divisão de tarefas entre as partes envolvidas no projeto), **favorece a partilha de informação** (implica momentos de partilha e trabalho conjunto), **fortalece o trabalho em rede** (criação de laços interpessoais e interinstitucionais a nível profissional e político) e **a mediação entre pares** na resolução de divergências e conflitos (Almeida, 2017).

1.4 - Os processos de *empowerment* junto à população idosa

A população idosa é um grupo importante da sociedade que se destaca pelo seu elevado crescimento a nível mundial e pelas limitações de sua participação. Com otimismo, Paulo Machado (2003) diz que o século XXI terá mais idosos e esses serão mais velhos, porque viverão mais tempo, mas também terão maior rendimento, mais saúde, mais instrução, melhores condições habitacionais, serão mais ativos (profissionalmente e civicamente), mais conscientes dos direitos e mais disponíveis para usufruir da cultura e do lazer.

O aumento da expectativa de vida conjugado com a diminuição das taxas de fertilidade está a traduzir-se num forte envelhecimento social. Segundo os dados apresentados pelo Documento de Reflexão sobre a dimensão social da Europa produzido pela Comissão Europeia – CE (2017), atualmente na União Europeia (UE) há mais pessoas com mais de 65 anos de idade do que crianças com menos de 14 anos e a expectativa é de que em 2050, quase um terço dos europeus terá 65 anos ou mais, comparado com menos de um quinto hoje em dia.

“Atualmente, quase um terço das pessoas com mais de 65 anos de idade vive sozinha e dois terços das pessoas com mais de 75 anos dependem de cuidados de saúde informais que são prestados sobretudo pelos familiares em primeiro grau. Uma em cada seis pessoas idosas vive em situação de pobreza, estando as mulheres idosas particularmente expostas a pensões de baixo valor pecuniário, em resultado de carreiras incompletas.” (CE, 2017).

Então, o aumento da expectativa de vida coloca em foco a melhora dos serviços de saúde e da qualidade de vida da população e num envelhecimento demográfico com repercursões ao nível da saúde e da segurança social, impactando intensamente as políticas públicas e os serviços sociais (CE, 2017) abrindo oportunidades para as inovações sociais.

O paradigma do envelhecimento ativo enfatiza a necessidade da constituição de uma estrutura de oportunidades para essa população, um desafio a todos os que reconhecem que ser idoso é continuar a ser pessoa com direitos e deveres de cidadania (Almeida, 2012) cujas necessidades são universais e estão ligadas à sua idade e não a problemas específicos. Por isso, sua impotência deve ser entendida como consequência de uma política social de privação e de valores sociais discriminatórios sendo notável a necessidade de um ambiente mais empoderador (Gallant et al., 1985 apud Sadan, 2004).

Se quisermos que o envelhecimento seja uma experiência positiva, numa sociedade em que se pretende todas as idades, o lugar do idoso deverá ser (re)inventado, a identidade do “mais velho” deverá ser socialmente recategorizada (Machado, 2003) e acompanhada de oportunidades contínuas de saúde, participação e

segurança. A Organização Mundial da Saúde adotou o termo “envelhecimento ativo” para expressar o processo de conquista dessa visão:

Envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas (OMS, 2015).

O objetivo do envelhecimento ativo, no qual a participação nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis deve ser contínua, e não somente ter capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho, é aumentar não só a expectativa de uma vida saudável, mas também, a qualidade de vida⁷ para todas as pessoas que estão envelhecendo, inclusive as que são frágeis, fisicamente incapacitadas e que requerem cuidados. Aplica-se, portanto, tanto a indivíduos quanto a grupos populacionais permitindo que as pessoas percebam o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida, e que essas pessoas participem da sociedade de acordo com suas necessidades, desejos e capacidades; ao mesmo tempo, propicia proteção, segurança e cuidados adequados, quando necessários (OMS, 2015).

Manter a autonomia⁸ e independência⁹ durante o processo de envelhecimento é uma meta fundamental para indivíduos e governantes. A abordagem do envelhecimento ativo baseia-se no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas mais velhas e nos princípios da participação¹⁰, assistência¹¹, dignidade¹² e auto

⁷ Qualidade de vida é “a percepção que o indivíduo tem de sua posição na vida dentro do contexto de sua cultura e do sistema de valores de onde vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. É um conceito muito amplo que incorpora de uma maneira complexa a saúde física de uma pessoa, seu estado psicológico, seu nível de dependência, suas relações sociais, suas crenças e sua relação com características proeminentes no ambiente” (OMS, 1994). À medida que um indivíduo envelhece, sua qualidade de vida é fortemente determinada por sua habilidade de manter autonomia e independência.

⁸ Autonomia é a habilidade de controlar, lidar e tomar decisões pessoais sobre como se deve viver diariamente, de acordo com suas próprias regras e preferências (OMS, 2015).

⁹ Independência é, em geral, entendida como a habilidade de executar funções relacionadas à vida diária – isto é, a capacidade de viver independentemente na comunidade com alguma ou nenhuma ajuda de outros (OMS, 2015).

¹⁰ Participação é permanecer integrado à sociedade, participar ativamente na formulação e implementação de políticas que afetam diretamente seu bem-estar, transmitir aos mais jovens conhecimentos e habilidades, poder formar movimentos ou associações de idosos (ONU, 2000).

¹¹ Por assistência a ONU (2000) entende beneficiar-se da ajuda e proteção familiar e comunitária, de acordo com os valores culturais da sociedade; ter acesso aos serviços de saúde prevenindo-se da

realização¹³ estabelecidos pela Organização das Nações Unidas - ONU (2000). Assim, o planejamento estratégico deixa de ter um enfoque baseado nas necessidades, em que as pessoas mais velhas são alvos passivos, para uma abordagem baseada em direitos, o que permite o reconhecimento dos direitos dos mais velhos à igualdade de oportunidades e tratamento em todos os aspectos da vida à medida que envelhecem.

As mudanças sociais e tecnológicas requerem políticas não orientadas por modelos sociais ultrapassados de envelhecimento, mas sim, modelos que aproveitam as oportunidades que as abordagens inovadoras proporcionam, apoiando a responsabilidade dos mais velhos no exercício de sua participação nos processos políticos e em outros aspectos da vida em comunidade (OMS, 2015) empoderando esse grupo social. Envelhecer com dignidade constitui, portanto, uma meta que agrupa dimensões econômicas, políticas e sociais interdependentes e adequadas ao nível de desenvolvimento pessoal e social adquirido por aqueles que não estão em idade produtiva, mas que já contribuíram para o desenvolvimento das sociedades com seu trabalho, cultura, palavra e ação (Almeida, 2012).

incidência de doenças; ter acesso a atenção institucional humanizada, ter acesso a serviços sociais e jurídicos que lhe assegurem melhores níveis de autonomia, proteção e assistência; desfrutar os direitos e liberdades fundamentais, quando residente em instituições que lhe proporcionem os cuidados necessários, respeitando-se sua dignidade, crença e intimidade. Deve desfrutar ainda o direito de tomar decisões quanto à assistência prestada pela instituição e à qualidade de sua vida.

¹² Por dignidade entende-se poder viver com decência e segurança, sem ser objeto de exploração e maus-tratos físicos e/ou mentais; ser tratado com justiça, independente da idade, sexo, raça, etnia, deficiências, condições econômicas ou outros fatores (ONU, 2000).

¹³ Aproveitar as oportunidades para total desenvolvimento de suas potencialidades e ter acesso aos recursos educacionais, culturais, espirituais e de lazer da sociedade (ONU, 2000).

CAPÍTULO 2 – PROBLEMA DE PESQUISA E OPÇÕES METODOLÓGICAS

2.1 - Problema de pesquisa

O Estado tem papel fundamental para a elaboração de políticas públicas e para o desenvolvimento de ações voltadas para a resolução de problemas sociais desafiadores. A inovação e o empreendedorismo social emergem no contexto da renovação dos serviços de bem-estar prestados, intimamente relacionados às estruturas democráticas e participativas de governo, e, desde a década de 1990, vêm adquirindo crescente importância na agenda de políticas públicas e no âmbito acadêmico (Hulgard & Ferrarini, 2010).

Novas ideias - serviços, produtos e modelos – que simultaneamente respondem a necessidades sociais, criam novas relações sociais ou colaborações com processos participativos em que há interações entre os indivíduos, envolvendo atores e stakeholders interessados na resolução de um problema social, e que ainda, não só beneficia a sociedade, mas também aumentam a capacidade de agir dela, podem ser consideradas inovações sociais (BEPA, 2011). Referem-se ainda às mudanças nas dinâmicas das relações sociais (incluindo as relações de poder), nas agendas, agências e instituições em prol da inclusão de grupos e/ou indivíduos excluídos em diferentes esferas e escalas sociais, contrariando as forças que buscam preservar ou fortalecer a exclusão (Moulaert et al, 2005).

A partir do recorte do envelhecimento populacional mundial, destacam-se dois projetos inovadores de intervenção, que atuam no território português: **A Avó veio Trabalhar** e o **Vintage For a Cause**.

Numa perspectiva de capacitação, inclusão, partilha, troca de experiências e criação de redes e laços esses projetos, idealizadas por empreendedores sociais que vislumbram um futuro próximo no qual os sêniores farão parte do cotidiano das cidades, tendo liberdade, espaço, voz e capacidades preservadas para continuarem os projetos de vida enquanto viverem têm relevância social e política uma vez que surgem para dar respostas ao isolamento e estigma social, numa luta diária de apresentar à sociedade um envelhecimento dinâmico e participativo.

Assim, a questão que se coloca é como a prática desses projetos se aproxima dos processos de *empowerment* tendo em vista que o uso das metodologias participativas nas dinâmicas de trabalho favorecem os processos de *empowerment* que nesses dois cenários são meio e fim das atividades ofertadas.

2.2 - Objetivos, finalidades, hipóteses e dimensões do estudo

O **objetivo central** desta investigação é perceber como as atuações desses projetos de intervenção social se aproximam dos processos de *empowerment* do público alvo, comparando as suas práticas. Os **objetivos específicos** estão inclinados para compreender como os mesmos são operacionalizados e assim perceber como estimulam a mobilização dos recursos pessoais das utentes a fim de promover maior controle sobre situações específicas de vida pessoais, bem como a participação dentro do projeto, na comunidade e na política. Associadas a este problema de pesquisa, estão, pois, as seguintes questões:

- Como é o funcionamento e em que medida a operacionalização dos projetos permitem que os idosos manifestem controle sobre situações específicas de suas vidas?
- Em que medida a estimulação do desenvolvimento de habilidades contribui para a mobilização de recursos pessoais do público alvo?
- Como os idosos participam nos projetos? E na comunidade?
- Qual o nível de participação dos idosos envolvidos nos projetos?
- Há divisão de liderança interna aos projetos e o desenvolvimento de redes para fortalecer e viabilizar a participação dos idosos?
- Que estratégias desenvolvem para terem acesso aos recursos governamentais e comunitários?
- Qual o contributo da participação dos idosos nos projetos?
- Como os projetos avaliam as mudanças individuais e coletivas, em grupo e na comunidade?

Consideram-se as definições de *empowerment* fundamentais neste trabalho – as quatro categorias e os três diferentes níveis, procurando localizá-los no contexto dos projetos que materializam as possibilidades de empoderamento de parte da

população idosa portuguesa. O conceito e os níveis de participação são operacionalizados com vista a identificar como os projetos escolhidos estimulam a participação do público alvo em direção ao empoderamento do mesmo.

As dinâmicas dos projetos foram analisadas aqui como um conjunto de tarefas e rotinas de trabalho para tentar perceber o sentido da ação dos empreendedores sociais idealizadores e gestores dos mesmos, seus efeitos e a forma de apresentação dentro e fora dos contextos dos projetos.

A hipótese para este estudo é de que as dinâmicas de trabalhos que reinventam, reaproveitam materiais e promovem a interação entre as técnicas tradicionais e modernas, bem como diferentes gerações, defendem e fomentam um envelhecer menos ocioso, mais criativo, menos estigmatizado, mais divertido e mais poderoso, garantindo um espaço seguro e projetando suas ações para uma futura mudança social.

Ademais, tem-se a hipótese de que os projetos atuam na tentativa de ir ao encontro dos fundamentos do *empowerment*, uma vez que os empreendedores sociais idealizadores/gestores dos projetos em questão, agem com o população alvo em parcerias com o Estado e comunidade, com o objetivo de promover capacitação, participação, mudança de paradigmas, qualidade de vida, voz e reconhecimento social.

2.3 - Tipo de pesquisa

A partir do interesse na percepção dos sujeitos que vivenciam a prática, optou-se por uma pesquisa qualitativa que segundo Roberto Richardson (2012) pode ser caracterizada como uma tentativa de compreender detalhadamente os significados e características de situações apresentadas pelos entrevistados e por se tratar de uma investigação de ideias, um percurso para descobrir significados nas ações individuais e nas interações sociais a partir da perspectiva dos atores que interveem no processo (Coutinho, 2013). Orientado pelo paradigma sócio crítico, de caráter emancipatório, uma vez que a intenção da investigação é também trazer o conhecimento adquirido, divulgando-o através do discurso argumentativo da pesquisa em questão (Bastos, 2006).

Esta é ainda uma pesquisa descritiva, uma vez que pretende descrever as características dos projetos e suas respectivas formas de trabalhar, e exploratória proporcionando maior familiaridade com o problema, na tentativa de torná-los mais explícitos (Gil, 2002). Do tipo estudo comparativo, tendo em vista que, de um modo geral, a técnica comparativa permite, por meio da exploração das similaridades e diferenças, encontrar os princípios de alteração de um determinado fenômeno ou dos padrões mais gerais de um fenômeno em um grau maior de abstração, sendo neste estudo ancorada no método da concordância que de maneira simplificada busca-se casos que concorda em uma dada circunstância e divergem nas demais (TILLY, 1984 apud Balestro, Vargas & Junior, 2007).

Consideraram-se dois projetos de intervenção social que atuam no território português, sendo eles: **A Avó Veio Trabalhar (AVT)** e o **Vintage for a Cause (VFC)** pois, são projetos similares, idealizados e estruturados por empreendedores sociais para dar respostas inovadoras ao isolamento social, à participação reduzida na vida comunitária, ao ócio, às memórias esquecidas da população sénior pela via dos trabalhos artesanais e labores domésticos (crochê, tricô, costura, etc).

Esses projetos foram selecionados a partir da construção de um benchmarking, trabalho comparativo realizado com a busca online de informações a respeito das práticas de projetos inovadores, através do qual selecionou-se pela semelhança entre as ferramentas de intervenção utilizada, bem como o público ao qual se dedicam, viabilizando assim, o trabalho comparativo de ambas as práticas.

2.4 - População e amostra

A seleção dos projetos considerados neste estudo foi ao critério de amostra não probabilística, criterial ou intencional na qual “o investigador seleciona segmentos da população para o seu estudo segundo um critério pré-definido” (Coutinho 2013, p.95). A tabela 1 apresenta, pois, a escolha dos participantes da investigação que se deu então pelo critério de fazerem parte dos projetos de diferentes pontos de vista: o de quem idealizou, gere e facilita os processos de intervenção, e as utentes, que se beneficiam das atividades ofertadas.

	Critério	Participantes
A Avó Veio Trabalhar	a. gestores/idealizadores/facilitadores b. utentes	a. S. e A. b. 5 Idosas
Vintage for a Cause	a. gestores/idealizadores/facilitadores b. utentes	a. H. b. 5 Idosas

Tabela 1: Participantes segundo o critério da amostra/2017

2.5 - Técnicas e procedimentos de recolha de dados

2.5.1 - Entrevista semiestruturada e a entrevista grupal

Após a definição e caracterização dos projetos e diante do interesse em perceber como os idealizadores/gestores/facilitadores percebem a prática e operacionalizam as atividades dos projetos e também, tentar perceber de que maneira e em que medida as práticas se aproximam dos processos de *empowerment*, optou-se por realizar entrevistas exploratórias, semiestruturadas para a obtenção de uma visão institucional, ou seja, do ponto de vista dos projetos. Este tipo de entrevista garante maior flexibilidade ao investigador no desenvolvimento da entrevista e permite-lhe pedir informações sempre que tal se revele importante (Coutinho, 2013).

Foram realizadas, portanto, duas entrevistas: uma com os dois responsáveis pelo AVT, S. e A., e outra com a responsável do VFC, H.. Gravadas mediante permissão assinada em termos de consentimentos entregues previamente.

No planeamento inicial da investigação, pensou-se também, como técnica de recolha de dados das utentes, a realização de entrevistas grupais nas quais as questões contemplavam a forma como conheceram os projetos, quanto tempo os frequentavam, em quais atividades participam, quantas vezes por semana, se são responsáveis por alguma atividade específica, qual o sentimento de pertencerem a esses grupos, qual o significado dos projetos nas suas vidas e se percebem mudanças na vida pessoal e coletiva após a entrada nos projetos. Mas, ao adentrar o campo,

percebeu-se que a execução das mesmas era inviável devido às dinâmicas de trabalho de ambos os projetos, nas quais, o movimento de entrada e saída, a circulação das utentes, as atividades em concomitância e os trabalhos a serem despachados, inviabilizaram a formação dos grupos focais, optando, pois, por adaptar as técnicas aos limites que o contexto apresentava.

Dessa maneira, foram realizadas entrevistas informais, menos estruturadas possíveis, mas ainda com objetivo central de coletar dados. Este tipo de entrevista ajuda na obtenção de uma visão geral do problema, bem como a percepção (ou aspectos da individualidade) do entrevistado (Gil, 2008). Foram realizadas cinco entrevistas informais em ambos os projetos que não foram gravadas. Optou-se pela não assinatura dos termos de consentimento das utentes, uma vez que a instituição deixou livre acesso para observação e participação das dinâmicas de trabalhos para a coleta de informações.

Em concomitância, tentou-se adotar uma postura de observadora participante nos dois projetos, com três visitas de campo em cada um deles. No AVT, foi possível uma observação participante artificial, na qual o observador se junta ao grupo com o objetivo de realizar uma investigação (Gil, 2008), nesse caso, revelada ao grupo. Os gestores tentaram organizar a rotina de maneira que eu tivesse acesso às utentes no momento em que as atividades acontecem exatamente para facilitar o entendimento das dinâmicas, bem como envolver nas atividades do dia. Foram feitos registros em diário de campo.

Já no VFC, a observação foi simples, uma vez que foi possível apenas conhecer o espaço, presenciar as atividades e as dinâmicas de trabalho, dialogando minimamente com as utentes. Como a rotina aqui é bastante controlada, mesmo com o combinado de que eu estaria presente para tentar conversar com as mesmas, a gestora adiantou que talvez fosse difícil recolher informações por causa da dedicação e envolvimento delas nas tarefas do dia. Assim, foi possível coletar informações simples das utentes, e informações pertinentes das dinâmicas, sem estar envolvida nas atividades, registradas também em diário de campo.

Um dos inconvenientes da observação está na presença do pesquisador, estranho ao grupo, podendo provocar alterações no comportamento dos observados, comprometendo a espontaneidade dos mesmos, produzindo, pois, resultados pouco realísticos (Gil, 2008).

2.5.2 - Notas de campo

Durante o trabalho de campo foi autorizada a livre circulação da pesquisadora pelos espaços e atividades de ambos os projetos, foi permitida ainda o acompanhamento de uma atividade externa com o grupo do AVT, numa sessão de teatro, sendo possível observá-las fora do espaço do projeto, as dinâmicas, as relações e interatividade do grupo.

As observações foram registradas em diários de campo, (referenciadas como **NC**) baseadas em categorias de anotação, sobretudo quanto às relações de poder entre as utentes e os gestores, à autonomia do fazer e gerir o espaço e a produtividade; às iniciativas e sugestões; às formas de relacionarem com o espaço, com as atividades, com as outras pessoas (utentes, público, gestores); às tomadas de decisões e resolução de demandas; ao ambiente; à auto percepção e sentimento de pertença ao grupo; à participação e aos significados (produtos verbais e não verbais que definem ou direcionam as ações).

2.6 - Pesquisa bibliográfica e documental

O estudo inicia com a pesquisa e revisão bibliográfica que garantiram o aporte teórico para o entendimento prévio do conceito discutido. Como fontes documentais foram feitas buscas online de material mediático como redes sociais, sites próprios, entrevistas e notícias. A análise desse material levantado foi considerada tendo em vista a relevância da divulgação dos projetos e o interesse em perceber a projeção e alcance dos mesmos, bem como o percurso até aqui.

2.7 - A entrada no campo de pesquisa

A entrada no campo de pesquisa foi feita mediante contato telefônico com os responsáveis do AVT, sendo o primeiro contato feito em 06 de janeiro de 2017,

seguindo-se posteriores agendamentos por correio eletrônico. O primeiro contato pessoal ocorreu no dia 20 de março de 2017, data da assinatura do termo de consentimento e entrevista com os gestores/idealizadores.

Para a entrada no campo de pesquisa do VFC, o contato telefônico inicial não foi possível, sendo inevitável iniciar e manter o contato por correio eletrônico. O primeiro contato ocorreu no dia 09 de março de 2017, seguido de uma primeira visita em 19 de abril de 2017, data da assinatura do termo de consentimento e entrevista com a gestora/idealizadora.

Os termos de consentimento assinados esclareceram a participação voluntária na pesquisa, sendo permitida a recusa em participar a qualquer momento da pesquisa sem qualquer tipo de consequências, permitiram que as entrevistas fossem gravadas para facilitar as transcrições que foram submetidas à análise de conteúdo. Nele também foram consentidas a observação e as conversas com as utentes.

2.8 - Análise de conteúdo, interpretação e validação dos dados

Após a realização das entrevistas e transcrição das mesmas, reuniu-se com o material de pesquisa documental e do diário de campo, constituindo o *corpus* da pesquisa. A partir disso, desenvolveu-se a análise de conteúdo exploratória que, segundo Laurence Bardin (1977), é um conjunto de técnicas de análises das comunicações que recorre a procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever os conteúdos das mensagens, em três momentos consecutivos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação). É, pois, um método de análise que pode ser utilizado, com êxito, tanto em planos quantitativos quanto em planos qualitativos, como análise de entrevistas ou depoimentos de tudo o que é escrito em jornais, livros, websites e também em imagens.

Na primeira fase deste trabalho, procurou-se organizar todo o material produzido através das regras de **exaustividade** (esgota-se a totalidade da comunicação); **representatividade** (a amostra deve ser representativa do universo); **homogeneidade** (os dados devem ser do mesmo tema e recolhidos a partir de técnicas

iguais); **exclusividade** (cada elemento é classificado em apenas uma categoria); e **pertinência** (os documentos devem ser adaptados ao estudo em questão), enunciadas em Clara Coutinho (2013).

A etapa seguinte foi a sistematização das ideias com uma “leitura flutuante” (Bardin, 1977) do material, em busca da estrutura narrativa, dando destaque para seus principais aspectos, analisando e confrontando hipóteses e questões norteadoras em função das teorias conhecidas (Coutinho, 2013).

O modelo de análise é composto por conceitos, dimensões e indicadores articulados entre si para juntos formarem um quadro de análise coerente. A partir do modelo analítico podem-se definir os eixos da investigação criando relações entre os conceitos e respectivas dimensões.

Neste sentido, assume-se que o *empowerment* é uma abordagem para a justiça social e participação inclusiva, que obriga uma implicação pessoal, social e política, sendo um produto de um processo que relaciona estrutura de oportunidades e a capacidade das pessoas em fazer escolhas e as fixarem no mundo. Os conceitos do *empowerment* que serão trabalhados aqui, conduzem à perspectiva de Albuquerque *et al* (2016) na qual este é um produto da interação de cinco eixos com diferentes papéis: **fim** (organiza toda a ação), **tempo e espaço** (promovem ou cria restrições nos processos de mudança), **atores** (profissionais, organizações, agentes políticos e agentes da sociedade civil que podem mobilizar alternativas sociais e políticas) e **metodologias** (permitem a participação dos cidadãos e que, com isso, criam valor através do desenvolvimento de habilidades e competências, dão visibilidade às expectativas da população, promovem a mudança possível e as adequam ao contexto), como sintetiza a figura 2.

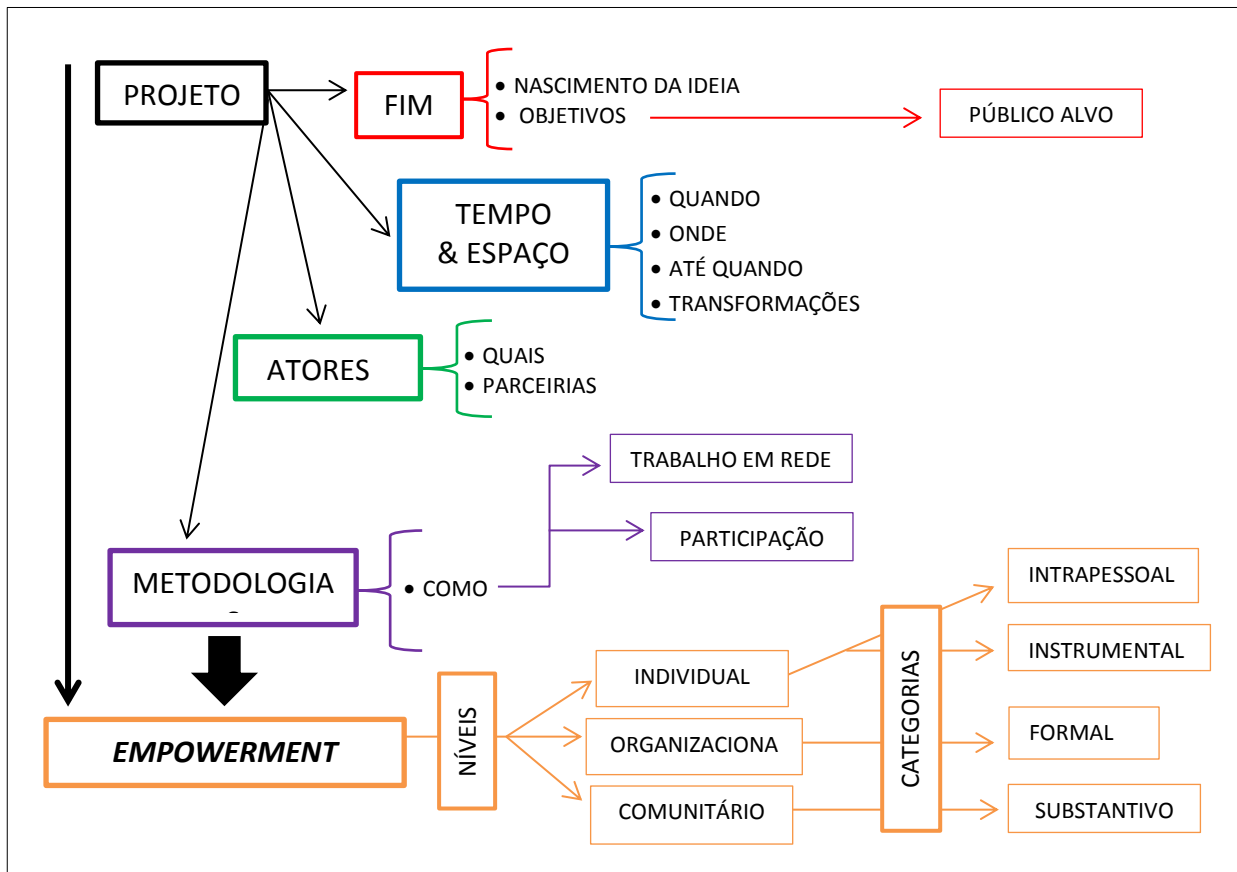


Figura 2: Eixos temáticos da pesquisa/2017

Com o material organizado em eixos temáticos seguiu-se um recorte das unidades de registro, para serem utilizadas como unidades de base para determinar, por exemplo, o sistema de valores do texto (Richardson, 2012).

Foram criadas a partir das unidades de registro também níveis e categorias que permitiram a inferência e a interpretação dos dados. Nesta etapa, a fundamentação teórica foi essencial para a construção de sentidos, uma vez que na interpretação “é preciso voltar atentamente aos marcos teóricos, pertinentes à investigação, pois eles dão suporte e perspectivas significativas para o estudo” (Coutinho, 2013:221-222).

A validação da pesquisa embasou-se a partir da triangulação das fontes de dados com a teoria.

CAPÍTULO 3 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

3.1 - O empreendedor social e a inovação na intervenção social

Os movimentos de trabalhadores do século XIX inspiraram o surgimento de muitas cooperativas e associações de socorros mútuos que localizamos hoje. Foram igualmente os chamados “novos movimentos sociais” que moveram um conjunto de organizações, predominantemente de caráter associativo, que se alargaram a partir da década de 70 (Ferreira, 2005). Desde então que, em termos internacionais, a referência ao terceiro setor está relacionada às discussões sobre Estado-Providência, ou seja, sobre o papel do Estado na sociedade civil na integração social e no bem estar das populações. Atualmente, o terceiro setor é frequentemente convocado nas diversas dimensões transformadoras do Estado-Providência, pois contribui para o empreendedorismo e inovação social, para a economia e o emprego, para a governação infra e supranacional ou até para a democracia, para a solidariedade e para o reforço das comunidades. (Ferreira, 2013).

O conceito de empreendedor tem se tornado cada vez mais popular, com ênfase nas atividades e organizações lucrativas e tem seu enraizamento na ideia de Schumpeter que coloca a inovação no centro da sua definição (Ferreira, 2005). No contexto das organizações de interesse coletivo, surge o conceito de empreendedor social, que entre outras coisas, aponta para a noção de mudança sistêmica, pois modificam a forma do fazer; atacam as causas do problema no lugar de tratar os efeitos; pretendem reduzir as necessidades e não apenas satisfazê-las; buscam mudanças sistêmicas e melhorias sustentáveis e, apesar de atuarem localmente, suas ações são potenciais estimuladores de melhoramentos globais nos campos escolhidos (Dees, 2001 apud Ferreira, 2005).

“A função do empreendedor social é reconhecer quando uma parte da sociedade está bloqueada e fornecer novos modos de desbloqueá-la. Ele ou ela identificam o que não está a funcionar e resolvem o problema mudando o sistema, difundindo a solução e convencendo sociedades inteiras a darem novos saltos. Os empreendedores sociais não se contentam apenas em dar o peixe ou a ensinar a pescar. Eles não descansarão enquanto não revolucionarem a indústria da pesca” (Ashoka, 2004 apud Ferreira, 2005).

Os empreendedores sociais são, portanto, diferenciados no que diz respeito à maneira como abordam os problemas sociais, mais do que identificar problemáticas e soluções para as mesmas, eles ou elas, vislumbram a eficácia e impacto social.

À inovação social é atribuído o conceito de processo que se desenvolve fora do mercado e inúmeras vezes sem a intervenção direta do Estado, e que prioritariamente visa à inclusão social. A inovação social é entendida como uma resposta nova e socialmente reconhecida que pretende e gera mudança social através da ligação de três atributos: satisfação das necessidades humanas não satisfeitas pelo mercado; promoção da inclusão social; e capacitação de agentes ou atores sujeitos a processos de exclusão/marginalização social, potenciais ou efetivos, destacando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder. É então, no âmbito dos processos – **de inclusão social, da capacitação e a própria perspectiva de que mudança social é a transformação das relações de poder** – que a inovação social adquire maior relevância (André & Abreu, 2006).

Inovações sociais referem-se ainda às mudanças nas dinâmicas das relações sociais (incluindo as relações de poder), nas agendas, agências e instituições em prol da inclusão de grupos e/ou indivíduos excluídos em diferentes esferas e escalas sociais, contrariando as forças que buscam preservar ou fortalecer a exclusão (Moulaerte *et all*, 2005).

É nesse cenário de intervenção social, no qual a colaboração estreita entre os atores (investigador e investigados), que juntos, contribuem para o aperfeiçoamento da prática que surgem os projetos de intervenção social inovadores que se pretende comparar neste estudo.

A ambiguidade das representações sociais do idoso que, por um lado é visto como alguém sábio e experiente, que tem histórias para contar, e por outro é aquele que necessita de ajuda para realizar as tarefas cotidianas, alguém dependente e improdutivo, que ainda é um encargo adicional para a família, fomenta a associação do envelhecimento a uma série de estereótipos e mitos que tendem a veicular a crença da velhice como um período de vida negativo e vivenciado de forma homogênea pelos diferentes indivíduos (Fonseca, 2011).

AVT e VFC são projetos idealizados e estruturados por empreendedores sociais para dar respostas ao isolamento social, à participação reduzida na vida comunitária, às memórias esquecidas da população sénior pela via dos trabalhos artesanais (crochê, tricô, costura, etc), reinventando, reaproveitando e promovendo a interação entre as técnicas tradicionais e modernas, bem como diferentes gerações, defendendo e fomentando um o ócio mais criativo em busca de um envelhecimento menos estigmatizado, mais divertido e mais poderoso, projetando suas ações para a mudança social.

3.2 - O campo de pesquisa

O campo de pesquisa é constituído por dois projetos de âmbito comunitário situados nas cidades de Lisboa e Porto, encontrados numa busca online de informações noticiadas pelos media, sites e páginas dos projetos. Para a apresentação dos mesmos foram utilizadas essas buscas online bem como as observações feitas no campo, e fragmentos das entrevistas realizadas com os gestores, pois percebeu-se que a trajetória de vida/profissional dos mesmos para a construção do trabalho realizado, a descrição pessoal do projeto e a apresentação da rotina de trabalhos são fatores importantes que ajudam na compreensão da abrangência de cada um deles.

3.2.1 - A Avó Veio Trabalhar

Uma história em que avós usam batom vermelho, camisetas divertidas, vão a festivais de rock e são protagonistas de suas vidas...

A página do *facebook* descreve o AVT como um “projeto de partilha, aprendizagem e *empowerment*, que através dos labores tradicionais e do design, aumenta o poder de intervenção dos seniores na sociedade”. Esse espaço acaba por ser um laboratório criativo, no qual o património imaterial do território guardado pelos séniores é recuperado e o potencial empreendedor dos participantes é estimulado para a formação, produção e comercialização de produtos que representam a comunidade local.

Numa sociedade cada vez mais envelhecida e negligenciada, na qual os séniores são vistos como inúteis, A Avó Veio Trabalhar é um projeto que surge na

tentativa de mudança desse paradigma: “lá os avós ensinam, aprendem, criam, trabalham, vivem, se acompanham e emanam vida” – diz A., psicólogo que em parceria com S., designer e detentora de um carinho especial pela terceira idade, idealizaram e levaram a cabo esse projeto que está sediado em Lisboa e que conta com mais de 68 avós.

Na entrevista realizada para esta dissertação com os dois entusiastas, S. explica seu percurso profissional e pessoal para dizer de onde veio essa ideia, premiada e eleita como a melhor ideia do ano de 2015 pela edição portuguesa da revista Time Out, que faz as avós ‘pensarem fora da caixa’:

“A ideia já tem alguns anos, é uma ideia de 2004. (...) eu tirei designer de equipamento e estudei em Itália, no politécnico de Milão (...) comecei a perceber que o design afastou-se muito das comunidades locais e que muitas vezes já não está a ter uma verdadeira consequência no melhoramento na vida das pessoas como foi no início, quando começou a aparecer. E voltei para Portugal assim um bocadinho sem saber muito bem o que fazer e a ideia acabou por surgir porque eu fazia voluntariado num lar. Na altura fazia a ocupação de tempos livres, ainda não sabia muito bem o que eu andava a fazer, mas tinha a ver com metodologias colaborativas da criação de qualquer coisa, e depois em 2004, o que aconteceu foi que estava a haver a Bienal Experimenta Design, e havia uma exposição que se chamava “o meu mundo e novo artesanato”, e estavam a procura de novas ideias, novos artistas, coisas diferentes que tivessem a acontecer. Alguém sugeriu que eu enviasse e acabou por ser, um conceito inovador que depois foi exposto. O que acontece, enquanto designer recém-saído da universidade e sem ter uma estrutura por trás, acabou por ser um piloto porque depois não foi continuado. Depois fui fazendo meu caminho profissional, descobri que queria trabalhar na área da inovação social, design social, fui trabalhando ao longo duma década e o que acontece é que nesses meus percursos atribulados sempre como consultora, trabalhando para várias ONGs, conheci o A., que também já tinha feito um périplo de várias experiências nesses projetos comunitários, ele era coordenador de um projeto em Chelas, que era o projeto REMIX, e acho que houve aqui um clique no sentido de acreditarmos nas mesmas coisas, termos visões semelhantes do que que é trabalho comunitário, do que que é essa questão de empoderamento, do que que é essa questão dalguns projetos de cuidar e dar assistência versus os outros que no fundo acabam por transformar mesmo a vida das pessoas. Trabalhamos para esse projeto comum e depois decidimos arriscar e criar nossa própria organização” (S., 2017).

A partir desse encontro, S. e A. criam em 2013 a Fermenta Associação que é uma entidade sem fins lucrativos, composta por uma equipe multidisciplinar de nove profissionais (dentre eles antropólogos, curadores, fotógrafos, designers, vídeo artistas, entre outros), com o objetivo de promover a valorização social e cultural, através do design responsável e cooperativo. “Tiraram a ideia da gaveta”, fizeram a candidatura à Câmara Municipal de Lisboa, ao Programa BIPI-ZIP¹⁴, passaram, foram selecionados e foi aí que AVT arrancou, há dois anos e meio sensivelmente.

Ainda não é possível remunerar as *avós* (jeito carinhoso escolhido pelos idealizadores de identificar o público alvo) pelo trabalho realizado, tendo em vista que todo o dinheiro arrecadado é reinvestido no próprio projeto que hoje em dia não tem mais o apoio da Câmara Municipal. Foram contemplados numa candidatura recente à Fundação Gullbenkan com um donativo de 10.000 euros para o pagamento do arrendamento da loja/sede do AVT, o restante das despesas fica a cargo das receitas geradas pelos *workshops* na comunidade nos quais as *avós* ensinam e trocam experiências, e pelas vendas de produtos, na tentativa de gerar sustentabilidade nesta fase de mais gastos que arrecadações.

Sobre a escolha do nome S. diz que **A Avó Veio Trabalhar** é muito simples de explicar:

*“Nós reparamos que as pessoas quando se reformam perdem um pouco da sua identidade. Porque quando trabalhamos, e nós passamos muito tempo a trabalhar, estamos muito tempo focado nas nossas carreiras, há quase um ‘nós somos o trabalho que fazemos’. E quando as pessoas se reformam, perdem essa identidade, e há um vazio do EU. E o que nós sentimos é que de alguma maneira criamos o desafio de pôr as pessoas a pensarem que a lógica do trabalho não tem que ser só uma lógica esclavagista, em que o objetivo é apenas uma remuneração, mas o objetivo pode ser a valorização e o que acontece é que, **sim nós não somos um projeto de ocupação de tempos livres**, portanto as pessoas estão aqui para trabalhar e pelo fato de trabalharem usufruem de uma série de coisas, constroem sua própria identidade, porque são valorizadas, porque há um objetivo,*

¹⁴ O Programa BIP-ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção prioritária de Lisboa, criado pela Câmara Municipal de Lisboa, no quadro do Programa Local de Habitação (PLH), é um instrumento de política pública municipal que busca dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais de melhoria dos “habitats” abrangidos, através do apoio a projetos levados a cabo por juntas de freguesia, associações locais, coletividades e organizações não governamentais, contribuindo para o reforço da coesão sócio territorial no município (<http://habitacao.cm-lisboa.pt>).

porque há uma caminhar comum. Acho que pra nós é assim, uma grande vitória quando elas se apresentam às outras pessoas e a segunda coisa que dizem é que são da AVT, ou seja, volta haver essa identidade do trabalho” (S., 2017).

É nesse contexto que todos os envolvidos aprendem novas técnicas manuais que aliam o tradicional ao contemporâneo, ministram e assistem palestras, *workshops*, encontram novas amigas e encontram a si mesmas. S. diz que objetivo central é *“facilitar o retorno dos sénioreis ao movimento do trabalho, mas não no sentido de voltarem a trabalhar, mas que hajam uma valorização dos talentos pessoais e que haja um empoderamento desta comunidade para que eles percebam o seu valor e que a idade é um valor. E que a própria comunidade também perceba o valor que eles têm. Ou seja, pra nós, os labores domésticos são muito no sentido de que os sénioreis são quase os ‘gagge keepers’ da cultura imaterial da comunidade local, e devem ser celebrados, respeitados precisamente por esse motivo”*.

AVT, além de oferecer um espaço de trabalho e de capacitar essas senhoras, é também a porta de entrada para novas experiências.

O espaço físico está dividido em três partes: um *hall* de entrada, com quatro poltronas e uma mesa grande que possibilita agrupar entre oito e dez pessoas com conforto. Ao fundo, duas salas, uma como uma espécie de almoxarifado, onde se armazenam os produtos das coleções e outra onde ficam os tecidos, uma mesa com uma máquina de costura, caixas e sacos com os trabalhos identificados pelo nome das utentes, compõe um espaço físico acolhedor (NC, 2017).

Outro ponto positivo da loja escolhida para sediar o projeto é a porta de entrada que dá para rua e ainda tem uma vitrine que além de proporcionar a exposição dos produtos, dá visibilidade aos transeuntes que podem ver o que tá sendo feito e entrar para conhecer, interagindo com as utentes e ainda, mediante a programação, participar das atividades que estão acontecendo (NC, 2017).

O projeto promove ainda, diversas atividades, como viagens (para *workshops* e eventos) e até mesmo participação em festivais de músicas, como foi o caso do

Festival Bons Sons, que permitiu a uma avó de mais de 80 anos curtir – na primeira fila – um animado show de rap (Hentschke, 2016).

O público alvo são pessoas em idade de reforma, avós e potenciais avós que não precisam necessariamente saber utilizar essas técnicas artesanais, mas que gostem de experimentar coisas novas e que estejam disponíveis. Existe um homem que frequenta o projeto, mas, sendo a costura o recurso utilizado aqui, o público é majoritariamente feminino.

Então, qualquer pessoa acima de 55 anos pode se juntar à família do AVT. A participação é gratuita, consoante à disponibilidade delas. A loja abre de segunda a sexta, das 10hs às 18hs com uma pausa no horário do almoço. Aos fins de semana acontecem atividades extras e pontuais conforme a agenda mensal:

“De 2ª a 6ª feira nós recebemos avós que vêm no período da manhã, algumas ficam para o período da tarde e depois almoçam aqui nesta área geográfica, há outras avós que só vêm no período da tarde. O interessante é que as pessoas que vem ter conosco e que já estão conosco há algum tempo já sabem o que tem para fazer. Na sala, posso te mostrar aqui ao lado, as avós têm seus sacos de trabalho, e quando chegam, continuam o trabalho” – diz A. (2017).

O *background* de S. com os labores domésticos e design têxtil acabou por influenciar a escolha das técnicas utilizadas e também a simplicidade de se fazer esse tipo de artesanato em comparação à cerâmica ou projetos em madeira, por exemplo. As produções acontecem em formato de coleções sempre idealizadas pela S. e com uma participação ativa das *avós* no sentido de escolherem participar ou não das coleções propostas.

“Há um conceito geral que normalmente sou eu quem delimito, mas que depois como é que nós vamos aplicar e como é que ele acaba por ficar, é participado. Depois o que eu faço no final é uma curadoria outra vez, para voltar afunilar o que é que funciona e o que é que não funciona. É quase como, imagina, partes de um ponto, depois há uma dispersão no sentido de experimentarmos muitas coisas, depois há outra vez um afunilar de tentar perceber quais funcionam bem e a partir daí a coleção avança. E há sempre, idealmente, em quase todas, um lado criativo pra cada uma das pessoas que faz o seu produto. Ou por exemplo, eu posso ter uma panóplia de cores, mas eles podem escolher dentro dessa panóplia, as cores que querem para fazer o seu objeto. Por exemplo no tear, houve a liberdade de

por as franjas ou não por, isso traz também portanto, que eles não estejam só a replicar o objeto” – diz S. (2017) sobre a produção das peças da coleção .

Para promover o projeto e valorizar não só a marca, mas também as *avós*, todos os produtos levam etiquetas personalizadas, com os nomes e fotos de quem os faz, juntamente com a frase: *“She made it for you”* – uma tentativa de valorizar o trabalho e agregar valor simbólico aos produtos que revelam as inúmeras possibilidades criativas de quem frequenta esse espaço.

3.2.2 - Vintage for a Cause

O que acontece aqui é algo maior: elas interagem entre si, recontam as histórias de vida, socializam...

Partindo da ideia de que todas as pessoas são capazes de manter a vontade de criar, desenvolver competências e planos, e ter uma participação ativa na sociedade, independentemente da idade e condição; com a missão de promover um envelhecimento ativo, desenvolvimento pessoal, relacionamento interpessoal e inclusão social, pela via da ocupação, o VFC, criado em 2013, é um clube de costura localizado na cidade do Porto, no qual mulheres com mais de 50 anos, sem ocupação profissional, transformam roupa usada (obtida pelas próprias ou doada por terceiros), em roupa com inspiração *“vintage”*, de *design* exclusivo, com apoio de estilistas de renome, revertendo as receitas das vendas na íntegra para a sustentabilidade do projeto (vintageforacause.pt).

Esse projeto de empreendedorismo social contra o isolamento de mulheres em idade de reforma foi idealizado por H.. Filha de costureira, H. sabia que o *vintage* está na moda, mas não sabia que havia tanta demanda. Na entrevista realizada com a entusiasta para esta pesquisa, H. explica seu percurso pessoal para dizer de onde veio a ideia que remonta a lógica do consumo, apresentando possibilidades de reutilização de roupas e tecidos numa perspectiva mais consciente do consumo a partir da criação de uma marca (porque o *Vintage for a Cause* é uma marca de roupa que trabalha para a ocupação de tempo livres de senhoras em idade de reforma):

“O projeto começa numa pós-graduação de empreendedorismo e inovação social. Havia um exercício que tínhamos que apresentar uma ideia que fosse inovadora, sustentável combinassem recursos, que fosse escalável e replicável e, portanto não te posso explicar objetivamente como é que eu tive a ideia, mas tem muita a ver com a minha experiência pessoal, porque minha mãe é costureira e tenho mais três irmãos e nós sempre usamos roupa reaproveitada. E isso te condiciona, tu ficas com um gosto em termos de roupa muito peculiar, e eu tinha alguma dificuldade em encontrar roupa original que fosse de qualidade por um preço que eu pudesse pagar. Portanto, o tipo de roupa que aqui se faz é um bocadinho o tipo de roupa que eu acho que existe muita gente que procura e que não consegue. Apesar de o produto ainda não estar neste patamar (...)a minha visão de produto era um bocada essa. E depois eu cresci com meus avós, minha mãe era costureira, mas deixou de trabalhar, os meus avós foram morar na minha casa e eu percebi que quando ela deixou de trabalhar começou a ficar muito atrofiada, quer em termos sociais, ao nível de consciência das coisas, ela que era bastante ativa e muito dinâmica e parecia estar muito bem e realizada em termos pessoais enquanto trabalhava, depois de deixar de trabalhar ficou muito isolada e muito atrofiada. E quando eu vim para o Porto, isso ficou ainda mais claro porque eu fui morar para uma zona velha da cidade e todas as minhas vizinhas moravam sozinhas, tinham máquina de costura e passavam muito tempo sozinhas, reclamavam muita atenção, às vezes chamavam a campainha para pedirem favores e coisas, ou mesmo para conversar um bocadinho. Então foi um clique. Porque a maior parte das pessoas com mais de 50 anos aprendeu a costurar. E o projeto nasce muito com essa perspectiva de “vamos juntar um grupo de pessoas que já é velha para o mercado do trabalho mas que ainda é nova para receber aquelas respostas que são para gente já mais velha”. Acaba sempre nos centros de dia (...). E, portanto, o projeto nasce um bocadinho dessa perspectiva: vamos criar um sítio onde elas possam costurar, transformar as peças com a ajuda de especialistas para garantir qualidade e valor à marca e que possa ser um bocadinho o projeto de vida delas também” (H., 2017).

Numa tentativa de transformar o isolamento social decorrente de diferentes fatores, incluindo a falta de preparo para as reformas, esse projeto surge como forma de intervenção que vai além da transformação das roupas, ele transforma vidas: *“A dinâmica de cumplicidade, confiança, a criação de laços profundos é fantástica. Elas gostam de ir ao clube para se divertir, falar com as amigas, trocar receitas, cantar o fado... A costura é mesmo um pretexto”*, diz H. para a revista RECICLA, na qual obteve destaque na rubrica *“Tendências Eco”* da edição de Jan-Março de 2014.

O espaço físico apesar de pequeno possui dois andares. Na parte de baixo, por onde se entra na loja, estão expostas as roupas das coleções desenvolvidas e na vitrine

estão apenas um busto, vestido com uma blusa “modelo” e alguns objetos que dão pouca visibilidade ao lindo trabalho que se faz ali. O posicionamento da entrada à loja, que fica dentro de um prédio comercial, impede que os transeuntes vejam e interajam com as utentes como é no AVT, o que acaba por viabilizar o acesso apenas de quem sabe do projeto ou de quem adentra o prédio (NC, 2017).

Na parte de cima encontram-se as máquinas de costura, as roupas e os tecidos que é a matéria prima das coleções, as peças que estão sendo produzidas, bem como as prateleiras com aviamentos. Avistam-se também as mesas para corte e modelagem que comportam seis pessoas com conforto, uma mesa para passar a ferro, compondo um ateliê cheio de recursos, mas que limita o espaço de trabalho ao máximo de dez pessoas, contando a facilitadora, a trabalhar juntas (NC, 2017).

A dinâmica dos trabalhos já passou por algumas mudanças e ajustes. H. diz que muito teve que aprender com as tentativas de fazer roupas com qualidade integrando o serviço de ocupação de tempos livres com contratação de pessoas capacitadas, voluntariado e parcerias para irem aprimorando as técnicas de costura para viabilizar a venda das peças.

Então, este ano, e depois de ter percebido todas as dificuldades, H. que está atenta aos entraves inclusive de passar as informações para as utentes, busca ter cautela para fazer os comunicados sobre as eventuais reconfigurações:

“(...) porque isso depois também não se pode, eu pego pra mão e digo ‘isto não funciona então a partir de amanhã esqueçam’, isto vai tudo. Não! Tem de ser gradual, tem que se comunicar isto as pessoas, tem de se explicar porque que isto está a acontecer, tem que se reunir com elas várias vezes porque elas não retêm a informação, e apesar de se sentirem muita propriedade do projeto, quando é para contribuir elas não querem essa responsabilidade. É muito difícil essa parte” (H., 2017).

Já foi feita um a avaliação de impacto, por psicólogos, especializados também em envelhecimento ativo e intervenções com a comunidade. Os resultados da avaliação de impacto revelou que na realidade houve melhoria na autoestima, na qualidade de vida, na satisfação com o suporte social, mas isso não é o mais significativo e representativo do projeto em termos estatísticos:

“Porque depois disso tudo depende da amostra e aqui há uma variável muito interessante que é muitas das pessoas que vem ao projeto são sinalizadas por algumas instituições, o que significa que elas já participam noutras atividades e, portanto, participar nesta atividade não tem estatisticamente uma relevância tão grande quanto seria se essa fosse a única atividade delas. E, portanto, aquilo que a avaliação de impacto destaca como sendo ponto forte do projeto é a questão da aprendizagem e das técnicas de reciclagem” (H., 2017).

Então, este ano, a entusiasta do VFC decidiu isolar aquilo que é participação das senhoras a puro lazer da produção para marca. Ou seja, as utentes frequentam *workshops* temáticos, mensais, com 8 vagas, com um custo simbólico de 1euro (para elas se comprometerem):

“(…) umas não gostam de costurar, outras gostam de bordar, de crochê, tricô e é impossível, com idades diferentes, estímulos diferentes, gostos diferentes, teres ateliers permanentes que agradem a todas. Então os workshops são mensais, tem um tema, quem quer inscreve-se, quem não quer (re)inscreve-se no seguinte e assim também garante-nos uma rotatividade de pessoas. Temos workshops uma vez por semana que é para pessoa 50+. Tem duração de um mês, um mês e meio, consoante os temas, ao final desses workshops as pessoas ou reinscrevem-se no próximo ou não participa e vêem outras pessoas nas mesmas condições: ter mais de 50 anos e não estar a trabalhar. (...)Definimos com no máximo 8 senhoras. O espaço é pequeno, tem que haver condições para as pessoas estarem à vontade, para as pessoas poderem conversar, criarem intimidade entre elas e com quem está a ensinar.” (H., 2017).

Para aderir ao projeto não é preciso saber costurar o **“objetivo é dar melhor qualidade de vida às pessoas, uma ocupação que lhes permita ter um envelhecimento ativo e uma satisfação com as redes pessoais que tem e que vão criando”** (H., 2017). Para que isso continue acontecer, o projeto tem o apoio da *Fundação EDP*¹⁵ e aluga a loja a preço fora de mercado por ser um imóvel cedido pela Câmara Municipal do Porto. As receitas geradas pelas vendas das peças retornam para

¹⁵ Criada em 2004, “a Fundação EDP é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, criada pela EDP – Energias de Portugal, S.A.. A constituição da Fundação EDP veio consolidar o compromisso do Grupo EDP com o imperativo de cidadania, centrando a atividade no Desenvolvimento Sustentável e tendo por fins gerais, a promoção, o desenvolvimento e o apoio a iniciativas de natureza social, cultural, científica, tecnológica, educativa, ambiental e de defesa do património, com especial intervenção no setor energético. Alinhada com a estratégia de sustentabilidade e com os valores do Grupo EDP, a Fundação EDP assume a missão de participar ativamente na afirmação do Grupo enquanto referência corporativa de inovação e transformação da sociedade portuguesa” (www.fundacaoedp.pt).

o projeto pagar as horas de trabalhos das costureiras contratadas bem como da designer que segue com a linha de produção das coleções e ministra os *workshops*.

O nome do projeto, segundo H., foi concebido a partir de três elementos:

*“O **vintage** foi primeiro para aproveitar uma tendência. Já que estamos a falar de moda, e também porque é fácil desmontar o conceito. A **causa** é para as pessoas perceberem que tem um objetivo. **Em inglês**, precisamente porque percebi que em Portugal não iria ser, se calhar, o sítio onde iríamos vender melhor os produtos, portanto vamos precaver a questão do nome em inglês que se permite ter um alcance muito maior. (...) Claro que depois disso também cria constrangimentos (...) para o projeto pelo nome é muitas das vezes eu acho que ao associar uma causa parece que retiras valor à marca, às pessoas. O *non profit*, parece que retira isto pode ser um contra sendo e se calhar eu estou a falar sem dados empíricos, portanto é só a sensação que eu tenho, a se é por uma causa, se calhar é pra ajudar pessoas, e as pessoas automaticamente parece que desvalorizam, não associam a marca de roupa. Parece que temos que fazer um esforço maior para dizer, não isto é uma marca de roupa: ‘ok, estamos aqui, isto é possível competir com os outros, os casacos são giros vejam comprem porque isso é uma alternativa’. Outro constrangimento é a conotação sempre com a estética *vintage*. Que apesar de ser a base e ser um conceito, que basicamente *vintage* quer dizer só algo antigo e de qualidade, clássico, que nunca cai de moda, intemporal. Basicamente é isso, e depois somos um bocadinho confundidos com a estética *vintage*, e nunca foi esse o objetivo do projeto, por quê? Porque uma estética *vintage* se consegue numa loja de segunda mão com preços muito mais acessíveis. A ideia é ter roupa com uma estética urbana e que seja eclética. Que dê para ir trabalhar ou pra ir sair, não é, aquele clássico, casual, mas urbano, atual” (H., 2017).*

Atualmente o plano é ampliar a oferta de serviços para o público em geral, abrindo pra pessoas de todas as idades, inscrições em *workshops* também temáticos, porém com preços dentro do mercado, para gerar receitas que cubram as despesas para manter as atividades voltadas para as pessoas com mais de 50 anos que não estejam a trabalhar. Identificar quais são os produtos que tem maior venda, para tentarem perceber qual o preço real das peças e qual a margem de lucro conseguem sustentar para seguirem. A certificação ao nível de sustentabilidade das peças que confirmem que são peças recicladas também está a caminho.

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Como a proposta desta investigação é perceber e comparar a forma de atuação dos dois projetos de intervenção social apresentados destacando-se os objetivos para compreender como são operacionalizados dentro dos contextos num determinado tempo, incluindo a evolução do projeto até hoje, e assim perceber se e como as práticas vão ao encontro dos processos de *empowerment* do público alvo, bem como do próprio projeto, iniciou-se a análise dos dados recolhidos a partir da percepção dos idealizadores/entusiastas e gestores dos projetos em questão, mas logo percebeu-se que as observações do campo não poderiam estar isoladas numa segunda parte, exatamente porque o modelo de análise definem os eixos da investigação e criam relações entre os conceitos e as dimensões (Coutinho, 2013), exigiu-se, desde o início, correlacionar a visão de quem operacionaliza os projetos com a perspectiva de quem participa nele (público alvo).

As tabelas apresentadas nas sessões seguintes têm como objetivo simplificar a operacionalização das informações colhidas no campo e facilitar o processo comparativo dos dois projetos.

4.1 - Dos objetivos à concepção do nome

Nesta primeira parte foi tratada a concepção da ideia e o tipo de respostas escolhidas para responder ao problema social identificado pelos mesmos.

A finalidade da intervenção organiza toda a ação num espaço de tempo e dentro de um contexto. A partir da análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com os responsáveis pelos projetos, organizou-se na tabela 2 a síntese dos objetivos e respostas dos projetos, informações chaves para uma primeira discussão comparativa ao nível das soluções encontradas para o isolamento, ócio e estigma social da população majoritariamente feminina sénior, residente em diferentes cidades portuguesas, Lisboa e Porto, bem como quais são suas contribuições e percepções quanto as possíveis mudanças (individuais, coletivas e comunitárias), e assim, traçar um paralelo entre as teorias do *empowerment* as quais se adequam.

AVT e o VFC, apesar de terem sido idealizados por pessoas com formações diferentes e estarem localizadas em contextos diferenciados, são projetos inovadores de empreendedorismo social que a partir de um diagnóstico social – o crescente envelhecimento populacional inversamente proporcional ao número de iniciativas diferenciadas existentes – propõem respostas com algumas similaridades:

	<i>A Avó Veio Trabalhar</i>	<i>Vintage for a Cause</i>
CONTEXTO/PROBLEMA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Envelhecimento inativo - inutilidade ➤ Perda da identidade relacionada ao trabalho ➤ Inutilidade ➤ Isolamento da comunidade sénior 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Isolamento de mulheres acima de 50 anos de idade ➤ Envelhecimento inativo - Inutilidade ➤ Ausência de respostas para as mulheres que estão em idade de reforma mas que ainda tem capacidade de criar, produzir e projetar sonhos.
OBJETIVOS	<p>MUDANÇA DE PARADIGMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Envelhecimento ativo – desafiar as utentes e a comunidade a acreditar nas capacidades que adquiriram ao longo da vida ➤ Visibilidade – “<i>role models</i>” (tornarem-se exemplo) ➤ Ócio criativo - novos desafios e experiências ➤ Novas formas de trabalhar ➤ Empowerment 	<p>MUDANÇA DE PARADIGMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Inclusão social ➤ Combate ao isolamento - pela via da ocupação de tempos livres ➤ Envelhecimento ativo ➤ Ócio criativo ➤ Desenvolvimento pessoal ➤ Criação e fortalecimento de laços – redes de relacionamento interpessoal que se têm e que vão criando
SOLUÇÃO	<p>Juntos, psicólogo e designer, buscam a reinserção sócio profissional de pessoas com mais de 50 anos através do design social - <i>codesign</i> e <i>coprodução</i>; participação nas atividades comunitárias, misturando gerações (intergeracional).</p>	<p>Clube de costura criado por uma advogada para promover a participação ativa das mulheres através de atividades ocupacionais.</p>

<p>CARÁTER INOVADOR</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ União das técnicas tradicionais dos trabalhos domésticos (tricô, crochê, bordado, etc.) com o design contemporâneo. ➤ <i>Codesign</i> ➤ Coprodução ➤ Capacitação - workshops ➤ Utilização das redes sociais e outros meios de comunicação para divulgar o envelhecimento a partir de um novo paradigma – <i>OLD IS NEW YOUNG! OLD IS THE NEW TREND!</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Upcycling</i> – reaproveitamento, transformação e remodelagem de roupas e peças inutilizadas (pessoais e da indústria têxtil) ➤ Criação da marca <i>Vintage for a Cause</i> ➤ Parcerias com designers de renome ➤ Coprodução ➤ Capacitação – <i>workshops</i> ➤ Vendas online
--------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 2: Síntese dos objetivos e respostas dos projetos – elaboração da autora/2017

As respostas oferecidas para o isolamento social, envelhecimento inativo, inutilidade, perda da identidade relacionada ao trabalho e ausência de respostas para esse grupo social são parecidas no que diz respeito às técnicas utilizadas, neste caso, os trabalhos domésticos (costura, tricô, crochê, etc.), mas diferenciam-se em aspectos importantes. A concepção do nome, por exemplo, se relaciona com a ideia, perspectiva, expectativa e objetivos pretendidos com a proposta de intervenção, destacando-se:

- O nome **A Avó Veio Trabalhar** surge como uma proposta de reinserção sócio profissional, antiesclavagista, na qual se troca trabalho, neste caso, mão-de-obra artesanal de quem detém o conhecimento e que já não tem espaço social – ser velho está associado a perdas, está fora de moda, ou seja, não é lugar para quem tem muito que ensinar e ainda saúde para gozar de momentos inesquecíveis, diferentes e sem cara de velhice, por possibilidades de desfrutar de uma série de atividades que não seria possível pelo estigma social, além de ampliar a rede interpessoal de quem ali trabalha, sem relacionar trabalho diretamente com dinheiro:

“(…) nós não somos um projeto de ocupação de tempos livres, portanto as pessoas estão aqui para trabalhar e pelo fato de trabalharem usufruem de uma série de coisas, constroem sua própria identidade, porque são valorizadas, porque há um objetivo, porque há um caminhar comum” (S., 2017).

- Já o **Vintage for a Cause**, traz a ideia conceitual do estilo *vintage*, que está na moda, associada a uma causa: focar em pessoas que estão em determinada fase da vida e que ainda são capazes de reposicionarem-se e fazerem outras coisas, na qual se aprendem técnicas de costura, estamparia, entre outras, participam-se das produções de coleções da marca, ocupam os tempos livres, desfrutam de uma nova rede interpessoal proporcionada pelo convívio com pessoas da mesma faixa etária e que tem gostos semelhantes e ainda combate o estigma social:

*“Eu nunca visualizei o projeto que apesar de tratar ou ter foco em pessoas idosas, as tratasse tendo em conta a idade (...) e, portanto, não podia ser nada conotado com velhas fofinhas, ‘vamos ajudar velhinhas indefesas coitadinhas’! **O vintage foi primeiro para aproveitar uma tendência.** Já que estamos a falar de moda... e também porque é fácil desmontar o conceito. **A causa é para as pessoas perceberem que tem um objetivo.** Em inglês, precisamente porque percebi que em Portugal não iria ser, se calhar, o sítio onde iríamos vender melhor os produtos, portanto vamos precaver a questão do nome em inglês que se permite ter um alcance muito maior” (H., 2017).*

Os **objetivos** são ligeiramente diferentes tendo em conta a visualização do cenário e certamente da trajetória dos projetos até aqui. O VFC é descrito como um projeto de **ocupação de tempos livres**, focados em mulheres com mais de 50 anos de idade, com capacidades preservadas para ainda estarem ativas, além de terem interesse na área da costura. Também voltado para o público sénior, o AVT preocupa-se em ser diferenciado na apresentação, sempre a enfatizar que **não** é um projeto voltado para a ocupação de tempos livres e sim, para a **integração em projetos/coleções que funcionam como trabalho**, no qual as utentes comparecem consoantes às disponibilidades pessoais criando a própria rotina de trabalho dentro e para o projeto.

Contudo, as utentes que estavam presentes nos dias de observação, e que contribuíram com a pesquisa, relatam e enfatizam que gostam de frequentar o AVT pois esse é um espaço onde aprendem e ensinam coisas novas, convivem, socializam e preenchem o tempo ocioso:

“aqui é um dos poucos lugares onde tenho acolhimento, atenção, carinho...” (F., 2017) – relata emocionada essa utente cheia de saúde, boa memória e que já foi a ‘cara’ do projeto.

“acho as coleções engraçadas... gosto de fazer umas coisinhas... é muito importante para ocupar o tempo... faço o que me mandam e venho quando posso” (L., 2017) – diz outra utente do projeto.

As **soluções** apresentadas também apresentam diferenças uma vez que a formação e as experiências anteriores dos idealizadores influenciam a maneira de pensar e atuar no e para o campo. Portanto, o AVT é uma proposta criada por um psicólogo e uma *designer* que buscam a reinserção sócio profissional de pessoas com mais de 50 anos através do *design* social – *codesign* e coprodução através da participação nas coleções propostas, *workshops*, encomendas, atividades na comunidade, interagindo com pessoas de todas as idades – intergeracional.

O VFC, idealizado por uma advogada, pós-graduada em Empreendedorismo e Inovação Social, filha de costureira, se preocupa em promover a participação ativa de mulheres a partir dos 50 anos por uma razão estatística: o isolamento social afeta essencialmente mulheres, através da criação de um clube de costura que oferece atividades ocupacionais – *workshops* e coleções da marca – com a costura como pano de fundo.

“E porque a própria costura e este tipo de workshops são melhores aceitas por mulheres. Claro que incluir homens ia ser giríssimo, mas além dos homens negligenciarem o isolamento, vivem menos anos e tendem a ocupar-se mais facilmente com outro tipo de atividades. Há muito preconceito e resistência na área da costura, e da moda propriamente dita” (H., 2017).

A união das técnicas tradicionais dos labores domésticos (tricô, crochê, bordado, etc.) com o *design* contemporâneo, o *codesign*, a coprodução, a capacitação através de *workshops* e a utilização das redes sociais e outros meios de comunicação para divulgar o envelhecimento a partir de um novo paradigma – *OLD IS NEW YOUNG!* *OLD IS THE NEW TREND!* – são elementos em destaque de inovação do AVT.

A criação da **marca** *Vintage for a Cause* que usa o *upcycling* – reaproveitamento, transformação e remodelagem de roupas e peças inutilizadas

(pessoais e da indústria têxtil), para criar suas coleções, em parcerias com *designers* de renome, a coprodução, a capacitação através de *workshops* e as vendas online são um conjunto de características inovadoras da iniciativa VFC.

As respostas ofertadas pelos dois projetos são **inovadoras** no que diz respeito ao uso das técnicas tradicionais. De um lado o AVT reúne os tradicionais labores domésticos com o *codesign* e a coprodução para apresentar às utentes e à comunidade que o *design* contemporâneo pode ser um instrumento de intervenção emancipatória quando incrementa o modo de fazer com capacitação, partilha, criação e manutenção de laços, utilizando as redes de comunicação para divulgar as atividades, e também combater o estigma.

A memória, que na sociedade moderna parece ter um valor limitado à geração que a produziu, aqui ganha um tom de desafio: tornar interessante e relevante às novas gerações aquilo que os idosos sabem fazer e gostam. A contemporaneidade provoca as comunidades com o desafio de vencer as barreiras impostas pela modernidade entre as gerações, permitindo que estas possam ser interlocutoras na construção de um presente e um futuro em comum, a partir de um querer comum. Para isso, nem o velho precisa se impor ao novo, nem o novo, ao velho, com a pretensão de se criar um diálogo que constrói pontes e redes entre novos e velhos (Costa & Maciel, 2009).

Do outro, o VFC resgata as técnicas de costura para a coprodução da marca social criada, que além do viés de sustentabilidade ambiental, pois utiliza o *upcycling* como forma de reaproveitar roupas e tecidos usados, garante a inclusão de costureiras reformadas, de *designers* experientes e de senhoras que sofrem com o isolamento social, na mesma lógica de capacitação, utilizando os trabalhos em rede e as redes de comunicação para divulgar o trabalho, combater o estigma, colaborar para a mudança da lógica de consumo e ainda vender os produtos.

“Tenho uns jovens que me acompanham em casa... eles que me indicaram o projeto” (MJ., 2017) – fala de uma das utentes sobre a forma pela qual conheceu o projeto.

Essa senhora enviuvou-se há um ano, e como não tem filhos, nem uma relação de proximidade com seus familiares, se beneficia de outro projeto que combate o isolamento através da integração entre jovens e sêniores na qual os mais jovens fazem companhia aos mais velhos em alguns períodos do dia, e que acaba por ser parceiro de outras iniciativas, numa lógica de trabalho em rede.

Os pontos em comum de inovação perpassam pela técnica utilizada – costura e labores domésticos, mas também na utilização dos espaços da cidade que viabilizam a exposição dos produtos, permitindo a circulação e apropriação dos espaços pelas utentes considerados inapropriados para a faixa etária em destaque.

4.2 - O percurso trilhado

O percurso trilhado pelas iniciativas estudadas além de revelarem alguns constrangimentos da prática, e também a crença e a perseverança em seguir com os ajustes necessários para atingirem os objetivos propostos, ajudam a esclarecer o cenário atual das intervenções.

O projeto do VFC começou com um piloto em fevereiro de 2013.

“O primeiro teste foi basicamente juntar meia dúzia de coisas, juntar pessoas para fazer acontecer, foi com um grupo de 10 pessoas, foi quando tivemos mais estilistas, não tínhamos costureiras na altura” (H., 2017).

Portanto, eram as participantes que executavam as peças mediante orientação das estilistas voluntárias, parceiras e apoiadoras da causa, porém, foi quando o produto final saía com pior qualidade. Uma sessão fotográfica bastante conceitual, e o apoio das redes pessoais que sustentaram no início (apoios e empréstimos dos amigos), conseguiu-se salvar a venda das coleções para essa rede, pois a produção não tinha qualidade para entrar no mercado.

“Quando eu digo pior qualidade é ao ponto de quase não ser comercializável” (H., 2017).

A partir do resultado da primeira experiência com a produção, a fim de melhorar a qualidade dos produtos, tentou-se incluir uma costureira no grupo, que fosse paga, pois percebeu-se que, *designers* a título de voluntariado seria conveniente,

desde que houvesse uma possibilidade de um acompanhamento mais próximo e regular. O mesmo se diz quanto às costureiras, percebeu-se, pois, que os recursos técnicos tinham que ser pagos para serem eficientes.

“(...)designers a título de voluntariado é interessante, mas se eles só podem vir cá uma vez por semana e depois não acompanham a execução, acaba por não ter efeito útil na prática (...) ora vem ora não vem, portanto, cheguei a dada altura que percebi que os recursos técnicos, tinham que ser pagos. Porque tem que ser regulares, eficientes, tem de ser eficazes, portanto contratei a costureira que permitiu que se melhorasse um bocadinho das peças” (H., 2017).

A qualidade das peças melhorou, mas ainda havia o problema de não haver coerência nas edições das coleções. Como as peças são feitas com roupas recicladas, cada peça acaba por ser única, mas para uma coleção existir é preciso haver várias peças do mesmo modelo para que seja comercializável. Assim, os trabalhos ficavam concentrados na costureira, uma senhora de mais de 50 anos (remunerada pelo serviço prestado ao projeto), e acabou por criar constrangimentos.

“As senhoras tinham uma participação que não era satisfatória para elas. Havia pouca compreensão por parte delas porque que uma delas era paga e outras não eram” (H., 2017).

Depois da contratação da costureira, identificou-se a necessidade de também contratar uma designer profissional, alinhada conceitualmente com o conceito *vintage*, e que tinha noções de costura, para tentar agregar conhecimentos e experimentar até que ponto as utentes poderiam evoluir na aprendizagem das técnicas de costura. Resultado:

“O que sucedeu é que, pra além de não ter sido bem aceito por parte delas, porque vinham cá divertir-se, chegou-se a conclusão que apesar de a variável não ser a idade, o número de pessoas que conseguiram evoluir ao ponto de participar, e mesmo assim muito pouco na confecção das peças foram 2 em 12” (H., 2017).

Portanto, formar pessoas para poderem participar na confecção das peças seria outro projeto. Porque, com a prática, H. percebeu que, *“na realidade, as pessoas depois da vida ativa e numa fase de vida em que já não querem trabalhar, a motivação delas para aprender existe, mas elas preferem que seja de uma forma muito menos*

rigorosa, muito prazerosa, ao ritmo que lhes dá na gana, sem compromissos muito rigorosos”, e que a metodologia utilizada até aqui não funcionava.

E, portanto, fez-se a avaliação do impacto, por psicólogos, especializados também em envelhecimento ativo e intervenções com a comunidade, e da avaliação de impacto resultou que na realidade houve melhoria na autoestima, na qualidade de vida, na satisfação com o suporte social, mas que isso não é o mais significativo. Como muitas das pessoas que frequentam o projeto são sinalizadas por outras instituições, ou seja, como participam em outras atividades, aquilo que a avaliação de impacto destaca como sendo ponto forte do projeto é a questão da aprendizagem e das técnicas de reciclagem (H., 2017).

Finalmente, este ano, decidiu-se apostar no isolamento daquilo que é participação das utentes a puro lazer, da produção para a marca. Ou seja, as utentes frequentam *workshops* temáticos, uma vez por semana para mulheres com 50 anos ou mais que não estão a trabalhar, de duração entre um mês, um mês e meio, consoante os temas, e paralelamente constroem-se as coleções com as costureiras (voluntárias e pagas), mediante orientação da designer contratada.

O AVT iniciou a validação do projeto em outubro de 2014, com uma amostra de 12 pessoas dentro das instalações de um centro dia parceiro (ainda não havia um espaço físico do projeto) que serviu também de rede de divulgação dos trabalhos que proporcionou um aumento do número de participantes e um alargamento do perímetro urbano de onde as pessoas vinham.

“(...) foi nesse equipamento que nós ficamos encubados e pra nós hoje em dia, nós reconhecemos e validamos o início do projeto lá, porque de fato através dessas 12 pessoas conseguimos rapidamente chegar a mais pessoas” (A., 2017).

Sempre em formato de oficinas, duas vezes por semana durante a tarde, S. e A. levavam uma série de materiais e vários desafios para as utentes, que antes de criarem as coleções, exploravam o ‘fazer’ para tentar perceber quais eram as habilidades e do que elas gostavam.

Quando o projeto começa também a ter alguma visibilidade nos media, os contatos de pessoas que queriam participar para tentar perceber quais eram os procedimentos e critérios de integração do projeto aumentaram. Nesta fase houve algumas dualidades:

“se numa primeira instância trabalhávamos diretamente com pessoas que não se importavam de estar ou residir no centro dia, nós fomos atraindo outro tipo de pessoas que não se viam nesse tipo de modelo, de centro de convívio, experimentavam uma primeira vez e na cabeça dessas pessoas não fazia ‘matches’ a ideia que nós passávamos nos media com aquilo que nós vivíamos na realidade” (A., 2017).

Estar encubados num equipamento social com esse formato contradizia a linguagem dos idealizadores (verbal e nos acabamentos dos produtos), que tem todo um charme característico nada estereotipado com o senso comum da velhice. E a projeção mediática proporcionou uma demanda de pessoas relativamente mais novas e que gostam de manter o lado ativo da vida.

“(...) se até então nós trabalhávamos com uma faixa etária média de 70 e 75 anos, de um momento pro outro começamos a atrair essas pessoas que atingem a idade da reforma, 65, 64 anos e que gostavam de manter o lado ativo da vida e de estar vinculado a este tipo de projeto” (A., 2017).

Então, decidiram arriscar: tiveram acesso a uma loja (espaço físico onde as utentes se reúnem para trabalhar, expõem as peças, etc.), do mercado imobiliário privado, pelo qual se paga uma renda mensal, para sair do equipamento que afastava o público que não se identificava com o mesmo, e hoje, estão a trabalhar com aproximadamente 70 pessoas.

“É neste espaço que de fato começa a surgir essas pessoas que nós, no passado tínhamos perdido, ou não tínhamos conseguido manter essa relação de paixão-amor, precisamente porque as pessoas não se sentiam confortáveis no centro dia” (A., 2017).

A vitrine da loja também é algo que facilita a visibilidade dos trabalhos, permitindo a entrada e saída de pessoas de todas as gerações, com troca de conhecimentos, partilha de histórias e de tempo, bem como possibilita a exposição dos artigos produzidos e ainda a rotina de atividades diárias.

“Essa questão da loja e da montra foi uma verdadeira revolução porque se o grande problema na questão do envelhecimento é que se criam esses guetos etários, há um sítio para as crianças, há um sítio para idosos, há um sítio para jovens adultos, há um sítio para estudantes universitários, a montra desperta muita curiosidade. Na verdade o que acontece é que todos os dias entram aqui diversas gerações que acabam por contactar com os avós e criam circulações comunitárias e isso é uma coisa que acontece sem esforço, sem sermos obrigados e é muito interessante” (S., 2017).

Hoje o AVT continua suas atividades neste espaço, numa dinâmica que envolve a participação das utentes consoante o tempo que elas escolhem, a responder as demandas do público em relação à entrega de encomendas, realização de *workshops*, participação em eventos e programas de rádio e televisão, combatendo o estigma e fomentando um envelhecer mais ativo.

4.3 - O fazer acontecer e os níveis de participação

Todo o percurso apresentado acima tem como pano de fundo uma rotina de atividades que permitem o andamento e projeção dos projetos consoante os resultados das experiências até aqui. Enquanto o AVT se programa para execução de tarefas dentro do contexto das coleções idealizadas pela *designer*, bem como para a execução de *workshops* para a comunidade e participação em eventos previamente selecionados, o VFC hoje funciona em formato de *workshops* para as utentes que se beneficiam dos aprendizados de novas técnicas, em concomitância com a produção das roupas, a partir da reutilização de peças (*upcycling*), para compor a coleção da marca do projeto – *Vintage For a Cause*.

Quando o AVT idealiza as coleções, recorrem ao *background* da *designer* que através da sua vasta experiência e familiaridade com os artesanatos, busca integrar as utentes nos projetos almejados. Aqui a participação das mesmas ocorre, segundo a escala de Pretty (1995), por consulta (nível 2). Ou seja, quando as utentes são informadas e apresentadas para as novas coleções, há aqui uma possibilidade de opinarem na maneira de fazer e expressarem sobre o que acham das mesmas e dá-se a possibilidade de experimentarem, mas as decisões finais são da *designer* que idealiza a proposta:

“(…), ou seja, há um conceito geral que normalmente sou eu quem delimito, mas depois como é que nós vamos aplicar e como é que ele acaba por ficar, é participado. Depois o que eu faço no final é uma curadoria outra vez, para voltar a afunilar o que é que funciona e o que é que não funciona. É quase como, imagina, partes de um ponto, depois há uma dispersão no sentido de experimentarmos muitas coisas, depois há outra vez um afunilar de tentar perceber quais funcionam bem e a partir daí a coleção avança” (S., 2017).

Mas é também uma participação funcional (nível 5), na qual as utentes participam formando grupos para atender a determinados objetivos relacionados às coleções, que poderá envolver o desenvolvimento das etapas, as escolhas dos materiais, estimulando a criatividade delas.

“E há sempre, idealmente, em quase todas, um lado criativo pra cada uma das pessoas que faz o seu produto. Ou por exemplo, eu posso ter uma panóplia de cores, mas eles podem escolher dentro dessa panóplia, as cores que querem para fazer o seu objeto. Por exemplo no tear, houve a liberdade de pôr as franjas ou não pôr, isso traz também portanto, que eles não estejam só a replicar o objeto” (S., 2017).

Ainda que as utentes que participam na produção têm liberdade para escolherem dentro da paleta de cores das coleções e possam opinar sobre a maneira de fazer (se é ou não viável, por exemplo), ou seja, ainda que estejam ativas no processo de trabalho da peça, um incentivo às coleções idealizadas por elas mesmas (*empowerment* intrapessoal) ainda é precário. As propostas não surgem das senhoras. A criatividade vem sempre do lado de quem detém o conhecimento formal, de quem está atento às mudanças, à moda, às tendências.

“aqui eu faço o que me mandam...” (L., 2017) – diz uma das utentes presentes.

São raras as referências ao estímulo da participação ativa das utentes desde a concepção das coleções, o que produziria um incentivo à autoconfiança, à criatividade, à capacidade de executar e de mostrar as suas ideias e serviços, potencializando as competências, como ocorreu com as coleções de almofadas:

“Já houve coisas que foram propostas começadas por elas, nomeadamente, esta história das mantas feitas de croché, com arraiolos e depois foi mais a nível formal, por exemplo, nas do tricô,

nas almofadas de tricô que fizemos começamos a ter uma incapacidade de toda a gente fazer o tear e algumas pessoas começaram a fazer o tricô, e pensaram: 'ah vamos fazer almofadas de tricô', pronto, incorporamos e alteramos só a parte traseira da almofada" (S., 2017).

Outra forma de participação funcional no projeto AVT são as atividades externas oferecidas pelas utentes na comunidade. As parcerias criadas com outros projetos de intervenção garantem que as utentes trabalhem para atender às demandas advindas dessas parcerias, como por exemplo, *workshops* de crochê, tricô, etc., bem como visitas guiadas por utentes residentes no Bairro Alto de Lisboa. E há ainda uma participação passiva (nível 2), na qual as utentes são informadas pelos gestores da agenda de atividades programadas que eles pré selecionam, decidem sobre a viabilidade ou não, sobre gratuidade ou não, e a partir da divulgação da agenda, as utentes escolhem em quais irão participar.

"Por norma, internamente aquilo que eu e a S. fazemos é planeamos o mês seguinte sempre no mês anterior, e se calhar nós, nesse momento, até estamos a fazer um bocadinho mais que um mês seguinte (...), que tipo de workshops é que nós internamente podemos fazer, que é aquilo que nós fazemos aqui no nosso espaço, (...) há um telefonema perguntando se querem participar nessa residência artística, vai ter um festival a, b ou c. Nós falamos os dois, faz sentido ou não faz, temos capacidade, e depois se apetece (...) o que nós fazemos é, fazer uma triagem do que é borla, do que não pode ser borla, e basicamente aquilo que nós podemos fazer, se eventualmente for borla, que tipo de contra partida pode haver, para ser positivo para os dois lados" (A., 2017).

O fato das pessoas de sentirem integradas e envolvidas faz com que a integração do grupo seja diferente.

"acho que precisava de mais dinheiro, as finanças não andam bem..." (A., 2017) – diz uma das utentes sobre a percepção do que ainda falta no projeto.

"(...) partilharmos o que fazemos, quem é que vai, quanto dinheiro entra, quanto dinheiro sai, temos estas oportunidades, o que é que aceitamos, o fato de ser participativo, e deles terem todos uma palavra a dizer no que é que acontece aqui, acho que também fazem a diferença" (S., 2017).

Mas fazer parte implica também, além de serem informadas sobre a agenda de compromissos, terem autonomia nas escolhas e poder em opinar, confiança em propor, em apresentar as capacidades, as ideias, em compartilhar a liderança sem ter uma hierarquia, criando uma relação empática entre os membros.

Como retorno dos trabalhos, não há forma de remunerá-las, uma vez que o projeto não tem recursos para se sustentar devido à finalização dos financiamentos adquiridos nos programas de apoio da Câmara Municipal de Lisboa (neste caso o BIPI-ZIPI), sendo necessário usar as receitas das vendas das coleções e dos valores pagos pelos serviços contratados para a sustentabilidade do projeto. Assim, podemos enquadrar ainda, a participação das utentes no nível 4 de participação da escala de Pretty (1995), na qual a participação se dá por benefícios materiais: os benefícios adquiridos são os passeios em atividades culturais e de lazer diferenciadas (festival de música, viagens, campanhas publicitárias, etc.), das quais esse grupo etário, por causa do estigma social, não teriam acesso; autovalorização; fortalecimento de laços e sentimento de pertença em novas redes pessoais; novos desafios e novos aprendizados estimulando as capacidades individuais e grupais; e valorização da história que carregam.

“Nós nesse momento não damos lucro, damos prejuízo, é essa verdade, essa é a realidade do projeto. (...) O que nós fazemos, era como estava a dizer, é haver uma percentagem que é guardada para podermos fazer algo no final do ano, e este acesso a experiências, que eu acho que é uma boa maneira que podemos retribuir o esforço e o trabalho delas” (A., 2017).

“E o que nós sentimos é que de alguma maneira criamos o desafio de pôr as pessoas a pensarem que a lógica do trabalho não tem que ser só uma lógica escravagista, em que o objetivo é apenas uma remuneração, mas o objetivo pode ser a valorização (...) Acho que pra nós é assim, uma grande vitória quando elas se apresentam às outras pessoas e a segunda coisa que dizem é que são da Avó Veio Trabalhar, ou seja, volta haver essa identidade do trabalho” (S., 2017).

No VFC as dinâmicas são diferenciadas o que exige uma participação distinta. Aqui, como a integração no projeto agora se resume na inscrição em *workshops* que variam mensalmente, as que se interessarem se inscrevem, a 1 euro, para aprenderem técnicas pré-selecionadas pela facilitadora dos mesmos. Portanto, de acordo com a

escala de Pretty (1995), a participação aqui é por consulta uma vez que são lançados os temas e elas podem escolher se frequentam ou não e consoante o interesse delas pode-se propor os *workshops* temáticos, e também no sentido de estarem livres e autorizadas, dentro do limite temático, a fazerem com criatividade o que lhes é proposto:

“(...) elas frequentam workshops, que tem um custo simbólico de 1euro, que é para elas se comprometerem, que são temáticos, ou seja, porque umas não gostam de costurar, outras gostam de bordar, de crochê, tricô e é impossível, com idades diferentes, estímulos diferentes, gostos diferentes, teres ateliers permanentes que agradem à todas. Então os workshops são mensais, têm um tema, quem quer inscreve-se, quem não quer (re)inscreve-se no seguinte e assim também garante-nos uma rotatividade de pessoas” (H., 2017).

Outra forma de participação aqui é a funcional, na qual as senhoras que escolhem ser **voluntárias** do projeto se dedicam às produções das peças da coleção da marca em conjunto com a designer responsável num regime máximo de 3horas por semana:

“(...) muitas senhoras não querem vir aos workshops, mas querem participar do projeto e sabem costurar muito bem! Essas podem se inscrever como voluntárias: vêm 3 horas por semana, nós não aceitamos mais, não é porque nós não precisamos, mas porque se começa a fazer um trabalho regular tem que ser remuneradas, e não temos estrutura nesta fase. Portanto, aquelas que gostam muito do projeto e sabem costurar e que querem muito participar nisto, podem ser voluntárias no projeto e se quiserem fazer alguns workshops, inscrevem-se (...)” (H., 2017)

Neste projeto há ainda a possibilidade de se associarem de forma mais ativa, sendo possível participar das reuniões e decisões do mesmo, ainda que não tendo uma eficácia considerável, ponderando assim uma participação interativa (nível 6), na qual, segundo Pretty (1995), as pessoas participam em análises conjuntas que conduzem, por exemplo, os planos de ação. Tende para o envolvimento de metodologias interdisciplinares que procuram objetivos múltiplos e fazem uso de processos de aprendizagem estruturados e sistemáticos.

*“(...) nós tentámos que as utentes se vinculassem como associadas da associação que promove as atividades. **Também para poderem ter voz ativa na discussão das decisões**, o que sucede é que isso não traz*

mais valia alguma para o desenvolvimento do projeto. Primeiro porque muitas delas acabam por reagir mal ao pagamento das cotas, que começaram por ser 1 euro por mês no mínimo, depois porque contributo crítico nas assembleias e na tomada de decisão não acontece. Muito poucas. E a carga que isso traz em termos de comunicação não compensa” (H., 2017).

Portanto, apesar de ter a possibilidade desse nível de participação, respeitando o interesse das utentes, na prática a participação ocorre mais ao nível da aprendizagem e do voluntariado, do que nas decisões nas assembleias.

“Elas frequentam o projeto como uma oferta ocupacional a baixo custo que seja do interesse delas. (...) Elas dizem que vem por causa da aprendizagem, porque gostam de fazer coisa. (...) Se elas tivesse um interesse em fazerem parte ativa do desenvolvimento do projeto seria interessante mesmo com mais limitações ou menos limitações e se esse fosse o objetivo delas, mas não é” (H., 2017).

A tabela 3 apresenta o resumo das formas e níveis de participação dentro dos projetos associados então à escala de Pretty (1995) que, lembrando, divide a participação em sete níveis: 1) participação manipuladora; 2) participação passiva; 3) participação por consulta; 4) participação para benefícios materiais; 5) participação funcional; 6) participação interativa; e 7) auto-mobilização, pra em seguida desenvolver a articulação entre, participação, liderança e empoderamento.

NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	A AVÓ VEIO TRABALHAR	VINTAGE FOR A CAUSE
PASSIVA	As utentes são informadas pelos gestores da agenda de atividades programadas que eles pré selecionam.	As utentes são informadas dos temas dos <i>workshops</i> .
POR CONSULTA	As utentes são informadas e apresentadas para as novas coleções.	As utentes são informadas sobre os temas dos <i>workshops</i> consoantes às demandas e interesse delas.
POR BENEFÍCIOS MATERIAIS	As utentes trabalham em troca de passeios em atividades culturais e de lazer diferenciadas, reconhecimento do valor que têm e que agregam às peças criadas, fortalecimento dos laços e sentimento de pertença em novas redes pessoais, novos desafios, novos aprendizados e valorização da história de vida.	As utentes participam em troca do reconhecimento do valor que têm e que agregam às peças criadas, fortalecimento dos laços e sentimento de pertença em novas redes pessoais, novos desafios, novos aprendizados e valorização da história de vida.

FUNCIONAL	As utentes atendem aos objetivos relacionados às coleções e às parcerias criadas.	As utentes que escolhem ser voluntárias do projeto se dedicam às produções das peças das coleções da marca.
INTERATIVA	Não há possibilidade de se associarem ao projeto ou à associação que promove o projeto.	Há possibilidade de se associar ao projeto integrando-se à associação criada para promovê-lo, sendo possível participar das reuniões e decisões do mesmo.

Tabela 3: Níveis de participação dentro dos projetos - elaboração da autora/2017

A compreensão da participação das utentes dentro dos projetos permite atingir resultados emancipatórios uma vez que ter clareza e entendimento sobre o processo que estão vivenciando permite uma consciência de si, do projeto, e do que se ganha, sem ser uma participação impositiva. Assim, a participação voluntária em ambos os projetos fomenta a escolha pessoal e auxilia as pessoas perceberem que elas são responsáveis pelas próprias vidas – não há aqui uma vertente assistencialista conhecida e replicada pelas inúmeras instituições que prestam serviços a esse público.

Assim, é possível apontar indicações sobre a participação e capacitação dentro dos projetos, fundamentais para os processos *empowerment*:

- Para que as coleções sejam produzidas, ambos os projetos buscam nas utentes capacidades adquiridas ao longo da vida na área dos labores domésticos, bem como viabiliza e incentiva novos aprendizados e partilha de conhecimentos, tanto internamente (dentro dos projetos), quanto para fora (na comunidade);
- A maneira como atuam indica que ambos acreditam em seus membros para proporcionar crescimento e um estado de confiança;
- O que permite uma liderança compartilhada que beneficie tanto as pessoas como a organização percebe que o verdadeiro interesse está na oportunidade de aprendizagem e convivência que são proporcionadas, e não na possibilidade de partilhar a tomada de decisões;

- O que está na busca de um compartilhamento de liderança entende que o movimento das utentes está em direção a autonomia na tomada de decisões e que poderão, num futuro próximo, alcançar um ambiente sem hierarquias;
- O que acredita que as formas tradicionais de retorno para os trabalhos prestados (remuneração) devem ser repensadas, garante que as formas alternativas de recompensa ao trabalho são satisfatórias e produzem bem estar, reconhecimento e autovalorização;
- O que acredita, a partir das experiências anteriores, que deve haver remuneração para garantir comprometimento e profissionalismo, valoriza e respeita o tempo do voluntariado, para oferecer as atividades de ocupação de tempos livres das utentes, separando as duas atividades.

4.4 - As ações e o *empowerment* individual, comunitário e organizacional

O *empowerment* é um conceito útil e teoricamente atrativo, relativamente fácil de ser apreendido nos seus traços gerais, contudo, não é uma panaceia para todos e quaisquer males sociais, nem para todos os contextos. Sobretudo é difícil de ser aplicado na prática e ainda, ser convenientemente operacionalizado (Fook, 2002; Zimmerman, 2000 apud Pinto, 2011).

A análise da intervenção dos projetos em questão foi operacionalidade nesta parte interligando os níveis e as respectivas categorias do *empowerment*, pois consoante à diferenciação na rotina e objetivos das atividades, identificou-se que além de diferentes, os resultados dos trabalhos executados são complementares e sobrepõem-se, apontando para uma participação ativa e consciente das utentes de ambos, potencializando a mobilização dos recursos pessoais e da comunidade que interage com os mesmos, indicando potenciais de replicação da intervenção num caminho de construção de mudança social.

4.4.1 - Empowerment individual

A partir da análise dos indicadores apresentados na tabela 4, é perceptível que a prática cotidiana desses dois projetos pode ser associada segundo Ninacs (2003) ao nível **individual** – processo de assimilação do poder por uma pessoa ou grupo – com as respectivas categorias: **intrapessoal e instrumental** (Rich *et al*, 1995 apud Ornelas, 1997) dos processos de *empowerment* que apontam para uma participação ativa e consciente das utentes de ambos.

	A AVÓ VEIO TRABALHAR	VINTAGE FOR A CAUSE
EMPOWERMENT INDIVIDUAL	<p>Intrapessoal: as utentes são estimuladas a trabalharem de acordo com as habilidades adquiridas ao longo da vida (produzem, ensinam e aprendem).</p> <p>Instrumental: as utentes participam dos processos de experimentações das coleções, bem como dão sugestões e opinam sobre a maneira de fazer – processo de auscultação (pouca participação na tomada de decisão).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diferentes níveis de participação. 	<p>Intrapessoal: as utentes são estimuladas a frequentarem os <i>workshops</i> sendo capacitadas para realizar alguma atividade dentro do universo da costura; as utentes experientes na área da costura trabalham voluntariamente ou são pagas para executarem as peças das coleções.</p> <p>Instrumental: as utentes são estimuladas a decidirem se participam ou não dos <i>workshops</i>, bem como debatem sobre a melhor forma de realizarem uma peça da coleção – processo de participação dinâmica.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diferentes níveis de participação.

Tabela 4: *Empowerment individual* - elaboração da autora/2017.

S., uma das gestoras do AVT enfatiza que o objetivo do projeto é mesmo que as utentes retornem ao **movimento** do trabalho, ou seja, que elas voltem a ser ativas para serem reconhecidas pelo que fazem:

“(...) não no sentido de voltarem a trabalhar, mas que haja uma valorização dos talentos pessoais e que haja um empoderamento desta comunidade para que eles percebam o seu valor e que a idade é um valor, mas que a própria comunidade também perceba o valor que eles são” (S., 2017).

Ou seja, pra eles, os séniores são quase os ‘*guide keepers*’ (S., 2017), os guardiões da cultura imaterial da comunidade local, e devem ser celebrados, respeitados precisamente por isso.

“imagino isso aqui maior, mais gente, até jovens! Os jovens tem muito a prender... se não formos nós, os velhotes, quem os vai ensinar?”(A., 2017) – diz uma outra utente numa conversa sobre o futuro da AVT.

E ainda, em outra análise, começaram a perceber também que as pessoas que estão no AVT, acabam por se transformar em ‘*rode models*’ (S., 2017) – modelos deste envelhecimento ativo, feliz:

“(...) é um envelhecimento desafiante, com projetos de futuro, em vez de ser o princípio do fim, que às vezes acontece muitas vezes, não é? E que as pessoas deixam de se desafiar elas próprias, deixam de acreditar nelas próprias e vão cada vez tendo uma regressão, primeiro psicológica e depois física, e aqui não. Os desafios são contínuos e a prova é que elas rejuvenescem de alguma maneira” (S., 2017).

Para H., gestora do VFC, o objetivo principal do projeto vai ao encontro da ideia de envelhecimento ativo, com participação contínua na vida social e comunitária:

“O objetivo é dar melhor qualidade de vida às pessoas, uma ocupação que lhes permita ter um envelhecimento ativo, não é, e uma satisfação com as redes pessoais que tem e que vão criando” (H., 2017).

E é na perspectiva de acreditarem que o público a quem se dirigem os projetos em questão é capaz de realizar, com autonomia, atividades “laborais”, de ensino e aprendizagem, de lazer e cultura, bem como ampliar, estabelecer e usufruir de novos

laços sociais, ampliando assim a rede de apoio e convívio social, e ainda desmistificando e lutando contra o estigma do envelhecimento na sociedade contemporânea, que os dois projetos vislumbram o empoderamento das utentes aproximando-se do *empowerment* intrapessoal e instrumental.

O *empowerment* intrapessoal, que segundo Rich *et al* (1995, apud Ornelas, 1997) faz referência à competência da própria pessoa numa determinada situação:

“Quando tentamos capturar os talentos pessoais e que eles próprios percebam quais podem ser seus talentos novos ou não, ou que tenham adormecido ou coisas novas que elas podem descobrir (...) nós temos muita participação nos mídia e na televisão e na rádio e nas revistas, e acho que algumas delas, começaram a perceber que afinal elas gostam de aparecer e ser fotografadas e que afinal gostam de falar em público. Portanto isso é muito importante” (S., 2017).

E que parece ser condição essencial para o processo de participação no contexto da comunidade, podendo determinar o grau de confiança individual para a participação em ações futuras, influenciar os outros e provocar mudanças (Adams, 2008 apud Sandan, 2004), aparece também no contexto da AVT:

“O que acontece por outro lado na comunidade, todas as pessoas vêm estas entrevistas e essas coisas e elas acabam por ser reconhecidas na rua e isso é mesmo muito interessante, quando há esta interação: ‘ah a vi no telejornal outro dia! Já viu o PÚBLICO? Apareceste lá’” (S., 2017).

A participação do público alvo na comunidade através das atividades proporcionadas pelo AVT, o aprimoramento das capacidades, juntamente com o investimento na publicidade que aumenta a visibilidade e atribui maior protagonismo às pessoas envolvidas, são estratégias potenciais também do *empowerment* instrumental, que se refere à capacidade individual para participar e influenciar um processo de tomada de decisão, podendo ser observado quando há interação entre o conhecimento relevante para a questão em debate e os recursos materiais apresentados, mais a capacidade de argumentação e persuasão, mais a legitimidade na participação (Rich *et al*, 1995, apud Ornelas, 1997), projetando para uma futura disseminação desse projeto que tem impacto não só na maior adesão à participação no mesmo, mas também da luta contra o estigma.

“Nós tiramos a idade da equação, as pessoas são pessoas, e deixam de ser notadas primeiramente pela sua idade” (S.,2017).

E para validar a fala da gestora, a utente responsável pela produção das coleções idealizadas (responsável pela parte da costura e teste das coleções, colocação de etiquetas, organização do almoxarifado, etc.) diz em uma conversa com a pesquisadora:

“o velho é o novo! A gente se sente jovem, andamos com a malta jovem, fomos a um festival de música... sinto que sirvo para alguma coisa, eles valorizam o que eu faço, me valorizam como pessoa” (P., 2017).

Para H., as consequências das atividades cotidianas, ou ainda, o contexto criado para as atividades do VFC vão ao encontro do *empowerment* individual que busca **influenciar** um processo de tomada de decisão:

“(...) a influencia que umas criam nas outras é determinante” (H., 2017).

“(...) O empoderamento não é facilitado diretamente pela formadora do projeto nas pessoas, é o contexto que é criado que as empodera” (H., 2017).

Pela interação de quatro diferentes planos definidos por Pinto (2011:67-68):

- **competências** (capacidades que permitem a participação e a execução das ações – novas ou redefinição das que o sujeito já possui):

“O criar condições para que elas aprendam coisas que depois vão fazer em casa e permite que elas sintam vistas pelas outras pessoas com quem elas se relacionam, como sabendo mais coisas. (...) Vou te dar este exemplo: há pessoas que dizem que há amigas que pedem pra elas fazerem arranjos de costura porque agora elas estão num projeto de costura (...) Isso é empoderamento!” (H., 2017).

- **autoestima** (busca pela redefinição da identidade e o sentimento de competência pessoal, de confiança em si mesmo):

“(...) uma coisa tão simples que é arranjarem-se e sair de casa, o fazer com que elas sintam que já foram capazes de fazer uma coisa melhor que tinham feito há uma semana (...)” (H., 2017).

- **consciência crítica** (formação de uma consciência coletiva, social e política; requer uma capacidade de reflexão e análise social):

“(...) Acho que o projeto permite às pessoas que cá estão terem uma maior consciência de si em termos positivos, do que são capazes, do valor que ainda têm, e de uma forma é aquela afirmação natural sem ser presunçosa, e que as faz sentir bem acima de tudo” (H., 2017).

Garantindo a capacitação, mas também assegurando uma estrutura de oportunidades para que essas capacidades sejam transformadas em ação:

“(...) e depois há outras coisas que não estavam previstas e que são externalidades e que são puros exemplos de empoderamento. O fato de haverem pessoas que dizem: ‘H., eu estou a precisar de dinheiro, e eu aprendi como é que se faz essas fitas e eu, durante dois meses não venho porque vou fazer fitas para vender no Natal’. Isto é empoderamento, através da capacitação mesmo, total, pura!” (H., 2017).

“Ou, ‘não queremos continuar, vamos criar um negócio de costura, eu e a Fulana’, a costureira que inicialmente começou a trabalhar aqui e depois saiu, juntou-se a outra senhora que cá estava e criaram um projeto de costura, fazem chinelos e vendem coisinhas em ferinhas também, um exemplo óbvio de empoderamento” (H., 2017).

- **participação** (transição entre a falta de palavra à expressão do indivíduo; ênfase no crescente envolvimento nos processo decisórios e na responsabilização pelas consequências da participação).

“Elas frequentam o projeto como uma oferta ocupacional a baixo custo que seja do interesse delas (...)” (H., 2017).

“fico muito sozinha em casa, quando vendo entretenho-me e se pudesse voltava mais vezes...” (MJ., 2017) – diz uma das utentes sobre a importância do projeto na sua vida.

“Nós tentamos que as utentes se vinculassem como associadas da associação que promove as atividades. Também para poderem ter voz ativa na discussão das decisões” (H., 2017).

Empoderar é ainda estimular o senso ou crença da pessoa em sua capacidade de tomar decisões e resolver seus próprios problemas, e encontrar expressão na capacidade de agir e implementar o conhecimento prático, a informação, as habilidades, as capacidades e os outros novos recursos adquiridos ao longo da ação,

“Uma costureira que trabalhou anos a fio num teatro, que ainda pode trabalhar e que não ia ter mais interesse para o mercado de trabalho, se calhar aqui, tem interesse para mim, e eu, numa lógica de crescimento, espero sempre que isso seja também uma valência do projeto” (H., 2017).

ou seja, um processo que requer **mudança interna e externa, interativo** que ocorre entre o indivíduo e o seu ambiente. O resultado do *empowerment* instrumental são as capacidades, baseadas em *insights* e habilidades, cujas características essenciais são uma consciência política crítica, uma competência em participar com os outros, uma capacidade de lidar com as frustrações e lutar pela influência sobre o meio ambiente (Kieffer, 1984 e Parsons, 1988 apud Sadan, 2004).

*“Temos um caso que não é bem relativamente ao público alvo, mas que é outro caso de empoderamento, que é a própria S. que está a dar os workshops e conhecestes hoje, depois de nascer a filha dela nunca mais trabalhou, dedicou-se inteiramente à filha que precisa de cuidados extremos. Ela precisa conciliar com a vida pessoal e que, mesmo em termos emocionais é muito desgastada, teve uma evolução, é quase indescritível, isto é empoderamento. É uma coisa que eu não tinha, quer dizer, naturalmente que **eu não tinha pensado**. Não foi uma decisão objetiva, mas que, eu acho que este tipo de projeto deve privilegiar **pessoas que estejam em desvantagem** no que diz respeito ao mercado de trabalho, e **empoderar é isso né, dá poder a quem não tem!**” (H., 2017).*

Esse fragmento nos faz pensar sobre a dimensão que as ações podem alcançar. O VFC além de proporcionar atividades ocupacionais em resposta ao isolamento social, de proporcionar a participação das profissionais reformadas, abre espaço para a possibilidade de trabalho para alguém que necessita de horários flexíveis e que não sobreviveria ao mercado tradicional que não costuma, se quer, absorver estes profissionais fora do padrão. O fato de H. perceber que as atividades proporcionadas até agora podem privilegiar quem está em desvantagem (neste caso, concorrência do mercado), tem a ver com a experiência da prática observada cuidadosamente por quem, além de ter idealizado, acredita e prospecta um futuro de disseminação para o projeto.

Essa iniciativa utiliza materiais de segunda-mão, que além de ser sustentável a nível ambiental, diminui os custos com material e ainda estimula a criatividade, não só de quem idealiza as coleções, mas também das utentes, que acabam por aprenderem

e experimentarem o *upcycling* e internalizarem o **vintage** – “algo antigo, clássico, de qualidade, e que nunca cai de moda” (H., 2017). Para isso é preciso seguir com o processo de certificação da marca:

“Certificação ao nível de sustentabilidade, que confirme que isso são peças recicladas, porque é muito fácil, e seria muito mais barato e vantajoso fazer peças de raiz. (...) E, portanto, dentro daquilo que for possível, eu gostava que este projeto fosse também uma afirmação de que moda é expressão individual” (H., 2017).

Portanto, os processos de *empowerment* requerem recursos pessoais (Herriger, 2006 apud Kleba & Wendausen, 2009) tanto de quem operacionaliza as intervenções, quanto de quem é submetido às mesmas. Para os gestores é imprescindível a capacidade de relacionar com o público alvo de maneira empática, com sensibilidade e abertura na comunicação para com as expectativas, os desejos e os interesses das utentes; crença na capacidade própria de intervenção; postura ativa frente a problemas enfrentando os desafios do entorno e buscando soluções para alcançar os objetivos individuais e coletivos; habilidade para trabalhar em rede; e visão geral para sustentabilidade e replicação dos trabalhos.

A observação no campo permitiu a confirmação dessas características dos gestores. Em especial no AVT, onde os gestores estão presentes a tempo inteiro, pois trabalham no mesmo espaço e se dedicam exclusivamente ao projeto. Todas as tardes observadas a empatia e sensibilidade dos gestores estiveram em evidência. Contudo, a complexa rotina de trabalhos, agendas, atendimento ao público, identificação e delegação de tarefas prejudica a atenção permanente a todas as utentes e, ainda, acaba por comprometer em parte a comunicação de todos os objetivos de todas as atividades que se pretendem realizar (NC, 2017).

No VFC, como a gestora trabalha a tempo inteiro em outro serviço, não foi possível perceber o relacionamento direto dela com as utentes. Porém, ficou claro que ela detém todas as informações e trabalha a favor da gerência das tarefas que são delegadas aos responsáveis enquanto ela se ausenta. A *designer* responsável pelas atividades bem como o estagiário recém-contratado tem dado conta de atender as

demandas que surgem e tratam com carinho as utentes, emanando empatia e sensibilidade (NC, 2017).

Já a capacidade de construir e manter laços de amizade, confiança e respeito dentro do grupo; a capacidade de aceitar críticas, enfrentar e solucionar os conflitos; a auto aceitação e a crença na validade dos objetivos e valores pessoais de vida; a compreensão do caráter histórico do entorno e das condições de vida; a capacidade de integrar mudanças inesperadas em um projeto de vida abrangente; capacidade e disposição em sinalizar para outros a necessidade de ajuda em situações de crise, solicitando apoio social, são os recursos pessoais mobilizados pelo público alvo em ambos os projetos.

Foi possível perceber também com a imersão em campo a forma de se relacionarem entre si, com os gestores, com o projeto e com as tarefas e atividades propostas. Uma das utentes do VFC, mais velha e introspectiva, pergunta sempre das colegas faltosas, outra que bastante bem humorada se intitula como a pior aluna reconhece que o projeto a ajuda a aprender e a lidar com suas dificuldades:

“Sou das letras... não bordo, não toco piano, mas falo Francês... e me faltava esta disciplina. Sou a pior aluna, não levo nenhum jeito! Cada um tem que lidar com suas incapacidades... rs. Elas me ajudam em tudo.” (N., 2017).

No AVT, quando uma senhora percebe que a colega está triste e chorosa diz logo:

“Não gosto de chorar... já chorei muito... olha: Usa isso aqui como se fosse um livro onde a senhora desabafa suas dores... mágoas...” (A., 2017).

Percebeu-se, portanto, que há uma dinâmica reverenciada, na qual todas sabem a quem recorrer quando há dúvidas ou queixas e que os laços criados são fortes e respeitosos.

4.4.2 - Empowerment organizacional

O *empowerment organizacional* é considerado por Pinto (2011) um **intermediador**: o contexto ou meio pelo qual indivíduo e comunidades entram em processo de *empowerment*, e que também opera em quatro planos: **reconhecimento, consciência crítica, competências, e participação** (2011:67-68).

O *empowerment organizacional* considerado então como intermediador, e sua respectiva categoria – *empowerment* formal – surge quando os projetos criam novas oportunidades para as pessoas participarem em processos decisórios; quando apresentam mecanismos que influenciam decisões públicas que estejam relacionadas com ao público alvo e aos próprios projetos; provocando um fortalecimento da organização como um todo para alcançar objetivos e metas.

Para isso, devem ser proporcionadas experiências de liderança e tomadas de decisão compartilhadas, ações de comunicação e apoio efetivos, repartição de papéis e responsabilidades segundo a capacidade de cada um, troca de informações e recursos, gestão adequada em função do crescimento e desenvolvimento organizacional (Silva & Martínez, 2004), “forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformação social” (Gohn, 2004, p. 24).

Neste cenário, tanto o AVT quanto o VFC operacionalizam suas atividades indo ao encontro da teoria de maneira que foi possível identificar segundo Ninacs (2003):

1. **Quanto ao reconhecimento:** legitimidade da organização que passa pelo modo como os seus elementos a percebem, mas também como seu meio envolvente a percebe e se relaciona com ela.

Ambos os projetos legitimam-se no dia-a-dia de trabalhos através da permanência das utentes, pois as atividades proporcionadas respondem às suas expectativas e que pode ser observada nas falas das utentes:

Uma das voluntárias do VFC diz que encontrou no projeto uma saída para sua “cabeça cheia”. Como sempre costurou e trabalhava num atelier próprio de alta-costura, sempre sofreu pressão das clientes em relação aos acabamentos, prazos de

entrega e pagamentos, e tem, pois, capacidade técnica para colaborar com o projeto e sem a preocupação anterior:

“Aqui eu adoro. Sou voluntária. Faço as coisas, mas a responsabilidade final não é minha. Adoro costurar aqui!” (I., 2017).

Outra voluntária valida o projeto quando associa sua vinculação à possibilidade de realizar algum trabalho voluntário com as competências adquiridas ao longo da vida como costureira:

“Eu sempre quis fazer voluntariado, mas não dava pra ser qualquer um. Por exemplo, não ia conseguir trabalhar com crianças, o sofrimento me causa coisa ruim, ia quer levar pra casa... Então tinha que ser um voluntariado desse tipo” (M., 2017).

A comunidade ao entorno, mesmo sem ter um trabalho específico de integração, acredita no projeto, validando suas atividades com pequenos gestos que exemplificam a relação com comunidade.

“As coisas aqui à volta, os cafezinhos, nós deixamos a chave ali no café, e eles, temos aqui lojas de retrosaria que sabem que às vezes nós precisamos de coisas, ou seja, a integração com a comunidade pode ir a um extremo, e repara, nós somos minúsculos, nós nunca trabalhamos para explorar essa parte, porque a interação com a comunidade pode ir à um extremo gigantesco” (H., 2017).

No AVT também há relatos que validam as experiências. M. é viúva, tem diagnóstico de câncer e chegou ao projeto através da indicação de uma amiga que havia recebido a recomendação médica de participar das atividades ofertadas aqui. Com um sorriso no rosto e respostas quase prontas de satisfação, esta avó diz gostar de fazer parte desse grupo:

“Fiquei deprimida por muito tempo, encontrei refúgio para não estar sempre em casa sozinha... é uma obrigação para sair de casa” (M., 2017).

Outra senhora que está sempre presente nas tardes de atividades é a L., que acredita que o projeto precisa crescer e chegar longe:

“acho importante para combater a solidão da terceira idade...” (L., 2017).

As propostas de parcerias crescem a cada dia no cenário do AVT, que corriqueiramente recebem contatos de outras instituições interessadas nos trabalhos realizados. Com a ajuda da mídia, elemento do qual A. e S. não abrem mão, colocam o projeto em evidência, nas rádios, programas de televisão, jornais e revistas, além das redes sociais, que é movimentada pelos dois. O investimento em fotografias de conceito, material de *marketing* e etiquetas que levam o nome, foto e a história de quem fez o produto da coleção, também são ferramentas de validação da iniciativa.

2. **Quanto à consciência crítica:** capacidade de análise da organização.

Os gestores dos dois projetos apresentam clareza dos objetivos dos trabalhos. Estão familiarizados com os entraves dos processos de intervenção. São capazes de analisar a prática cotidiana reconhecendo os pontos positivos e negativos da experiência até aqui. Percebem em que ponto da intervenção estão, o trabalho que já foi realizado e onde querem chegar.

Quando, S. fala dos objetivos macro do AVT revela a apropriação da ideia do projeto e valida a intervenção que tem como objetivo oportunizar as pessoas que ali estão a descobrirem novos talentos, criarem novas rotinas, novos objetivos, experimentarem coisas diferenciadoras, e que possam continuar o seu desenvolvimento pessoal.

“Eu acho que no fundo há aqui duas coisas muito importantes, nossos objetivos macro: uma é que a geração mais nova veja a idade como um fator a valorizar (...), e, portanto, não verem a idade como uma coisa que não quero lá chegar. Por outro lado, que os próprios sêniores vejam a idade como o valor de maestria, de know-how, e também da possibilidade de recriarem as suas vidas” (S., 2017).

“gosto imenso... gosto de aprender coisas novas, aprende-se muito aqui. Dão asas a criatividade, valorizam a pessoa. E eu ensino também!” (I., 2017) – diz uma das utentes.

Mesmo sem fazer uma medição de impacto que oportunizaria o projeto entender quais são os resultados, sistematizando as aprendizagens e todos os processos de trabalho, o AVT consegue perceber a capacidade de replicação da ideia que durante seu percurso criou envolvimento comunitário, produtos e parcerias.

“O que acontece com a Avó Vai trabalhar é que nós somos uma equipa de dois, pronto. E se tu fores ver a quantidade de atividades que nós fazemos as parcerias e a quantidade de coisas que fizemos, algumas vezes olhamos pra trás e achamos uma loucura! Por exemplo, nós não fazemos medição de impacto sistematizada, foi muito num learning by doing” (S., 2017).

“(...) nós podemos ser realistas, se numa primeira fase, com a implementação do projeto, sendo a equipa tão reduzida a dois elementos, a mediação de impacto nunca foi uma prioridade. O que pra nós era importante era criar envolvimento comunitário, a criação de conteúdos e a sociedade envolvida começar a perceber quem é a Avó Veio Trabalhar(...)” (A., 2017).

Contudo, é preciso dar atenção à sustentabilidade do projeto. Apesar dos prêmios e financiamentos que deram força no início para a ideia avançar, e um prêmio recebido recentemente em resposta à uma candidatura à Fundação Gulbenking destinado ao arrendamento da loja, o AVT depende das vendas dos produtos e de serviços (*workshops*) prestados para pagar as despesas. Nessa lógica, *“elas sabem que ao participar no projeto e virem pra aqui darem o seu know-how vão ter acesso a uma série de coisas que normalmente não teriam” (A., 2017)*, ou seja, não há remuneração pela mão-de-obra, mas são ofertadas atividades coletivas de integração e apropriação dos espaços dentro e fora da cidade, a contar com parcerias que se criam ao longo do processo, em troca do trabalho.

“Depois o que acontece é que de todas as coisas que nós fazemos, os workshops, os produtos que vendemos, todas as pessoas tem noção do está a acontecer e depois há uma percentagem desse valor que é guardada no final do ano, fazemos coisas juntas. Podemos ir ao cinema, fazer alguma viagem. (...) estamos sempre a procura de parcerias para podermos proporcionar experiências diferenciadoras e motivadoras e transformadoras para os nossos avós” (A., 2017).

“A Gullbenking nos fez um donativo de 10.000 euros para o arrendamento da loja. No ano passado, nós não estávamos a conseguir pagar a renda, e estávamos em risco de sairmos. Portanto eles fizeram uma doação para dois anos de renda. De todo o resto nós agora é pela venda dos serviços e dos produtos. Agora estamos mesmo focados na sustentabilidade através da venda dos produtos e serviços” (A., 2017).

O VFC tem clareza da trajetória percorrida até aqui, na qual foram feitos inúmeros ajustes quanto às dinâmicas de trabalho, forma de contratação e participação, investimentos na marca para movimentar o projeto de ocupação de

tempos livres de senhoras que sofrem com o isolamento social, e a partir dessas experiências, percebem também que o ponto crucial agora é investir na produção para que viabilize o financiamento dos custos de execução, bem como ampliar a divulgação da marca e do que se faz no projeto para garantir maior visibilidade da componente que H. acredita ser o diferencial do VFC: o glamour que os estilistas agregam às peças e o tratamento especial oferecido às utentes, divertido e “sem cara de velhice” (H., 2017).

“Eu imagino projeto precisamente nesta lógica de marca de roupa que consegue financiar workshops por todo lado. O objetivo em 5 anos é conseguir obter lucro desse tipo por todos o país e depois é facilmente replicável em qualquer parte do mundo porque o problema do isolamento é inefável, as regras tão quase sistematizadas, nós só precisamos testar como é que se produz e onde é que se vendem as peças” (H., 2017).

“Só a componente da intervenção social qualquer centro de dia, qualquer centro paroquial ou qualquer núcleo comunitário em que haja alguém minimamente dinâmico consegui dinamizar, ou seja, sinalizar as pessoas e arranjar umas máquinas de costura e uns materiais e ter alguém que faça os workshops, isso não é difícil. Já existe” (H., 2017).

Para garantir a continuação das atividades o VFC vai experimentar outro serviço, *workshops* para o público em geral, numa tentativa de criar receitas para pagar as horas de trabalho à profissional que ministra os *workshops* para as utentes.

3. **Quanto às competências:** trazidas pelos seus elementos, como posições de decisão ou não.

O ponto de destaque aqui são os diferentes níveis de participação oportunizados pelos projetos, a maneira como potencializam as competências das utentes, as características dos gestores (formação, experiência pessoal e profissional) que já foram tratados nesse trabalho, e a divisão de liderança.

As tomadas de decisão ainda é um ponto crítico em ambas as intervenções. No VFC, no qual a participação como membro da associação é permitida tanto às utentes, quanto à comunidade, não há resultados satisfatórios quanto ao real envolvimento nas tomadas de decisão. Por parte do AVT, há um desejo futuro de partilhar ainda mais a liderança, a partir da divisão de responsabilidades de acordo com as competências

individuais, estimulando uma maior independência entre as utentes onde “elas apoiem-se umas às outras” (S., 2017) para que possam passar para o “back office e elas conseguirem fazer uma autogestão do espaço” (S., 2017).

4. **Quanto à participação:** da organização na comunidade, e em outras organizações.

Em uma dimensão micro, na comunidade local, os gestores do AVT identificam uma mudança de paradigma do envelhecimento, no qual as pessoas que interagem com as utentes revelam uma maior familiaridade com o que se está a fazer e com a visão de um possível envelhecimento mais ativo, criativo, ou ainda, mais desejável.

“O que está a acontecer é nas comunidades, ou seja, as pessoas quando interagem com os nossos avós começam a olhar para a idade duma outra maneira e sentido: ‘ah! Afinal eu sou preconceituoso’. E eu acho que esse ponto de interrogação e esta questão põem-se nas cabeças de quase de todas as pessoas que interagem conosco (...). Acho que esse trabalho a nível micro, das comunidades locais já está a ser feito, e eu acho que nós temos uma palavra a dizer para o que vai ser o futuro, e que a Avó Vai Trabalhar vai conseguir ter perante as decisões públicas um poder maior” (S., 2017).

As atividades do VFC também reverberam na comunidade ainda que indiretamente através dos familiares das utentes, do comércio vizinho e das parcerias pontuais criadas para os eventos nos quais a marca leva as utentes para espaços de moda da cidade:

“Mesmo em termos comunitários acontece uma coisa muito gira que eu não tinha previsto que é o próprio comércio tradicional acha piada a ter coisas diferentes (...) então tu vês o dono duma loja contente (...), porque está a ter um produto novo, que é uma coisa nova, reciclada (...), ou seja, a própria comunidade, até neste extremo, acaba por ser atingida e participar nisto ativamente. Os familiares das utentes são também um veículo de comunicação do projeto. (...) temos imensas parcerias, imensas. Há aquelas que são críticas, estratégicas, que são a que nós referimos. Mas também tiveram produções fotográficas a custo zero, os melhores cabeleireiros da cidade, a pentear, maquiladores, modelos, fotógrafos, bailarinos para abrir desfiles (...)” (H., 2017).

Assim, os projetos podem ser identificados como **instituições “empoderadoras”** uma vez que favorecem e apoiam as utentes em processos de

empowerment pessoal e coletivo pois acreditam em seus membros para proporcionar crescimento e um estado de confiança, permitem e/ou pretendem uma liderança compartilhada garantindo oportunidades de exercício de múltiplos papéis e que beneficie tanto as pessoas como, a organização, e oferecem apoio social (Silva & Martínez, 2004; Stark, 2006 apud Kleba & Wendausen, 2009).

E para poderem ser classificados como **instituições “empoderadas”**, os projetos ainda precisam desenvolver a capacidade de envolver-se em interesses sociais ou políticos. Ou seja, eles trabalham em rede e atuam para ampliar e fortalecer os recursos e possibilidades das utentes, mas ainda não gera influência política e social importantes sobre as condições de seu entorno (Silva & Martínez, 2004).

A tabela 5 resume, pois, as dinâmicas dos dois projetos que associam-se, segundo Ninacs (2003), ao nível do *empowerment* **organizacional** (que refere-se à apropriação do poder por uma organização, dentro da qual uma pessoa, grupo ou outra organização são empoderadas) e sua respectiva categoria – *empowerment* **formal**.

	A Avó Veio Trabalhar	Vintage for a Cause
EMPOWERMENT ORGANIZACIONAL	<p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os gestores acreditam nas capacidades de execução das peças das coleções, bem como dos <i>workshops</i> para a comunidade e participação nas atividades midiáticas. • Os gestores possibilitam que as avós exerçam múltiplos papéis (trabalham nas coleções, ministram <i>workshops</i>, são modelos, dão entrevistas). • É oferecido apoio social diferenciado. • Trabalham em rede – parcerias com outros projetos, rede familiar. • Buscam influenciar os debates a nível social e político sobre o envelhecimento. • Buscam formas de aumentar a efetividade divulgando e perspectivando novas formas de fazer, e parcerias. • Os gestores acreditam que há necessidade de transformação do estigma social, viabilizando um envelhecer mais ativo, criativo, intergeracional, e participativo. 	<p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A gestora acredita nas capacidades de execução das peças para as coleções, bem como acreditam no potencial de aprendizagem das utentes, incentiva a participação nas atividades de promoção do projeto. • A gestora possibilita às utentes o exercício de múltiplos papéis (trabalham nas coleções voluntariamente, participam dos <i>workshops</i>, dão sugestões nas assembleias quando são associadas). • Trabalham em rede – parcerias com designer, outros projetos, rede familiar. • Buscam influenciar os debates a nível social e político sobre o envelhecimento e consumo sustentável. • Buscam formas de aumentar a efetividade divulgando e perspectivando novas formas de fazer, e parcerias. • A gestora acredita que há necessidade de transformação do estigma social, viabilizando um envelhecer mais ativo, saudável e autossustentável.

Tabela 5: *Empowerment* organizacional - elaboração da autora/2017

4.4.3 - Empowerment comunitário

O *empowerment* comunitário corresponde à apropriação da comunidade pelo coletivo, entendendo Ninacs (2003), que este se dá por uma sucessão de etapas pelas quais os indivíduos ou grupo(s) se apropriam do poder e da capacidade de desempenho de forma autónoma, livre, informada e esclarecida, transformando escolhas em decisões. Envolve por sua vez, segundo Pinto (2011:67-68): comunicação, capital comunitário, competência e participação.

Do ponto de vista da **comunicação** percebe-se uma interação positiva entre os gestores e utentes, e entre as próprias utentes, respeitando a expressão de pontos de

vista diferentes, permitindo ainda a circulação das informações relevantes, tornado os processos de decisão transparentes.

“(...) todas as coisas que nós fazemos, os workshops, os produtos que vendemos, e todas as coisas, todas as pessoas tem noção do está a acontecer” – diz S.(2017) do AVT sobre as receitas.

“(...) tem que se comunicar isto as pessoas, tem de se explicar porque que isto está a acontecer, tem que se reunir com elas várias vezes porque elas não retêm a informação (...)” – diz H. do VFC (2017) sobre as informações que precisam ser passadas com cuidado e atenção para não se perder o trabalho.

O **capital comunitário** relaciona-se com o sentimento de pertença e consciência de cidadania implícita nas ações de autoajuda e ação coletiva. Os projetos apresentam mecanismos de inserção ao grupo que privilegiam as competências individuais em prol do acolhimento. O AVT, por exemplo, tenta fazer uma aproximação por empatia:

“(...) entra uma avó nova e nós conseguimos perceber mais ou menos que o tipo de pessoa é e sentá-la ao lado de alguém que vai fazer sintonia” (S., 2017).

E percebe que houve mudança de comportamento em relação ao que se recebe do projeto, das atividades propostas, manifestando o poder de reagir, reivindicar e agir de acordo com as percepções, desejos e crenças.

“Uma das coisas que diria que mostra o sucesso disso tudo é que se quando começamos as pessoas achavam que não o direito de reivindicar (...) antigamente não acontecia, as pessoas sentiam-se muito gratas por o que é que fosse e mesmo que não concordassem as pessoas engoliam-se e calavam-se” (A., 2017).

No VFC a participação das voluntárias exemplificam a consciência de cidadania implícita, na lógica de trabalho pelo outro, mas a partir do que gosta e sabe fazer, aprende-se, auto ajudam-se e agem coletivamente.

A identificação e reconhecimento das **competências** – forças da comunidade – criam e mantem sinergias, através do uso de recursos e cooperação.

“muitas vezes há pessoas que não sabiam fazer nada, mas não há problema nenhum. É que aí a ideia também é de poderem aprender e começar de novo, (...) estamos sempre à procura de técnicas que eles

também não saibam e que depois podemos ensinar (...) desafio de estar a aprender também é importante para não ser só mais do mesmo” (H., 2017).

Finalmente, e mais uma vez a **participação** que cria novos laços ou fortalecem os existentes, para permitirem aos elementos da comunidade participarem efetivamente nela, nos seus sistemas e recursos.

A participação dos projetos na comunidade se dá em função das redes que vão sendo criadas ao longo do tempo. A fala dos gestores da AVT e do VFC confirma que as relações que se criam entre familiares, vizinhos, amigos que conhecem o projeto por via de um conhecido, ou por via de *marketing* em diferentes setores, contribuem para o aumento da procura e adesão.

“De outubro de 2014 até o fim do ano, conseguimos girar um grupo de 30 pessoas, precisamente porque houve aqui este poder da rede de vizinhança, as pessoas começaram a trazer os amigos, falaram do projeto a familiares, e começamos de fato a trabalhar não só com pessoas da zona do cais Sodré, mas pessoas que também começaram a se aproximar, vindo do outro lado do rio, da margem sul de Lisboa e de outros pontos da cidade” (A., 2017) - AVT.

“Os familiares das utentes são também um veículo de comunicação do projeto” (H., 2017) - VFC.

Perceber que as equipes, formadas pelos gestores e utentes, estão a trabalhar em prol de um bem comum revela que há um espírito comunitário em ambos os projetos nos quais as utentes se sentem integradas, porque sabem que têm uma rede de suporte. As relações e os laços que são criados nesses dois espaços favorecem a amizade entre elas. E as vendas dos produtos são uma das consequências do trabalho e acaba também por reforçar os protagonismos de quem está a participar/colaborar.

“Nós promovemos muito a amizade entre elas. Se havia senhoras então que ao domingo não tinha nada para fazer porque não tinham amigos para sair, neste momento isso já não acontece, elas já próprias ligam-se, combinam cafés, vão passear junto ao rio, e vão descobrindo outras coisas (...)” (A., 2017).

A tabela 6 resume o *empowerment* comunitário promovido pelos projetos analisados.

	AVÓ VEIO TRABALHAR	VINTAGE FOR A CAUSE
EMPOWERMENT COMUNITÁRIO	<p>Substantivo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação positiva e interativa; • Sentimento de pertença através da participação e reconhecimento; • Reconhecimento de competências proporciona uma maior confiança, distribuição de tarefas e participação; • Participação no e para o projeto; • Criação de laços como consequência dos trabalhos; • Trabalho em rede. 	<p>Substantivo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação positiva e interativa; • Sentimento de pertença através do voluntariado; • Consciência implícita das voluntárias em relação ao que se faz – objetivos; • Reconhecimento de competências e oportunidades criadas aumentam a autovalorização e participação; • Participação no e para o projeto; • Criação de laços como consequência dos trabalhos; • Trabalho em rede.

Tabela 6: *Empowerment* comunitário - elaboração da autora/2017.

Em suma, o que os indivíduos provavelmente veem na comunidade é uma garantia de certeza, segurança e proteção, três qualidades que mais lhes fazem falta nos afazeres da vida e que não podem obter quando isolados e dependendo dos recursos escassos de que dispõem em privado (Bauman, 2003).

A presença no campo permitiu observar uma pequena parte de todas essas dinâmicas apresentadas. A maneira de vestir moderna, colorida, estampada, de batons vermelhos, e uma vibração de energias positivas tomam conta do ambiente da AVT. As utentes falam, acolhem as colegas e quem chega de fora, trabalham, ocupam as mentes e sim, ocupam os tempos livres. A rotina de atividades parece preencher o vazio que carregam. A criatividade, o reconhecimento, os laços e as novas experiências fazem desse envelhecer um momento inesquecível!

No VFC, aparentemente mais tradicional, menos mediático, menos colorido, mas ainda assim bastante moderno e contemporâneo, agrega pessoas num cotidiano

que enaltece o bem estar, a participação, a aprendizagem, a partilha, o voluntariado, o profissionalismo, a moda, a sustentabilidade e a inovação num espaço muito acolhedor. A criação de laços fortalece a confiança individual e coletiva num processo de co-construção.

4.5 - Conclusões: limites e potencialidades

A apresentação da proposta de trabalho dos projetos conduz-nos a pensar que a utilização de técnicas tradicionais de artesanato é uma preciosa ferramenta de intervenção porque facilita o envolvimento das utentes uma vez que, sendo elas detentoras desse saber, familiarizam-se com as atividades propostas, podendo ensinar e aprender novas técnicas dentro desse contexto de competências adquiridas ao longo da vida.

Se por um lado o AVT entende que a produção de qualidade é uma vertente importante e, sobretudo aquela que valida os trabalhos, sensibilizando todos envolvidos no processo no que se diz respeito à qualidade dos acabamentos, etiquetando as peças para garantir a identificação de quem os produziu, fomentando o lado criativo e agregando valor simbólico aos produtos, por outro lado ainda não consegue permitir que as utentes avançassem com uma produção mais independente. Independente no sentido de criarem suas próprias coleções, a partir das próprias ideias, e assim utilizar a experiência e *background* da *designer* apenas para dar suporte à criação, colaborando com a combinação de cores e estampas, por exemplo, e averiguando os acabamentos.

A avaliação ao longo do percurso do VFC permitiu que sua gestora reorganizasse o formato da intervenção para garantir que os trabalhos da marca criada possam continuar e continuando possam garantir a sustentabilidade das atividades que promovem junto às idosas.

Graças à imensa capacidade advinda da tecnologia eletrônica, podem ser criadas vistas que oferecem uma oportunidade de participação e um foco compartilhado de atenção a uma multidão indeterminada de espectadores fisicamente afastados (Bauman, 2003). Os empreendedores sociais são, pois, eficazes no que diz

respeito à divulgação do projeto. Com uma vasta projeção nos media, o AVT atinge hoje um grande número de pessoas, e estão sempre a receber convites para futuras parcerias, futuras pesquisas e protagonizarem os programas de televisão. As parcerias fomentam o trabalho em rede que colabora ainda mais para a projeção do projeto que atua em parceria com projetos independentes, públicos e privados.

Nesse ponto, o VFC ainda precisa avançar. A divulgação do projeto é feita em menor escala devido ao maior investimento em outras áreas, como por exemplo o pagamento das costureiras e *designers* que trabalham nas coleções. Uma maior divulgação poderia favorecer ainda mais os trabalhos desse projeto que por estar vinculado à Câmara Municipal do Porto, sempre é referido como sendo uma ideia atual, inovadora no que diz respeito às políticas de envelhecimento.

A sustentabilidade também é algo importante e de destaque das intervenções que sempre dependem dos recursos do Estado, ou de parcerias de financiamento privado. A escolha dos materiais, das técnicas de criação, bem como a oferta de mão-de-obra são cruciais para construir um projeto que seja sustentável.

Os serviços prestados e as vendas das coleções não tem sido suficientes para a manutenção das despesas que é bastante alta devido aos gastos indispensáveis para a lógica de trabalho do AVT: compra de matéria prima (tecidos, linhas, agulhas), material de divulgação (fotos, vídeos, cartazes), aluguel do espaço físico e pagamento das despesas. Por outro lado, o VFC viabiliza os custos com o uso de materiais reaproveitados, exige uma taxa simbólica para participação nos *workshops* que junto às vendas das coleções arrecada receitas para pagamentos das horas de serviços prestados tanto pelas senhoras como pela *designer* contratada.

Um ponto de destaque destas intervenções é a transparência na comunicação entre gestores e utentes. Os objetivos gerais e específicos parecem estar presentes no cotidiano dos projetos, que são inclusive revelados nas falas apresentadas das utentes de ambos. Porém, as formatações das atividades bem como as demandas burocráticas dos processos exigem um diálogo rebuscado (devido à complexidade das informações), mas antes de tudo, exige capacidade de adaptação da linguagem e detalhamento para que as utentes, além de entenderem os comunicados, possam se

apropriarem das informações para poderem participar nas tomadas de decisões individuais e coletivas.

Os percursos de vida e a formação profissional dos idealizadores influenciam as dinâmicas dos projetos, bem como a formatação dos mesmos. O *background* de quem facilita os processos e projeta o futuro das iniciativas fazem parte do arcabouço teórico da gestão que tem sim como pano de fundo o *empowerment*, e acaba por influenciar os objetivos, as parcerias, o financiamento, o retorno às utentes e até mesmo a divulgação dos trabalhos, ou seja, influenciam toda a forma de operacionalização das atividades.

No caso da não remuneração das “avós” do AVT, por exemplo, tendo em vista que a lógica do combate ao isolamento social é pela via do trabalho, e numa tentativa de desconstruir a ideia antiesclavagista do mesmo, a mão-de-obra que é utilizada para produzir todos os produtos (com qualidade final excelente), mais o valor simbólico agregado (criatividade e técnica), mais o valor das horas de “serviço” das utentes e dos gestores, acabam por elevar os preços finais desses produtos que são vendidos a preços acima do mercado e que acaba por não favorecer o consumo local, contradizendo, pois, o empoderamento comunitário. Mesmo assim, garante que os produtos tenham o valor que um produto idealizado por um profissional de *design* e que é produzido por mãos experientes de quem tem uma trajetória de vida a ser revelada e compartilhada deveria ter.

Já no VFC, a forma de integração é diferente. Quando aparecem senhoras interessadas em participar do projeto e possuem habilidades e competências na área da costura, podem ser voluntárias para prestar os serviços com carga horária estipulada. As demais frequentam os *workshops* que funcionam separadamente. Há pagamento das costureiras a hora que trabalham nas coleções, bem como da *designer* responsável pelas mesmas.

Portanto, do ponto de vista do retorno dos trabalhos das utentes em ambos os projetos, o que garante ser um projeto de combate ao isolamento pela via do trabalho se distancia da possibilidade de empoderamento individual das utentes, pois, na lógica marxista do trabalho, na qual tudo o que é produzido é de quem produz, optam por

viabilizar uma contrapartida exclusivamente participativa, em que para as utentes são ofertadas atividades culturais, de lazer, etc. e não o pagamento pelo serviço. Aquele que garante oportunidade de ocupação de tempos livres, curiosamente, incrementa o empoderamento individual, pois, para além da participação e novos aprendizados, dá possibilidade de uma remuneração à hora para as senhoras que ali oferecem mão-de-obra qualificada, acabando, pois, por favorecer a reinserção sócio profissional.

Assim, os resultados obtidos até gora indicam que o AVT consegue ampliar o repertório de atividades criativas do público alvo, criando oportunidades de experimentação de novas técnicas de artesanato, novas formas de fazer o mesmo, ampliam também o círculo de amizades, e fortalecem os laços. Elevam a autoestima. Ocupam e se apropriam dos espaços da comunidade. Vestem literalmente a camisa de um envelhecer mais ativo, poderoso, do qual todos têm oportunidades de deixar sua cara e sua marca.

A observação das falas das utentes indica que um dos resultados mais importantes do projeto é estar inserido num grupo que permite ter um espaço de confiança onde se criam novos laços de amizade, novas oportunidades não só de criação, mas também de ocupação e inscrição na comunidade e que produzir é secundário.

O VFC diante de uma trajetória cheia de percalços entende que seus trabalhos contribuem para a participação ativa das senhoras que de maneira voluntária, contratadas, ou frequentes aos *workshops*, ocupam seus tempos livres de maneira mais criativa e desafiadora.

A experiência de coprodução para a marca foi responsável pelos ajustes feitos no formato de intervenção, que sempre teve foco em mulheres com 50 anos ou mais. A partir dos diferentes testes e parcerias mudou-se a perspectiva da ação que após uma avaliação de impacto, percebeu-se que a mais valia do projeto está na capacitação.

A parte da divulgação do projeto é um ponto que precisa de mais atenção. A entrada de um estagiário pretende melhorar esse quesito. Talvez uma divulgação

maior da ideia possa aumentar a procura e assim poderem crescer e disseminarem essa ideia que envolve diferentes problemas sociais. A marca Vintage For a Cause se preocupa com a sustentabilidade ambiental, produzindo roupa com roupa doada e com tecidos que vão para o lixo da indústria têxtil, pensando na reutilização e reciclagem para diminuir o volume de tecidos descartados no meio ambiente. Com a venda dessas roupas e objetos, mantém-se um projeto que oferta atividades na área da costura como possibilidade de ocupação de tempos livres. Integra ou reintegra profissionais da área da costura e do design – trabalho remunerado e voluntariado.

Os projetos pesquisados utilizam os labores domésticos de maneira bastante diferente e acabam por serem projetos de ocupação de tempos livres. Ainda que o AVT não se descreva como tal, quando permite às utentes “trabalharem” de acordo com a disponibilidade delas, sem uma rotina rigorosa de horas de trabalhos prestados, acaba por ser consoante o tempo que as mesmas têm livre e assim usa as atividades do projeto para preencherem esse vazio na rotina de vida diária. Conversando com as utentes também se destaca a importância do projeto em relação ocupação da mente: *“cabeça ocupada não pensa bobagem”*, na qual as utentes utilizam o espaço para fazerem atividades que gostam e assim não estarem sozinhas em casa. Do outro lado, o VFC se descreve como tal, e associado à ocupação de tempos livres promove a capacitação na área da criação em costura.

Os projetos buscam parcerias nas redes pessoais e de vizinhança fazendo contatos e participando de eventos para manterem a visibilidade do projeto, mas também para fazer as utentes aparecerem, e aparecendo, lutarem contra o estigma da velhice, aproveitando assim os recursos comunitários. Os recursos governamentais surgiram mediante aplicação para financiamento em programas específicos das Câmaras Municipais das cidades onde atuam.

A participação das utentes nos projetos tem, de maneira geral, efeitos positivos tais como: sentimento de pertença, aumento da autoestima, satisfação em fazer parte, autovalorização, auto reconhecimento, produtividade, atividade, manutenção e criação de novos laços, ampliando as redes de relacionamento. Conhecem novos espaços, partilha de afetos e conhecimento.

Para a execução dos trabalhos, a participação das utentes ocorre de diferentes formas e conseqüentemente estimulam diferentes potencialidades, mas a divisão de liderança dentro dos projetos ainda que seja idealizada e que os responsáveis pelos mesmos trabalhem nesse sentido, há desafios importantes a serem ultrapassados.

Portanto é possível reconhecer que as trajetórias estudadas, numa perspectiva de resultados a curto e médio prazo, vão ao encontro dos processos de *empowerment* uma vez que a nível individual colaboram para o aprendizado de novas técnicas, incentivam a participação, fomentam a criatividade, dão voz, oferecem possibilidades de inscrição na sociedade, valorizam as capacidades, enaltecem os saberes adquiridos ao longo vida, tiram a evidência da idade, permitem a produção e partilha de conhecimentos, agregam valor ao que fazem, garantem segurança, incentivam as tomadas de decisões aumentando a auto estima e desequilibrando as relações de poder.

A nível organizacional partilham e pretendem partilhar ainda mais a liderança nas decisões dos projeto criando maior afinidade, empatia e apropriação do todo pelos seus membros, proporcionam atividades incomuns, questionam o estigma social apresentando o envelhecimento como uma fase da vida tão importante quanto qualquer outra, criam possibilidades de parcerias num trabalho em rede credível, facilitam o acesso a espaços diferenciados nos quais ser, estar, atuar, aprender e ensinar estejam ao alcance de quem escolhe participar e incrementa a vida da comunidade abrindo espaço para discussões pontuais e amplificadas no que diz respeito a (re) inserção desse grupo etário no cenário das políticas locais.

A nível comunitário conseguem articular parcerias estratégicas para a participação comunitária, abrem portas para a apropriação de espaços dando visibilidade ao que se produz e ao que pensa sobre o envelhecimento criativo numa tentativa de (re) definir a velhice como fase da vida mais do que aceitável, desejável, criando oportunidades para mobilizar as competências (re) adquiridas.

Então, retomando as questões iniciais, se entende por *empowerment* um processo estratégico ativo, intencional e contínuo, que implica participação, mobilização de competências, consciência crítica, que requer mudanças internas e

externas, individuais e coletivas. Um processo que, numa perspectiva de resultados a longo prazo prospecta a mudança social, fazendo sentido apenas quando questiona as estruturas de poder existentes e que reverberam dentro dos projetos (balanceamento das relações de poder) e na comunidade (visibilidade e mudança de paradigmas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação dos processos de *empowerment* é complexa, exigindo tempo e dedicação específica para todos os indicadores possíveis observados no campo. Assim, foi possível perceber as aproximações da prática aos processos de *empowerment* a partir da percepção dos atores (gestores e utentes), bem como a partir da observação das dinâmicas de trabalho, estando presente no campo, e ainda com algumas indicações da percepção das utentes.

Contudo, para além dos grandes paradoxos de ação e das questões de fundo que este conceito interage, o *empowerment* também apresenta algumas limitações mais corriqueiras e pragmáticas na sua implantação. As dificuldades na sua operacionalização trazem como desvantagens as dificuldades consequentes na sua mensuração e avaliação (Zimmerman, 2000). Os processos de *empowerment* devem ser pensados em longo prazo, são demorados e os seus sucessos não acontecem necessariamente de modo linear, mas sim com avanços e recuos sucessivos, portanto, difíceis de avaliar.

Assim, para uma análise mais rigorosa e efetiva, seria necessário mais tempo em campo para ampliar o contato e fortalecer a relação de confiança entre entrevistador e entrevistado; acompanhar o desenvolvimento dos projetos num período mais alargado e pré-determinado de tempo para conseguir avaliar o antes e depois e assim detectar com mais detalhes o impacto das intervenções; sendo ainda necessário mais tempo para aprofundar no que concerne a análise de conteúdo.

Entretanto, a pesquisa atingiu o objetivo de aproximar a teoria da prática, elucidando através do discurso e da observação que o empoderamento é mais do que capacitar: é um processo que exige sim garantir a capacitação, mas assegurando estruturas de oportunidade para que essas capacidades sejam transformadas em ação.

As ofertas de serviços corriqueiras apresentam uma forma assistencialista de prestação de serviços que colabora para a manutenção do estigma do envelhecimento. As inovações nesse campo são bem vindas uma vez que a tendência é de se ter idosos em maior número, porém com mais independência e maior participação. Assim,

quanto mais os projetos caminharem para estimularem a criatividade, criarem espaços de partilha de conhecimentos e afetos, numa lógica intergeracional na qual todas as idades interagem enaltecendo a idade como valor e não como perda, mais ativas serão essas pessoas, e quanto mais ativas, mais buscarão participação e menos dependentes dos projetos serão, e quanto mais participarem mais movimentarão as comunidades, e quanto mais movimentadas estiverem as comunidades, maior as probabilidades de mudança no cenário político emancipatório.

Os projetos estudados aqui são ótimos exemplos desse tipo de intervenção. Tem como resposta a influência dos idosos na vida comunitária e acabam por apresentar ao mundo que a idade nada tem a ver com a capacidade criadora, criativa e inscrita na sociedade. São ainda projetos que garantem espaços seguros onde há troca de conhecimentos e de afetos, criando e fortalecendo os laços numa rede de relacionamentos mais ampla e desafiadora. Porém, ainda precisam desenvolver estratégias para tornarem esse grupo menos dependente de projetos como esse, garantindo que a manifestação das capacidades mantidas e adquiridas sejam tão empoderadas que as redes de suporte sirvam apenas de base e incentivo para perpetuarem de maneira autônoma.

O empreendedorismo social pode aproximar-se dos processos de *empowerment* quando proporcionarem não só capacitações, mas também estruturas de oportunidade para essas capacidades serem colocadas em prática e assim mobilizar as competências individuais e coletivas.

As formas bem como os níveis de participação são estruturantes das ações. Quanto mais participativo for o processo, mais empoderados serão os resultados. Portanto, uma busca contínua de partilha de lideranças, de envolvimento dos clientes em todos os níveis do processo, distribuindo tarefas de acordo com as competências adquiridas ou resgatadas, é elemento fundamental para obtenção de resultados emancipatórios.

Os projetos têm práticas diferentes, mas poderiam aproveitar os pontos positivos para melhorarem suas ações:

Sustentabilidade: utilização de matéria prima reciclada (AVT poderia reaproveitar tecidos, roupas, aviamentos para as coleções), diminuindo os custos da produção, conseqüentemente recalculando os preços finais dos produtos;

Marketing: utilização das redes sociais para divulgação dos trabalhos (VFC poderia rever a forma de divulgação fomentando o universo da moda sustentável e combate ao estigma do envelhecimento), ampliando o público potencial consumidor da marca, e potencial participante do projeto; mesmo sendo a loja cedida pela Câmara Municipal, talvez repensar a localização e a posição da loja escolhendo um espaço de maior visibilidade da mesma, favorecendo a circulação de pessoas ao acaso;

Participação: participação nas atividades burocráticas do projeto (AVT poderia incrementar as ações das utentes no que diz respeito a agenda de atividades por exemplo); participação em ações na comunidade (VFC ampliar a participação das avós nos eventos culturais).

Um dos principais objetivos da participação é aumentar o poder de indivíduos e comunidades, para tomar decisões individuais e coletivas. Portanto, a participação é benéfica na gestão dos projetos sociais uma vez que **favorece a sustentabilidade das ações, potencia a aproximação à comunidade, permite a inovação dando oportunidade ao desenvolvimento do poder propositivo por parte dos profissionais, favorece a obtenção de resultados mais abrangentes, potencia a disseminação de boas práticas e de resultados da parceria, favorece a partilha de informação, fortalece o trabalho em rede e a mediação entre pares** na resolução de divergências e conflitos (Almeida, 2017).

Então, para que o processo de *empowerment* ocorra e conseqüentemente haja transformação na própria pessoa e que essa mudança seja projetada para a comunidade onde vive e assim poder influenciá-la e automaticamente também ser influenciada, é necessário que haja abertura social para a participação das pessoas.

Nesse sentido, ainda há muitos desafios na prática. Muitas descobertas a serem feitas nos contextos de intervenções, que sempre vão exigir diferentes formas, tempo, habilidades, parcerias, *marketing*, espaço físico, envolvimento, dedicação, crença e

credibilidade para transformar cenários injustos em potenciais lugares onde cada um possa existir por si, e conseqüente pelo outro que faz parte de um lugar comum, apropriando-se da própria voz, desejos, projetos de vida, vivendo e desfrutando da vida com plena consciência de si, do próximo e da comunidade, tomando para si o poder de agir, dizer, escolher, criar, experimentar, ousar, transformar, inspirar, decidir...

Ademais, pesquisas futuras no campo das intervenções sociais são necessárias para colaborarem com o aprofundamento das discussões que envolvem a prática do empreendedorismo social numa perspectiva de diminuição da vulnerabilidade pela via da capacitação e garantia de oportunidades indo ao encontro dos processos de *empowerment*. A observação e aproximação das práticas permitem que a teoria seja questionada e/ou validada favorecendo mudanças nos cenários micro (dentro dos projetos) e macro (na sociedade como um todo).

REFERÊNCIAS

Adams, Robert (2008). *Empowerment, Participation and Social Work*. Published by Palgrave Macmillan. 4th Edition.

Albuquerque, José Augusto Guilhon (1995). Michel Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, 7(1-2) – outubro, pp. 105-110.

Albuquerque, Cristina; Santos, Clara, & Almeida, Helena (2016). Assessing “empowerment” as social development: Goal and process. *European Journal of Social Work, maio*, pp.1-13.

Almeida, Helena (2001). *Conceptions et Pratiques de la Médiation Sociale. Les modèles de médiation dans le quotidien professionnel des assistants sociaux*. Coimbra, Fundação Bissaya-Barreto/Instituto Superior Bissaya-Barreto, 439 pag.

Almeida, Helena (2012). Envelhecimento, Qualidade de Vida e Mediação Social Profissional na Saúde. In: Maria Irene Carvalho (2012). *Serviço Social na Saúde*. Ed. Pactor. pp. 139-181.

Alemida, Helena (2017) Participação como eixo estratégico renovado na intervenção social. *In press*. Universidade de Coimbra, Portugal.

Almeida, Helena & Serra, Pedro Vaz (2016). The architecture of participation in transformative social intervention processes. *The 4th International Virtual Conference on Advanced Scientific Results (SCIECONF-2016)*, June 6 - 10, 2016 (www.scieconf.com, Slovakia), pp. 119-122.

Alsop, Ruth; Bertelsen, Mette & Holland, Jeremy (2006). *Empowerment in Practice: From Analysis to Implementation. Directions in Development*. Washington, DC: World Bank. © World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/6980> License: CC BY 3.0 IGO.

André, Isabel & Abreu, Alexandre (2006). Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra*, XLI, 81, pp. 121-141.

Arnstein, Sherry (2002). Uma escada da participação cidadã. *Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação*.

Assembleia Geral das Nações Unidas, (1991). *Princípios das Nações Unidas para o Idoso*. Resolução 46/91 aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, 16/12/1991. Disponível in: <https://www.ufrgs.br/bioetica/onuido.htm>. Acesso em 23/05/2017.

Bardin, Laurence (1977). *Análises de conteúdo*. Ed Edições 70.

Balestro, Moises Villamil; Vargas, Eduardo Raupp de & Junior, Eliseu Vieira Machado (2007) *Estratégias Comparativas em Estudos de Caso em Administração*. Outubro, Recife/PE.

Barros, Denise Dias (2004). *Terapia Ocupacional: O caminho se faz ao caminhar*. *Rev. Ter. Ocup.* Univ. São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-7, set./dez.

Bastos, Rossano Lopes (2006). *Conhecimento Emancipatório*. Disponível in: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Conhecimento+emancipat%C3%B3rio>. Acesso em: 24/05/2017.

Bauman, Zygmund (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2003. 144 p.

Bureau of European Policy Advisers, Bepa (2011). *Empowering people, driving change - social innovation in the European Union*. *Publications Office of the European Union*, Luxemburgo.

Bobbio, Norberto (2007). *Estado, Governo e Sociedade: para um teoria geral da política*. 14ªed. Editora Paz e Terra. Impresso no Brasil.

Carvalho, Sérgio Resende (2004). Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto no projeto de Promoção à Saúde. *Cad. Saúde Pública* 20, n. 4 (jul-ago): 1088-1095.

Comissão Europeia (2017). Documento de reflexão sobre a dimensão da Europa. COM(2017) 206 de 26 de abril. Bruxelles. Disponível in: https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/reflection-paper-social-dimension-europe_pt.pdf. Acesso em: 10/03/2017.

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução Coffito Nº 383, de 22 de dezembro de 2010. Disponível in: <http://coffito.gov.br/nsite/?p=3146>. Acesso em: 23/02/2017.

Costa, Samira Lima & Maciel, Tania Maria (2009). Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 61, n. 1.

Coutinho, Clara Pereira (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humandas: Teoria e Prática* (2ª ed.). Coimbra, Portugal: Almedina.

Dicionário Aurélio (2016). Publicado em: 2016-09-24, revisado em: 2017-02-27. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/poder>. Acesso em: 04/05/2017.

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. *Terapia Ocupacional, o que é a profissão?* Disponível in: <http://www.fmrp.usp.br/site-graduacao/graduacao/cursos-oferecidos-pela-fmrp/terapia-ocupacional/>. Acesso em: 23/02/2017.

Ferreira, Silvia (2005). *O que tem de especial o empreendedor social? O perfil de emprego do empresário social em Portugal*. Maço. Report number: Oficina do CES, 223, Afiliação: Centro de Estudos Sociais.

Ferreira, Silvia (2013). O terceiro setor e o Estado-Providência em Portugal. In: Filipe Carreira Silva (org), 2013. Os Portugueses e o Estado-Providência. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Fonseca, Maria Sofia Martins (2011). Empoderamento, sabedoria e envelhecimento bem-sucedido: um estudo qualitativo numa comunidade. (Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.

Freire, Paulo (1987). *Pedagogia do oprimido*. 17ª edição, Rio de Janeiro. Paz e Terra.

Friedmann, John (1996). *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Celta Editora. Setembro.

Gil, Antonio Carlos (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo. Ed Atlas. 4ª edição.

Gil, Antonio Carlos (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo. Ed Atlas. 6ª edição.

Gohn, Maria da Glória (2004). Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, v.13, n.2, p.20-31, maio-ago.

Hentschke, Cristina (2016). A agulha de tricô como grande ferramenta de transformação. Disponível in: <https://boradesign.com.br/2016/10/04/a-avo-veio-trabalhar-por-cristina-hentschke/>. Acesso em: 20/11/2016.

Horochovski, Rodrigo Rossi (2006). Empoderamento: definições e aplicações. (Gt 18) – *Poder político e controles democráticos*. Santa Catarina. Submetido para publicação.

Hulgård, Lars & Ferrarini, Adriane Vieira (2010). Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública? *Ciências Sociais Unisinos*. 46(3):256-263, setembro/dezembro.

Hur, Mann Hyung (2006). Empowerment in terms of theoretical perspectives: exploring a typology of the process and components across disciplines. *Journal of Community Psychology*, 34(5), pp. 523–540. Published online in Wiley InterScience (www.interscience.wiley.com).

Kleba, Maria Elisabeth & Wendausen, Agueda (2009). Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde Soc*. São Paulo, 18(4), pp.733-743.

Machado, Paulo (2003). O lugar dos idosos em Portugal e no mundo. *Janus*. Espaço OnLine do Observatório das Relações Exteriores da UAL. Disponível in: http://janus.ual.pt/janus.anuario/sociedade_cultura/sociedade_2003_1_4_4_b.html.

Moulaert, Frank; Martineli, Flavia; Swyngedouw, Erik & Gonzalez, Sara (2005). Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. Disponível in: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1080/00420980500279893>.

Ninacs, Willian, (2003). Empowerment: cadre conceptuel et outil d'évaluation de l'intervention sociale et communautaire. *et La Clé*. Novembro.

Organização das Nações Unidas, ONU (2000). *Declaração do Milênio*. Cimeira do Milênio. Nova Iorque, 6-8 setembro.

Organização Mundial de Saúde, OMS (1946). *Constituição da Organização Mundial de Saúde*. Nova Iorque, 22-jul. Disponível in: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 10/04/17.

OMS, (2015). *Relatório Mundial de envelhecimento e saúde*.

Ornelas, José. (1997). Psicologia comunitária: Origens, fundamentos e áreas de intervenção. *Análise Psicológica*, 3(15) – setembro, pp. 375-388..

Perkins, Douglas D. & Zimmerman, Marc A. (1995). Empowerment theory, research, and application. *American Journal of Community Psychology*, 23(5) – outubro, pp. 569-579.

Pinto, Carla Cristina Graça (2011). Representações e práticas do *Empowerment* nos trabalhadores sociais. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais na especialidade de Política Social). Lisboa.

Pretty, Jules (1995). Participatory Learning For Sustainable Agriculture. *World Development*, 23(8), pp. 1247-1263.

Richardson, Roberto (2012). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas AS 3ªed.

Sadan, Elisheva (2004). *Empowerment and Community Planning: Theory and Practice of People-Focused Social Solutions*. (Translated from Hebrew by Richard Flantz). Tel Aviv: Hakibbutz Hameuchad Publishers [in Hebrew]. (Originalmente publicado em 1997).

Silva, Carmem & Martínez, María Loreto (2004). Empoderamiento: proceso, nivel y contexto. *Psykhé*, Santiago/Chile, 13(1) – maio, pp. 29-39.

Tenório, Fernando Guilherme & Rozenberg, Jacob Eduardo (1997). Gestão Pública e Cidadania: Metodologias Participativas em Ação. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, vol.7 - junho.

World Health Organization (1994). Declaration on occupational health for all. Approved at the second meeting of the WHO collaborating centres in occupational health, 11-14 october, Beijing/China.

World Health Organization (2005). Envelhecimento ativo: uma política de saúde / World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. 60p.: il.

World Bank Learning Module, (2007). *Empowerment in Practice: Analysis and Implementation*. May. 72 pages. Stock No. 37272. N.W. Washington, D.C. 20433, U.S.A.

Zimmerman, Marc & Rappaport Julian (1988). Citizen participation, perceived control, and psychological empowerment. *Am J Community Psychol*. Oct;16(5):725-50.

Sites:

A avó veio trabalhar. Disponível in:

https://www.facebook.com/pg/AAvoVeioTrabalhar/about/?ref=page_internal. Acesso em: 15/11/2106.

Vintage For a Cause. Disponível in: <http://vintageforacause.pt/> &

<https://www.facebook.com/VintageforaCause/?fref=ts>. Acesso em 15/11/2016.

https://www.youtube.com/results?search_query=av%C3%B3+veio+trabalhar. Acesso em 15/11/2016.

<https://www.youtube.com/user/VintageForACause>. Acesso em 15/11/2016.

<http://media.rtp.pt/praca/artigos/a-avo-veio-trabalhar/>. Acesso em 15/11/2016.

<http://magazine.guiadacidade.pt/a-avo-veio-trabalhar-e-nos-fomos-com-ela/>. Acesso em 15/11/2016.

http://boasnoticias.pt/noticias_Clube-de-costura-s%C3%A9nior-d%C3%A1-nova-vida-a-roupa-velha_17601.html?page=0.

Programa Bip-Zip. Disponível em: [http://habitacao.cm-](http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1297367449H9pYN4dv1Mg00UU8.pdf)

[lisboa.pt/documentos/1297367449H9pYN4dv1Mg00UU8.pdf](http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1297367449H9pYN4dv1Mg00UU8.pdf). Acesso em 20/07/2017.

Revista Recicla. *Tendências Eco*. Disponível em: <http://vintageforacause.pt/wp-content/uploads/2014/10/1401-03-Recicla.pdf>. Acesso em: 15/11/2106.

Fundação EDP. Disponível in: <http://www.fundacaoedp.pt/fundacao-edp/quem-somos/missao/126>. Acesso em: 20/07/2017.

<http://www.dn.pt/sociedade/interior/duplicou-numero-deidosos-em-menos-de-50-anos-5419021.html>

APÊNDICE 1: GUIÃO DAS ENTREVISTAS AOS GESTORES

1. Origem dos projetos:

- a. Quem são os idealizadores? (área de formação)
- b. Como e quando surgiu a ideia?
- c. Como foi a escolha do nome?
- d. Quais são os objetivos?

2. Público alvo:

- a. A quem se dirige o projeto? Quem pode participar?
- b. Como chegam até o projeto?
- c. Como podem participar?

3. Dinâmicas:

- a. Como é um dia de trabalho?
- b. Quem e como organizam a agenda de atividades?
- c.
- d. As utentes participam da organização das atividades?
- e. Como as utentes participam no projeto?
- f. As utentes participam das propostas das coleções? Como?
- g. Qual retorno pela participação?

4. Parcerias:

- a. Existem parceiros? Quais?
- b. Como é o financiamento?

5. Avaliação:

(AVT) Na página do facebook há uma descrição: “Projeto de aprendizagem, partilha e *empowerment*, que através dos trabalhos tradicionais e do design, aumenta o poder de intervenção dos seniores na sociedade”. O que vocês entendem por *empowerment*?

- a. Através desse projeto foi ou é possível influenciar alguma decisão pública relacionada às Avós, como por exemplo, alguma oportunidade delas participarem em processos decisórios a nível municipal? (*empowerment* formal).
- b. O projeto favorece a participação das Avós no contexto da comunidade estimulando ou aprimorando a capacidade individual delas? (*empowerment* intrapessoal)
- c. É possível destacar mudanças na capacidade individual ou do grupo nas tomadas de decisões? E a participação na vida social da comunidade ou no próprio grupo está diferente? (*empowerment* instrumental)
- d. Com a trajetória até aqui, é possível perceber o desenvolvimento de habilidades de argumentação delas e tomada de decisões para resolução de problemas? (*empowerment* substantivo)
- e. Como vocês avaliam o trabalho realizado até aqui? Qual é a visão geral? Quais são os resultados? (Houve aumento do poder de intervenção dos seniores?)

APÊNDICE 2: GUIÃO DAS ENTREVISTAS ÀS UTENTES

- Como conheceram o projeto?
- Há quanto tempo frequentam o projeto?
- O que fazem aqui? Quantas vezes por semana?
- São responsáveis por alguma atividade específica?
- De onde veem as ideias das coleções? E dos workshops?
- Quando surge uma nova ideia, como acontece?
- As senhoras também trazem ideias?
- As vendas dos produtos tem significado?
- Como é participar desse projeto?
- Como as senhoras se sentem?
- O projeto faz sentido para a vida das senhoras?
- Antes e depois de participarem do projeto, as senhoras percebem alguma transformação? Houve mudança na vida particular? Na vida social? No grupo? Quais?
- O que falta?
- Onde pensam em chegar?

APÊNDICE 3:
GUIÃO DA OBSERVAÇÃO DO CAMPO

- Participação;
- Organização e dinâmica dos afazeres dentro do espaço;
- Iniciativa;
- Autonomia na execução de tarefas;
- Capacidade de fazer/ensinar/propor;
- Controle do espaço;
- Interação com o grupo;
- Interação com os gestores;
- Interação com as atividades propostas;
- Espaço físico;
- Conforto e segurança;
- Interatividade com o público externo.

APÊNDICE 4: MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO

CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM INVESTIGAÇÃO

Título do estudo: Processos de *empowerment* no contexto da intervenção social: um estudo comparativo.

Enquadramento: Esta pesquisa insere-se no âmbito da dissertação intitulada “Processos de *empowerment* no contexto da intervenção social: um estudo comparativo”, do Mestrado de Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo da Faculdade de Economia e Faculdade Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. O estudo tem como objetivo geral conceitualizar e contextualizar o *empowerment* como estratégia de intervenção associada a projetos de intervenção social ativos no território português.

Explicação do estudo: O objeto de análise será os procedimentos utilizados e as dinâmicas associadas no decurso da ação, sua monitorização e avaliação, numa perspectiva de diminuição da vulnerabilidade e aumento de poder, ou das capacidades de indivíduos ou grupos, para a tomada de decisão, favorecimento das ações e de concretização de resultados.

Para a recolha de dados, a proposta metodológica da pesquisa terá três etapas:

- Conversa/entrevista com os idealizadores e responsáveis do projeto;
- Observação das dinâmicas de trabalho;
- Conversa com as participantes que estiverem disponíveis, bem como com a capacidade cognitiva preservada para responder as questões propostas.

Voluntariedade: A participação no estudo é de carácter unicamente voluntário. Está garantido o direito de, em qualquer altura, recusar participar do mesmo sem qualquer tipo de consequências. É garantida a confidencialidade das respostas, o gravador serve apenas para facilitar o trabalho de transcrição posterior. Depois de transcritas, as gravações serão destruídas. As transcrições serão submetidas à análise de conteúdo com garantia de anonimato.

Assinatura: _____

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela pessoa que acima assina. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

Nome: _____

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

**ESTE DOCUMENTO É COMPOSTO DE 1 PÁGINA E FEITO EM DUPLICADO:
UMA VIA PARA O INVESTIGADOR, OUTRA PARA A PESSOA QUE CONSENTE**